

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

CAROLINA BRAZ DE CASTILHO E SILVA

**PLURIATIVIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO NA
AGRICULTURA FAMILIAR DO RIO GRANDE DO SUL**

**Porto Alegre
2009**

CAROLINA BRAZ DE CASTILHO E SILVA

**PLURIATIVIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO NA
AGRICULTURA FAMILIAR DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Ruralidade e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Schneider

Porto Alegre

2009

CAROLINA BRAZ DE CASTILHO E SILVA

**PLURIATIVIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO NA
AGRICULTURA FAMILIAR DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
Linha de Pesquisa: Sociedade, Ruralidade e Ambiente.

Aprovada em: 25/08/2009

Banca Examinadora

Prof. Dr. Sérgio Schneider
Orientador

Profa. Dra. Lorena Holzmann
Examinadora

Prof. Dr. Nilson Weisheimer
Examinador

Profa. Dra. Rosani Spanevello
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Ao findar o curso de mestrado é impossível não retornar ao início dessa trajetória repleta de acertos e desacertos e lembrar as pessoas que direta ou indiretamente fizeram parte deste processo.

Gostaria de agradecer àqueles que contribuíram para esta pesquisa, homens e mulheres de Veranópolis e Salvador das Missões, ao CNPq pelo auxílio financeiro em forma de bolsa e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) que disponibilizou recursos para pesquisa.

Do período de coleta de dados em campo gostaria de destacar Carmen e Janes, os quais contribuíram para a pesquisa exploratória em Rodeio Bonito. Em Veranópolis, encontrei apoio nas figuras de Karina, Fátima e Tuti da Assistência Social, Roseli da Emater, Elisabeth e Joel, trabalhadores rurais e vinicultores.

Em Salvador das Missões, obtive êxito pela grande ajuda de David, meu primeiro contato, Vanessa da Emater e Teresinha, do Clube de Mães, sem falar da simpatia e boa recepção de todos com os quais tive contato no município.

Agradeço aos colegas de turma, destacando a cumplicidade da Rebeca nos questionamentos e nos bloqueios de finais de prazo. Luísa e Cristina, companheiras de graduação que, indiretamente, contribuíram nessa nova etapa. Tatiana e Liliane, que tiveram paciência para longas conversas sobre o andamento dos nossos cursos e os rumos de nossas vidas.

À minha família, sobretudo minha mãe, pelo apoio e confiança.

Ao Renê cuja presença e empolgação com meu curso tornaram os dias menos pesados e meus objetivos menos distantes.

Agradeço aos colegas de orientação e participantes do Gepad, sobretudo a Elizângela, que facilitou minha chegada a Salvador das Missões. Também ao Guilherme, Marcelo e Emanuel, com quem pude expor impressões e angústias sobre o andamento do mestrado. Ao professor Marcelo que motivou meu ingresso no PPG Sociologia.

Ao meu orientador, Sergio Schneider, sem o qual essa dissertação não existiria. Obrigada pela confiança em meu trabalho e por compreender as minhas limitações.

*Ela canta, pobre ceifeira,
Julgando-se feliz talvez;
Canta, e ceifa, e a sua voz, cheia
De alegre e anônima viuvez,*

*Ondula como um canto de ave
No ar limpo como um limiar,
E há curvas no enredo suave
Do som que ela tem a cantar.*

*Ouvi-la alegre e entristece,
Na sua voz há o campo e a lida,
E canta como se tivesse
Mais razões p'ra cantar que a vida.*

*Ah, canta, canta sem razão!
Ter a tua alegre inconsciência,
E a consciência disso! Ó céu!
Ó campo! Ó canção! A ciência*

*Pesa tanto e a vida é tão breve!
Entra por mim dentro! Tornai
Minha alma a vossa sombra leve!
Depois, levando-me, passai!*

Fernando Pessoa (1914)

RESUMO

Esta dissertação aborda as consequências da pluriatividade para as relações de gênero em famílias de agricultores de dois municípios do Rio Grande do Sul, a saber, Veranópolis, localizado na região serrana e Salvador das Missões, situado na região missioneira. Apesar dos estudos de gênero abarcarem as mais diversas áreas de conhecimento, poucos são relativos ao meio rural, e mais raros os estudos que buscaram perceber a pluriatividade como fator de mudança para os papéis sociais de homens e mulheres no meio rural. O estudo apresenta dados quantitativos (disponibilizados pela pesquisa AFDLP, realizada em 2003) e qualitativos (obtidos entre 2008 e 2009), baseando-se principalmente nas contribuições de Bourdieu e na sua definição de dominação masculina (forma específica de violência simbólica) e nos papéis sociais de gênero. As análises e observações em campo indicaram que os papéis sociais feminino e masculino tendem a se manter no meio rural, embora as mulheres estejam, aos poucos, transformando suas práticas.

Palavras-chave: Gênero, Agricultura Familiar, Pluriatividade.

ABSTRACT

This dissertation addresses the consequences of pluriactivity for relations of gender in families of farmers in two municipalities of Rio Grande do Sul, namely Veranópolis, located in the mountain region and Salvador das Missões, located in the missionary region. Despite studies of gender cover the most diverse areas of knowledge; few are related to rural areas, and more rare studies that have tried to understand the pluriactivity as a factor of change for the social roles of men and women in rural areas. The study presents quantitative data (provided by search AFDLP realized in 2003) and qualitative (obtained between 2008 and 2009) and is based mainly on the contributions of Bourdieu and his conception of male domination (specific form of symbolic violence) and the roles of social gender. The analysis and field observations indicated that the social roles women and men tend to remain in rural areas, although women are, little by little, converting their practices.

Keywords: Gender, Family Agriculture, Pluriactivity.

RÉSUMÉ

Cette thèse aborde sur les conséquences de la pluriactivité pour les relations de genre dans les familles d'agriculteurs dans deux municipes du Rio Grande do Sul, à savoir Veranópolis, localisé dans la région de montagne et Salvador das Missões, situé dans la région missionnaire. Malgré des études de genre de couvrir les domaines les plus divers de la connaissance, peu d'entre eux sont liés aux zones rurales, et plus rares études qui ont cherché à comprendre la pluriactivité comme un facteur de changement pour les rôles sociaux des hommes et des femmes dans les zones rurales. L'étude présente des données quantitatives (fourni par la recherche AFDLP réalisé en 2003) et qualitatives (obtenu entre 2008 et 2009) et est basé principalement sur la contribution de Bourdieu et sa conception de la domination masculine (forme particulière de violence symbolique) et les rôles sociaux entre les sexes. L'analyse et les observations de terrain ont indiqué que les rôles sociaux des femmes et les hommes ont tendance à rester dans les zones rurales, malgré les femmes sont peu à peu en transformant leurs pratiques.

Mots-clés: genre, agriculture familiale, pluriactivité.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Rio Grande do Sul. Evolução da população total, urbana e rural e da PEA rural ocupada segundo tipo de atividade 1992-2004 (1.000 pessoas).....	25
Tabela 2	Tipo de atividade das famílias – RS e municípios (%).....	26
Tabela 3	Formação da renda total dos municípios (%).....	28
Tabela 4	Quantidade de homens e mulheres por tipo de atividade familiar e município (%)	33
Tabela 5	Quantidade de filhos e filhas por município e tipo de família (%).....	33
Tabela 6	Tipo de trabalho das mulheres, por município e tipo de família (%).....	34
Tabela 7	Posição das mulheres nas famílias, por município e tipo de atividade familiar (%).....	34
Tabela 8	Idade das mulheres das famílias, por município e tipo de atividade familiar (%).....	35
Tabela 9	Estado civil das mulheres das famílias, por município e tipo de atividade familiar (%).....	36
Tabela 10	Quantidade de homens e mulheres nas famílias, por município (%).....	68
Tabela 11	Posição de homens e mulheres na família, por município (%).....	69
Tabela 12	Posição na família, por tipo de família e município (%).....	69
Tabela 13	Tipo de trabalho realizado, por tipo de família e município (%).....	71
Tabela 14	Faixa etária, por tipo de família e município (%).....	75
Tabela 15	Estado civil, por tipo de família e município (%).....	76
Tabela 16	Grau de escolaridade, por tipo de família e município (%).....	77
Tabela 17	Localização da atividade não agrícola, por município (%).....	78
Tabela 18	Setor de atividade não agrícola, por município (%).....	79
Tabela 19	Renda de atividade não agrícola, por município (%).....	80

LISTA DE SIGLAS

AFDLP	Pesquisa Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Local no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FEE	Fundação de Economia e Estatística
GEPAD	Grupo de Estudos e Pesquisas Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PPGS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UP	Unidade de produção

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	AGRICULTURA FAMILIAR E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	23
2.1	Pluriatividade na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul.....	26
2.2	Mulheres e transformações no Brasil.....	29
2.3	O Ponto de Partida: Veranópolis e Três Palmeiras.....	32
3	AGRICULTURA FAMILIAR, PLURIATIVIDADE. E GÊNERO.....	43
4	MISSÕES E SERRA GAÚCHA: TRABALHO DE CAMPO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	56
4.1	Microrregião de Caxias do Sul: Colonização italiana, parentesco, desenvolvimento econômico e tradição.....	62
4.2	Microrregião de Cerro Largo: Colonização alemã, caboclos, migração e modernização agrícola.....	65
5	MULHERES DE VERANÓPOLIS E SALVADOR DAS MISSÕES: DIFERENÇAS E APROXIMAÇÕES.....	68
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
	REFERÊNCIAS.....	90
	APÊNDICE A – Questionário padronizado.....	96
	APÊNDICE B – Roteiro de questões semiestruturadas.....	108
	ANEXO – Mapa de Localização dos municípios de Estudo	109

1 INTRODUÇÃO

Observa-se atualmente uma grande quantidade de estudos sobre as mulheres nas mais diversas áreas de atividade, como medicina, biologia, psicologia, história, pedagogia, entre outras, demonstrando diferenças e semelhanças em relação aos homens. Pesquisas e ações políticas voltadas para as mulheres (de caráter feminista ou não) vêm ganhando destaque não apenas nos meios acadêmicos, mas também de profissionais da saúde, gestores públicos, na área do direito, setores artísticos, entre outros.

Em qualquer esfera da vida cotidiana não é difícil encontrar referências às especificidades masculinas e femininas relativas aos modos de agir, às profissões, aptidões e habilidades, aos cuidados corporais e saúde, à maternidade e paternidade, aos gostos e preferências, produzindo uma separação entre homens e mulheres, entre o masculino e o feminino, que serve de base para a emergência de masculinidades e feminilidades divergentes, como é o caso de identidades homossexuais.

Durante muitos anos na história da humanidade, os conhecimentos e noções concernentes às mulheres focaram-se nas diferenças físicas e biológicas entre elas e os homens, reconhecendo nessas diferenças, uma condição de inferioridade feminina (mais frágeis, mais fracas, menos aptas a atividades racionais...), legitimando uma situação de desigualdade e de dependência em relação aos homens, fossem pais, irmãos, maridos ou filhos.

Conforme afirma Perrot (1992), via de regra, os estudos sobre as mulheres, as estatísticas oficiais, as representações femininas no campo das artes e os produtos voltados para elas foram elaborados por homens (porta-vozes femininos). Tal ausência de fala própria foi a responsável pelo ocultamento da mulher (PERROT, 1992).

Tomando-se por base períodos mais recentes na história humana, o século XIX apresenta-se de forma destacada para as mulheres. Se por um lado ele representou, para elas, um período opressivo e sombrio, por outro, também permitiu a abertura de novas possibilidades sociais (FRAISSE; PERROT, 1994a).

Ainda que marcado pelas limitações impostas às mulheres, foi no século XIX que emergiu o feminismo e as mulheres ganharam espaço na cena política. É este o

momento histórico no qual a vida das mulheres se altera, ou seja, a perspectiva de vida das mulheres se modifica. Segundo Fraisse e Perrot (1994a) este é o momento da modernidade que possibilita às mulheres uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro, atriz política e futura cidadã, alargando o campo das possibilidades, apesar da extrema codificação existente na vida cotidiana feminina.

Isso porque as características do século XIX foram favoráveis às mulheres. Conforme Fraisse e Perrot (1994a) podem-se destacar dois pontos principais que são o surgimento de uma história da humanidade (permitindo a problematização do papel da mulher na sociedade) e a revolução industrial aliada à progressiva formação de um espaço político de democracia. Este é o ambiente no qual o indivíduo feminino pode se assemelhar ao indivíduo masculino, trabalhador e cidadão, e iniciar o rompimento com a dependência econômica em relação ao marido e ao pai.

A passagem para a modernidade proporcionou uma ruptura com movimentos contraditórios para as mulheres. As revoluções francesa e americana permitiram que as mulheres se colocassem juntamente em espaços coletivos e se percebessem enquanto pessoas do mesmo sexo (FRAISSE; PERROT, 1994b).

Mas, conforme Fraisse e Perrot (1994b), os sinais que anunciavam as práticas feministas do século XIX não tiveram continuidade e não apresentaram relevância nas décadas seguintes. A ruptura que havia sido operada na virada do século também instaurou uma exclusão das mulheres da vida da cidade ainda mais radical do que a vivida na época feudal.

A situação contraditória das mulheres na modernidade é explicitada pelas autoras ao afirmarem que “cada revolução moderna deixará as mulheres descer à rua e abrir clubes, mas saberá também, sempre, fechar esses clubes e fazer regressar as mulheres ao lar” (FRAISSE; PERROT, 1994b, p.19).

A separação entre o espaço público e o privado é consolidada e tanto a vida pública e privada tornam-se mais dissociadas quanto há a separação entre a sociedade civil e a política, deixando-se as mulheres afastadas da vida política e dependentes no interior da sociedade civil (FRAISSE; PERROT, 1994b).

Fraisse (1994) argumenta que o capitalismo moderno inicia um processo de libertação feminina ao passo que dissolve a família proletária e coloca as mulheres no mercado de trabalho, retirando-as do espaço privado da família. É o trabalho assalariado que inicia o processo de autonomia das mulheres, de forma que não é o

direito, mas sim a economia a base da emancipação feminina e da nova estrutura familiar (FRAISSE, 1994).

Em seu trabalho, Perrot (1992) chama a atenção para o fato de a relação das mulheres com o poder estar inscrita em um jogo de palavras. O poder (no singular) apresenta uma conotação política, exercida por uma figura masculina. Os poderes (no plural) têm uma conotação de “influências” que são difusas e periféricas, e nas quais, as mulheres ganham espaço (PERROT, 1992).

O poder das mulheres é tema recorrente de pesquisas. Representações frequentes sobre a mulher a relacionam à sedução, à origem do mal, à infelicidade, à noite e às sombras, na figura de Eva na tradição católica, enquanto o homem encarna o oposto. Em outra representação recorrente, as mulheres francesas são comparadas às inglesas, afirmando-se o poder oculto das primeiras, nos bastidores da cena política, na qual apenas os homens (manipulados) aparecem (PERROT, 1992).

De forma análoga, pode-se tomar esta comparação para outros países, como o Brasil, mantendo-se a invisibilidade das limitações impostas às mulheres ao afirmar-se a sua capacidade companheira e ao mesmo tempo direcionadora exercida na intimidade dos lares, traduzida por ditos populares. Como, tem-se o que afirma que por trás de um grande homem exista uma grande mulher, que o apoia e direciona nas grandes realizações.

Mas o século XIX também afirma a mulher de maneira positiva, porém limitada no papel de mãe. As mulheres são potência civilizadora nesse período, por meio da reafirmação da função de educar as crianças, de forma que a “figura obcecante da mãe tende a absorver todas as outras” (PERROT, 1992, p. 168-169).

Na França, o espaço político (também espaço público) excluía as mulheres, apesar da pretensa igualdade entre os indivíduos. Colocada a questão sobre serem também as mulheres indivíduos dotados de direitos, as justificativas para conter a mudança nos padrões giravam sobre a diferença entre os sexos, baseada nas descobertas da medicina e da biologia. Assim, ancorados no discurso naturalista, pressupõe-se a existência de duas “espécies”, cabendo aos homens, o cérebro e às mulheres, o coração (PERROT, 1992).

Conforme Perrot (1992),

[...] o século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão

sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. (PERROT, 1992, p. 178).

Os papéis e as posições sociais estavam bastante demarcados, apesar de situações ambíguas de participação feminina na sociedade, havendo espaço para decisões no orçamento familiar e, por conseguinte na atenção recebida por parte do comércio e da indústria da publicidade, como acontece até os dias de hoje, investindo as mulheres de poder social.

Avançando na história, conforme demonstra Perrot (1992), a pesquisa feminista recente contribuiu para reavaliar o poder das mulheres, visando à superação do discurso da opressão, demonstrando a ação feminina e atribuindo-lhe poderes, através da afirmação de uma esfera particular das mulheres, caracterizada por sociabilidades próprias.

Ao estudar a família burguesa e a mulher no Brasil do século XIX D’Incao (1997) afirma que este período foi marcado pela consolidação do capitalismo, pelo incremento da vida urbana (permitindo novas possibilidades de convivência social), pela ascensão da burguesia e surgimento da mentalidade burguesa que reorganizou as vivências familiares e domésticas bem como o tempo e atividades femininas.

É nesta época da história do país que nasce uma nova mulher no interior das relações da família burguesa, na qual se destaca a valorização da intimidade e da maternidade (D’INCAO, 1997). De acordo com D’Incao (1997, p. 223) o ideal de retidão perseguido era o de “um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo”.

No Rio de Janeiro, a modernização da cidade deu-se baseada em ideais de civilização da sociedade europeia, ocasionando uma distinção entre o espaço público (a rua) e o privado (a casa), que até então se misturavam pela disposição das moradias. Este processo afetou também a vida familiar à medida que as construções foram tomando novos formatos, privilegiando a intimidade e privatizando a família (D’INCAO, 1997).

Enquanto aumentava a interiorização da vida doméstica, as casas mais ricas se abriam para apreciação de um círculo restrito de parentes e amigos em saraus, jantares e festas. Da mesma forma, a família e, sobretudo, a mulher ficava submetida à avaliação da sociedade, portanto, as mulheres precisavam portar-se

adequadamente. Dessa forma, a imagem da mulher torna-se cada vez mais importante na transmissão da imagem da família, dependendo dela a manutenção ou o aumento do *status* e prestígio social familiar (D'INCAO, 1997).

Segundo D'Incao (1997)

[...] a emergência da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para a mulher novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico. Percebe-se o endosso desse papel por parte dos meios médicos, educativos e da imprensa na formulação de uma série de propostas que visavam “educar” a mulher para o seu papel de guardiã do lar e da família [...]. (D'INCAO, 1997, p. 230).

Observa-se que já no século XX, sobretudo na segunda metade, a partir da emergência dos movimentos feministas, as pesquisas sobre mulheres ganharam outra perspectiva. Conforme Santos (2002), esses movimentos deram visibilidade aos estudos de gênero, diminuindo os estudos sobre a mulher e consagrando esta nova categoria de análise (a de gênero), a partir dos anos de 1980.

Com a introdução dos estudos de gênero homens e mulheres passaram a ser compreendidos de forma relacional, através de processos sociais e não mais individualmente, somente por aspectos físicos e biológicos. Desta forma, a perspectiva de gênero, que aborda o peso do social para as diferenças e para as relações entre homens e mulheres, permitiu compreender e modificar em certa medida, a situação da mulher na sociedade.

No entanto, este processo não foi tão simples quanto possa parecer. Scott (1992) demonstra que a história das mulheres, que seja feita por mulheres e com visibilidade para as mulheres está relacionada com a política, já que seu ponto de partida é a própria política feminista, a partir dos anos de 1960. E esta influência gera divergências variadas, como a posição da academia frente a problemas sociais.

Já por meados da década de 1970, a ampliação do campo de debate propiciou uma distância da política, culminando, na década seguinte, com a introdução do conceito de gênero, na consagração de um campo de estudo próprio, percorrendo um trajeto definido como tendo ido “da política para a história especializada e daí para análise” (SCOTT, 1992, p. 65). Se, para muitos, esta foi a trajetória percorrida, para Scott (1992), o feminismo não desapareceu, da mesma forma que a história das mulheres permanece sendo uma narrativa política,

mantendo os conflitos internos.

Mesmo que a formação profissional das mulheres tenha sido estimulada em alguns aspectos, como foi o caso de faculdades norte-americanas nos anos de 1960, através de bolsas de estudo, as desigualdades entre homens e mulheres nos diversos campos da vida social, incluindo o trabalho, ainda persistem, relacionadas com a divisão sexual do trabalho.

Todas as sociedades apresentam definições de atividades apropriadas ao sexo masculino e ao sexo feminino, dividindo assim as tarefas relativas à produção e à reprodução.

Ao longo da história, foram consideradas atribuições femininas as atividades domésticas, ou seja, produção de valores de uso direcionados para a família, as atividades de reprodução da espécie, do cuidado com crianças, velhos e incapazes, restringindo sua atuação à esfera privada. Contrariamente, as atividades realizadas no espaço público, como a produção social e a direção da sociedade, ficaram a cargo dos homens (HOLZMANN, 2006).

Mesmo com a separação entre o espaço doméstico e o espaço de trabalho permaneceu a idéia de que as tarefas relativas às mulheres eram as reprodutivas, no âmbito doméstico. Embora tenha havido grande utilização da mão de obra feminina durante o processo de formação da sociedade industrial e apesar da atual inserção das mulheres no mercado de trabalho, a divisão sexual perdura através da separação entre setores apropriados aos homens e às mulheres (HOLZMANN, 2006).

Pesquisas recentes demonstram que a avaliação no ambiente escolar mais do que se basear no desenvolvimento acadêmico de alunos/as, parte também de avaliações comportamentais, baseadas em representações sociais de como ser menino e ser menina, influenciando as trajetórias de vida das crianças (CARVALHO, 2001). No caso dos meninos, eles precisavam equilibrar-se entre um bom desempenho escolar e características tidas naturais, como a malandragem e a rebeldia. Já para os padrões femininos, ser uma aluna dedicada e tirar boas notas não eliminava, na visão das professoras, a falha de não ser questionadora, por exemplo (CARVALHO, 2001).

Com base nessas representações existentes no ambiente escolar, pode-se perceber que embora os padrões femininos e masculinos possam se modificar em determinados meios, eles não se eliminam, dificultando, por vezes, a circulação

entre as diversas esferas sociais que exigem comportamentos específicos que podem ser conflitantes entre uma esfera e outra.

Análises sociológicas já revelaram desigualdades sociais relacionadas com a divisão do trabalho, que permanecem apesar da maior inserção feminina em postos de trabalhos. No âmbito da sociologia do trabalho, diversos estudos demonstraram que a situação da mulher no mercado é de desvantagem em relação aos homens. Elas tendem a receber menores salários (mesmo em funções iguais), a ocupar cargos menos elevados e, frequentemente, realizam dupla jornada.

Em estudo sobre a carreira médica, Santos (2002) revelou que, além de esbarrarem em preconceitos de gênero, as profissionais da área têm suas carreiras prejudicadas em relação às dos colegas homens já que, apesar da atividade profissional, são responsáveis pelos cuidados com a casa e com a família, possuindo menos tempo para participarem de eventos e pesquisas científicas.

Apesar da abrangência dos estudos de gênero que enfocam os mais distintos temas ainda pouco se sabe acerca das mudanças recentes no mercado de trabalho no meio rural e da inserção feminina nestas novas formas de ocupação da mão de obra.

Os estudos realizados no Brasil sobre as mulheres residentes rurais tenderam a considerá-las a partir de seu lugar dentro da unidade de produção (UP), destacando sua condição de trabalhadoras não remuneradas e com baixa valorização (BRUMER, 1996; MENASCHE; ESCHER, 1996). Dessa forma, a importância da pluriatividade para as mulheres e para as famílias rurais tem sido abordada de maneira insatisfatória para dar conta das questões de gênero no meio rural.

Embora esses estudos tenham demonstrado aspectos relevantes concernentes à situação de desigualdade das mulheres na unidade de produção familiar, como a sua importância nas atividades agrícolas e seu papel na reprodução social das famílias rurais, permanecem lacunas quanto a situações opostas e alternativas a essa desigualdade.

A pluriatividade, ou seja, a combinação de inserções ocupacionais não agrícolas aliadas à prática da agricultura por parte dos membros de uma mesma família é intrínseca às unidades de agricultura familiar (SCHNEIDER, 2005). A realização de diversas atividades sempre esteve presente nas famílias rurais, quando, por exemplo, os agricultores fabricavam seus próprios instrumentos ou

confeccionavam demais artigos artesanais, como vestimentas e calçados, por exemplo.

Nos dias atuais, o fenômeno da pluriatividade ganha novos contornos, com as agroindústrias familiares ou com a inserção de agricultores nos demais setores da economia, despertando o interesse tanto de gestores públicos quanto de pesquisadores do meio acadêmico (CARNEIRO, 2006; BONI, 2006; FISCHER, 2002; KOPPE, 2005; SCHNEIDER, 2003, SCHNEIDER *et al*, 2006).

Essas novas e mais frequentes possibilidades de inserção no mercado de trabalho não agrícola têm contribuído para a diminuição das diferenças entre o mundo rural e o urbano, produzindo aproximações e dinamizando as economias locais e os rendimentos das famílias que ali residem (SCHNEIDER, 2005; SCHNEIDER; MATTOS, 2006).

Os efeitos da pluriatividade sobre as famílias agricultoras já foram demonstrados em outros estudos, tais como o de Schneider *et al* (2006). De acordo com os autores (SCHNEIDER; MATTOS, 2006) a combinação de atividades tem contribuído para a reprodução das famílias e da atividade agrícola, já que proporciona um incremento na renda que passa a ser utilizado tanto para seu sustento, quanto para investimentos na propriedade.

Ao contrário da renda agrícola que é familiar, o rendimento provindo de atividades não agrícolas tem caráter individual (embora, seja frequentemente aplicado para o conjunto da família e da unidade de produção), podendo representar a independência (ao menos financeira) dos jovens e das mulheres, cujo trabalho na propriedade tende a ser desvalorizado e não costuma ser remunerado.

As atividades não agrícolas, além de proporcionarem um rendimento individual, também proporcionam estabilidade e previsibilidade aos rendimentos, o que pode alterar as posições sociais na família, ao fazer questionar o papel de provedor do homem, enquanto chefe de família.

Diante disso, torna-se fundamental estudar como estas novas formas de inserção no mercado de trabalho, sobretudo as que absorvem a mão de obra feminina, estão influenciando não só as dinâmicas econômicas locais, mas também a configuração das famílias rurais, para que se possa conhecer as populações rurais e a agricultura familiar nos seus mais diversos aspectos.

Sendo assim, este estudo visa avançar na abordagem sobre as relações de gênero e sobre a pluriatividade em famílias agricultoras. Este objetivo cumpre-se

através da análise das inserções das mulheres rurais no mercado de trabalho não agrícola, para verificar em que medida elas contribuem para mudanças nos papéis sociais de gênero, no âmbito das famílias agricultoras de Veranópolis e Salvador das Missões, no Rio Grande do Sul.

Desta forma, a hipótese que orientou a execução desta pesquisa é a de que a pluriatividade em famílias de agricultores altera as relações de gênero e as posições na hierarquia doméstica à medida que as mulheres têm acesso ao trabalho não agrícola e às rendas fora da unidade de produção familiar.

A relevância deste estudo consiste em aprofundar os conhecimentos acerca de temas importantes para a sociedade brasileira, como a dinâmica da agricultura familiar (responsável por grande quantidade dos alimentos produzidos no país), a pluriatividade (cujo potencial de benefícios para as famílias de agricultores já foi explorado por diversos pesquisadores), e as relações de gênero e papéis sociais. Tais relações se manifestam na sociedade, mais especificamente, no interior das famílias rurais, e se perpetuam e se alteram em maior ou menor intensidade, devido às transformações sociais de todo tipo.

Neste sentido, este trabalho justifica-se por contribuir para aprofundar os conhecimentos teóricos e empíricos sobre a realidade rural preenchendo uma lacuna do conhecimento científico, a saber, a relação entre a pluriatividade e os papéis sociais de gênero, permitindo ainda, servir de base para agentes vinculados a políticas de desenvolvimento rural e de igualdade de gênero.

O presente trabalho visa dar continuidade aos estudos empreendidos durante o curso de graduação em Ciências Sociais, como bolsista de iniciação científica e que foram apresentados como Trabalho de Conclusão de Curso, em 2006, no qual foram analisadas algumas características das mulheres rurais de Veranópolis e Três Palmeiras, no Rio Grande do Sul, comparando-se de acordo com o tipo de famílias as quais pertenciam (pluriativas e monoativas).

Os objetivos específicos que contribuem para o alcance do objetivo geral exposto acima são: estabelecer quais as atividades não agrícolas que estão absorvendo a mão de obra feminina disponível nos municípios estudados; realizar uma comparação dos casos de Veranópolis e Salvador das Missões, abordando as especificidades de cada região; analisar se existe e, e nesse caso, qual é a relação entre pluriatividade e as alterações nos papéis sociais de gênero.

Tratando-se de uma pesquisa de cunho comparativo, os dois municípios

escolhidos são os que apresentam maiores índices de pluriatividade entre as quatro regiões previamente pesquisadas pela Pesquisa Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade (AFDLP), que compunham o banco de dados original utilizado nesta pesquisa.

Conforme dados disponibilizados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), o fato de que os dois municípios apresentam os mais elevados índices de desenvolvimento em relação aos demais contribuiu para a decisão de comparar Salvador das Missões e Veranópolis (Anexo).

Em 2006, enquanto Veranópolis figurava na 24^o posição e Salvador das Missões na 31^o da classificação geral do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese)¹ de municípios gaúchos, Morro Redondo e Três Palmeiras ficaram entre as últimas posições, sendo respectivamente o 404^o e o 417^o município da comparação.

Ao mesmo tempo, cada região estava majoritariamente ligada a uma etnia, fator que poderia contribuir para diferentes relações entre homens e mulheres na família e atividades atribuídas e realizadas por cada um. Por fim, a agricultura praticada em cada localidade apresenta diferenças entre si, Veranópolis apresentando práticas mais tradicionais, enquanto Salvador das Missões aderiu em maior escala às transformações ligadas à modernização agrícola ocorrida nas últimas décadas.

A partir do banco de dados do referido projeto pôde-se traçar algumas das características de homens e mulheres rurais, efetuando-se a comparação através do tipo de família às quais pertencem, buscando perceber diferenças e semelhanças entre os dois municípios. Através de pesquisas de campo e de observações realizadas nas duas localidades, pôde-se focar o estudo no trabalho das mulheres rurais, seus limitantes, vantagens e desvantagens.

A pesquisa de campo foi realizada em setembro e outubro de 2008 e fevereiro de 2009, sendo a Serra Gaúcha a primeira localidade visitada, ficando a região missioneira para a segunda etapa.

Apesar de ser ainda inverno na época da pesquisa, a estação no ano de 2008 não foi tão rigorosa e as baixas temperaturas apareceram no início da primavera,

¹ O IDESE é o índice utilizado pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul – FEE, com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e que analisa educação, renda, saneamento e domicílios e saúde.

embora este período não seja tipicamente frio na região sul do Brasil. Com o mês de setembro chuvoso e frio, o clima na serra foi pouco amistoso para a obtenção dos dados. Já em Salvador das Missões, mesmo com o calor elevado do mês de fevereiro, as dificuldades decorridas do clima não foram tão percebidas.

Além da realização de entrevistas com homens e mulheres de famílias pluriativas e monoativas, ou seja, exclusivamente agrícolas, o período em campo possibilitou contato com demais informantes, membros de instituições voltadas para o meio rural e para o bem-estar nos municípios, inclusive, de apoio à mulher e a observação que possibilitou conhecimento da vida local, ao menos em parte.

As informações obtidas com as entrevistas foram acerca do início e conclusão das atividades não agrícolas para mulheres, e os fatores que influenciaram na decisão de realizar ou não atividades fora do âmbito familiar. Também se buscou saber como o seu desenvolvimento é percebido pelas mulheres e suas famílias, como isso altera (se altera) a divisão do trabalho doméstico e na propriedade.

No segundo capítulo é apresentada a problemática na qual este trabalho se insere, abordando os fundamentos empíricos e teóricos que buscam compreender em que condições ocorre a inserção das mulheres rurais no mercado de trabalho não agrícola identificando suas consequências para as mudanças de posição das mulheres nas famílias rurais de Veranópolis e Salvador das Missões, o problema central desta pesquisa.

No terceiro capítulo é levantada a hipótese de pesquisa de que a pluriatividade altera as relações de gênero e as posições na hierarquia doméstica quando as mulheres têm acesso ao mercado de trabalho e rendas fora da unidade familiar de produção.

Neste capítulo é fornecido o aporte conceitual para os estratos sociais aos quais se faz referência aqui, ou seja, demonstra de forma sucinta as definições de agricultura familiar e pluriatividade, estratégia de reprodução social para as famílias de agricultores. Apresenta também o referencial teórico utilizado para compreender o trabalho das mulheres rurais e sua situação no âmbito da dominação masculina, definida por Bourdieu (2005), como a forma mais acabada da dominação simbólica, tema em torno do qual articula sua obra.

Bourdieu (2005) aborda a dominação masculina a partir das estruturas inscritas na objetividade e na subjetividade, traduzidas nas maneiras de usar o corpo e na percepção sobre os corpos, respectivamente. Tais estruturas atuando de

maneira circular, interferindo umas sobre as outras, fazem ensinamentos sociais parecerem naturais – e imutáveis.

Dessa forma, pôde-se abordar os papéis sociais de gênero, definidos como um conjunto de regras sociais e de expectativas daquilo que a sociedade espera que sejam práticas de homens e do que ela espera que sejam práticas de mulheres no meio rural para analisar as relações de gênero no meio rural.

Os capítulos quarto e quinto tratam dos métodos utilizados nesta pesquisa e dos dados e suas respectivas análises à luz das teorias sociológicas previamente estabelecidas no capítulo terceiro. Por fim, o sexto e último capítulo refere-se às conclusões a que se pôde chegar com esta pesquisa.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Ao se considerar os dados do Censo Agropecuário 1995/96, realizado pelo IBGE (1998), percebe-se que os estabelecimentos agropecuários caracterizados como familiares somam mais de 80% do total do Brasil² e é deles que provém grande parte dos alimentos consumidos internamente.

A permanência dos agricultores familiares no meio rural brasileiro e sua relevante participação na produção agropecuária, a despeito das previsões de desaparecimento feitas por alguns dos primeiros estudiosos das populações rurais (LÊNIN, 1988; KAUTSKY, 1986), conduzem a estudar também a composição das famílias agricultoras, sua reprodução social e a relação com os mercados nos quais estão inseridos, entre outras questões.

Lançar o olhar sobre as famílias rurais permite problematizar a própria reprodução da agricultura familiar, tendo em vista o êxodo rural (sobretudo de mulheres e jovens) e o celibato masculino, bem como analisar a divisão sexual do trabalho dentro e fora da propriedade, de acordo com as atividades tidas como adequadas para cada sexo, o que tem sido alvo de pesquisas.

A partir da década de 1990, tanto no meio acadêmico como fora dele, foi retomada a atenção sobre a categoria até então denominada como camponeses ou pequenos agricultores sob nova perspectiva, a da agricultura familiar. Isso se deu devido às mudanças que se evidenciavam e se evidenciam ainda hoje no meio rural brasileiro.

Nas mais diversas regiões do país as relações de trabalho estão se transformando, através da retração das fronteiras entre o mundo rural e agrícola e os demais setores econômicos (indústria e comércio/serviços). O meio rural gaúcho, sobretudo com o aumento das atividades não agrícolas e da pluriatividade não está isento dessas mudanças.

Um “novo rural”, que não pode mais ser definido exclusivamente por sua característica de agrícola, surge da atual diminuição das diferenças entre o rural e o urbano, bem como de uma maior influência da sociedade contemporânea sobre as

² Conforme definição do IBGE são estabelecimentos agropecuários os terrenos de área contínua, não importando o tamanho ou situação (urbana ou rural), que seja formado de uma ou mais parcelas, e esteja subordinado a um único produtor, no qual se realize algum tipo de exploração agropecuária.

comunidades rurais. Este novo rural é possibilitado também pela modernização agrícola da segunda metade do século XX, que elimina parte da mão de obra familiar que anteriormente era utilizada na propriedade rural.

Contribuíram para a configuração desse “novo rural” diversos fatores como o aumento do consumo das populações urbanas e rurais, a expansão de serviços públicos, a utilização de terras para instalação de indústrias e agroindústrias no meio rural (para evitar os altos custos do meio urbano). Outro fator é a utilização do meio rural como moradia por populações de baixa renda nas periferias ou pela população de alta renda, como segunda ou mesmo primeira residência, o que aumenta a demanda por serviços, favorecendo, inclusive a utilização da mão de obra feminina em serviços domésticos (MULHER, 2001).

Diante de novas tecnologias produtivas introduzidas na agricultura, sobretudo a partir dos anos de 1950 as migrações foram inevitáveis e intensas, tendo em vista a incorporação de novos instrumentos, maquinários e insumos contribuíram para a progressiva diminuição da mão de obra aplicada no trabalho agrícola.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que diminui a ocupação em atividades típicas nas propriedades agrícolas, os municípios rurais que apresentam maior diversificação econômica e maiores possibilidades de emprego não agrícola são capazes de absorver, ao menos em parte, a força de trabalho excedente, o que pode gerar consequências positivas, como o aumento da dinâmica dos mercados locais e o incremento dos rendimentos familiares.

Paralelamente ao aumento das atividades não agrícolas, a atribuição de novas funções aos espaços rurais também contribuem para a formação do “novo rural”, das quais se destacam o turismo, o lazer e a preservação ambiental (MULHER, 2001).

Mas a diminuição da mão de obra ocupada em atividades rurais não é percebida somente no Brasil. Esta tendência faz parte da realidade de diversos países da América Latina, que também observam o crescimento das atividades não agrícolas no meio rural (MULHER, 2001).

No caso gaúcho, conforme a tabela 1, percebe-se que a PEA rural ocupada em atividades não agrícolas no período de 2001 a 2004, foi duas vezes maior que o crescimento da PEA rural agrícola (ver tabela 1).

Tabela 1 - Rio Grande do Sul. Evolução da população total, urbana e rural e da PEA rural ocupada segundo tipo de atividade 1992-2004 (1.000 pessoas).

	1992	1995	1999	2001	2002	2003	2004	Taxas de cresc. % a.a.	
								1992-99	2001-04
Total da População do RS	9.246,79	9.572,21	9.996,46	10.399,61	10.515,11	10.631,14	10.700,99	1,1***	-
Total da Pop. Urbana	7.136,38	7.565,94	7.961,56	8.429,52	8.436,34	8.563,32	8.648,02	1,6***	0,9***
Total da Pop. Rural	2.110,40	2.006,28	2.034,90	1.970,09	2.078,77	2.067,81	2.052,96	-0,4*	1,2
Total da PEA Rural Ocupada	1.261,14	1.168,03	1.142,75	1.078,76	1.149,64	1.181,40	1.178,34	-1,2***	3,0*
Agrícola	964,02	882,19	789,38	813,81	859,21	874,52	873,40	-2,6***	2,3*
Não agrícola	297,13	285,85	352,37	264,94	290,43	306,89	304,94	2,7***	4,9**

Fonte: Tabulações Especiais da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD/IBGE. Projeto RURBANO, IE/UNICAMP.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Devido à importância que têm ganhado as atividades não agrícolas no meio rural, a partir da década de 1990, muitos pesquisadores que tratam do desenvolvimento rural têm se voltado para o estudo das estratégias utilizadas pelas famílias para sua reprodução socioeconômica, destacando o peso da combinação de atividades não agrícolas e agrícolas, ou seja, a pluriatividade.

Embora para alguns, ela apareça como um problema que ameaça a agricultura, para diversos pesquisadores, a pluriatividade deve ser entendida a partir do seu potencial de produzir benefícios (financeiros ou não) para as famílias de agricultores, de incrementar a economia local e de contribuir para o desenvolvimento das regiões rurais. Além disso, de forma mais indireta, seus efeitos podem ser positivos para as regiões urbanas, ao diminuir o êxodo rural, por exemplo.

Como já foi citado, as atividades não agrícolas e a pluriatividade vêm aumentando por diversos fatores, dentre os quais se pode destacar a modernização agrícola, a queda nos rendimentos agrícolas, as políticas que estimulam sua realização e as mudanças do mercado de trabalho. Mas não se pode ignorar o fato de que a realização de diferentes atividades dentro de um mesmo estabelecimento é inerente à organização familiar da produção (SCHNEIDER, 2005).

Tais atividades não agrícolas podem ser dos mais variados tipos, abarcando o artesanato, por exemplo, que sempre esteve presente nas famílias de agricultores, ou novidades, como o turismo, responsável pela atribuição de novas funções ao

meio rural (como o lazer, e a preservação da cultura e do ambiente).

O turismo rural, por exemplo, tornou-se para muitas famílias a principal fonte de renda. Chama atenção que nessas atividades a participação das mulheres é fundamental. A atividade em expansão contribui para dar maior visibilidade ao trabalho realizado pelo sexo feminino, no entanto, ela se confunde com as tarefas domésticas, afinal, é realizado na própria casa (LUNARDI, 2006).

Para as mulheres, o turismo rural se destaca como possibilidade de emprego, pois permite que a atividade seja desenvolvida juntamente com as atividades domésticas, já que não precisam se ausentar da propriedade familiar. Além dos incrementos de emprego e renda, esta atividade, quando desenvolvida por mulheres, é apontada como fator de ganho na esfera da sociabilidade e da cultura e em termos do reconhecimento do trabalho feminino à medida que a mulher passa a poder contribuir economicamente para as despesas familiares (LUNARDI, 2006).

2.1 Pluriatividade na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul

A tendência geral de combinar atividades não agrícolas e agrícolas no meio rural manifesta-se também no interior do Rio Grande do Sul com certa expressão. Do total dos municípios que compõem a amostra da Pesquisa Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade (AFDLP), base deste estudo, tem-se que 44,1% das propriedades são consideradas pluriativas. Nos municípios gaúchos que compõem a amostra, a incidência da combinação de atividades varia de 28,8% em Três Palmeiras até 59,3% em Veranópolis (ver tabela 2).

Tabela 2 - Tipo de atividade das famílias – RS e municípios (%), 2003.

Tipo de atividade (%)	Total do RS	Veranópolis	Três Palmeiras	Salvador das Missões	Morro Redondo
Pluriativa	44,1	59,3	28,8	46,6	41,9
Monoativa	55,9	40,7	71,2	53,4	58,1
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel, 2003.

Mas as mudanças que ocorreram na agricultura e na forma de produzir, a partir dos anos de 1950, não são os únicos fatores a contribuir para a maior presença da pluriatividade no meio rural gaúcho. A ocorrência cada vez mais frequente da combinação de atividades está relacionada também com as características das famílias de agricultores nas quais está presente e com as dinâmicas locais que envolvem e influenciam as possibilidades disponíveis para esses grupos familiares.

Em estudos recentes Koppe (2005) e Schneider *et al* (2006), evidenciaram que existem algumas diferenças entre famílias pluriativas e monoativas (exclusivamente agrícolas) no Rio Grande do Sul, destacando os fatores que contribuem para a maior frequência de utilização dessa estratégia de reprodução social.

Observando a estratificação social das famílias de agricultores Koppe (2005), afirma que a combinação de atividades não se limita a alguns grupos sociais específicos, abrangendo famílias de diferentes tipos, com diferentes faixas de renda, demonstrando que o tipo de atividade exercida também varia conforme as características da família.

Além de demonstrar que há uma tendência de que as famílias pluriativas sejam compostas por um número maior de membros, o que implica em maior mão de obra disponível, demonstra, ainda, que a prática da pluriatividade aumenta na medida em que aumenta a escolaridade dos membros do grupo familiar (Koppe, 2005).

Outra diferença existente entre as famílias pluriativas e as famílias monoativas é a quantidade de área de que dispõem. De acordo com Schneider *et al* (2006), as famílias exclusivamente agrícolas possuem em torno de 5% a mais de área total e também 5% a mais de área cultivável em relação às famílias pluriativas. A menor área disponível para a atividade agropecuária, somada a maior quantidade de mão de obra, conduz à migração ou à busca por outras formas de trabalho, fora da unidade de produção familiar.

Por se relacionar com a configuração das famílias, a pluriatividade pode ocorrer sem representar prejuízo ou abandono da agricultura. Pelo contrário, a renda obtida através da combinação de atividades contribui para a reprodução social das famílias rurais e para financiamento da atividade agrícola, sendo um fator de permanência no meio rural (SCHNEIDER *et al*, 2006).

Segundo Radomsky (2006), a pluriatividade, estratégia de reprodução familiar, não é fruto apenas da vontade pessoal diante de maiores ou menores dificuldades na atividade agrícola. Ela ainda varia de acordo com dinâmicas locais, de forma que na região serrana, por exemplo, é mais presente, tendo em vista que historicamente apresentou maior desenvolvimento socioeconômico (RADOMSKY, 2006).

Da mesma forma, o município de Três Palmeiras, que figura entre os últimos na classificação do Idese gaúcho, apresenta apenas 28,8% de famílias pluriativas. A economia local, baseada em monoculturas dependentes de capitais, como a soja, não absorve a mão de obra excedente nas unidades de produção com larga utilização de maquinários, provocando migrações para outras regiões (CONTERATO, 2004).

De acordo com a tabela 3, acerca da composição das rendas dos municípios, os rendimentos oriundos da atividade agrícola são a principal fonte de recursos, chegando a 72,9% em Três Palmeiras. Apesar da importância da atividade agrícola para a formação total da renda, em municípios como Veranópolis, nos quais as dinâmicas locais favorecem o emprego em atividades como a indústria, comércio e serviços, a renda não agrícola chega a compor 21,1% do total, enquanto em Três Palmeiras, corresponde a 6,6% somente (ver tabela 3).

Tabela 3 - Formação da renda total dos municípios (%), 2003.

Tipo de renda (%)	Veranópolis	Três Palmeiras	Salvador das Missões	Morro Redondo
Renda agrícola	54,5	72,9	62,5	49,5
Renda não agrícola	21,1	6,6	17,7	18,7
Renda de outras fontes	2,8	0,8	1,0	1,6
Transferências sociais	20,2	15,3	16,2	26,8
Outras rendas do trabalho	1,4	4,3	2,6	3,4
Total	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel, 2003

Conterato (2008) afirma que a agricultura familiar é diversificada e suas estratégias são distintas, variando conforme a região. Por isso, mesmo que os estudos abordem regiões com características de agricultura familiar, só este elemento aliado ao processo de modernização agrícola não explica totalmente as trajetórias diferenciadas do desenvolvimento rural se o processo de mercantilização

não for levado em consideração.

As mudanças criadas tanto pela mercantilização quanto pela modernização da agricultura conduziram a diferenças significativas em relação à intensidade e à forma de vinculação da agricultura com os mercados. Embora as regiões estudadas pelo autor partilhassem um ponto comum – de terem sido regiões de colonização, baseadas em vínculos de parentesco, na etnia e na religião – o desenvolvimento de cada uma, ao longo dos anos foi distinto, de acordo com suas particularidades (CONTERATO, 2008).

Em Veranópolis, onde as relações de reciprocidade e conhecimento mútuo formaram a base do trabalho e ocupação, houve diversificação da base produtiva e fomento da industrialização. Já em Três Palmeiras e Salvador das Missões, onde a mercantilização acelerada levou à inserção nos circuitos de *commodity*, de maneira dependente e subordinada, o desenvolvimento local foi pouco incentivado (CONTERATO, 2008).

2.2 Mulheres e transformações no Brasil

Apesar de os estudos sobre atividades não agrícolas e pluriatividade abordarem suas consequências para as famílias e para o desenvolvimento rural, eles não se aprofundaram sobre as relações familiares, concebendo as famílias como uma unidade coesa e sem conflitos internos.

No entanto, para além da suposta unidade das famílias trabalhadoras rurais, podem existir conflitos das mais variadas espécies no interior de um grupo familiar, influenciados por diferenças de interesses entre gerações e entre os papéis sociais de gênero.

Neves (1995), em artigo sobre as implicações metodológicas do estudo da agricultura familiar chama atenção para a aparente harmonia das famílias. Para a autora, ao se tratar da agricultura familiar não se pode ignorar que os membros da família possuem visões ideológicas, muitas vezes conflitantes, sob pena de uma análise reducionista (NEVES, 1995, p.30-31).

Levando em consideração as diferenças entre os membros que compõem uma família, é preciso também refletir sobre a situação feminina nas famílias rurais,

diante das mudanças que as mulheres têm conquistado nas últimas décadas e do caráter patriarcal da estrutura familiar, sobretudo, no meio rural gaúcho.

Atualmente, pela maior igualdade entre homens e mulheres vivenciada, está disseminada a idéia de que as mulheres conquistaram o mercado de trabalho, adquiriram independência, e ganharam visibilidade em diversos setores. No entanto, um olhar mais cuidadoso à luz das teorias que tratam do conceito de gênero e das pesquisas recentes sobre a situação atual feminina pode questionar até que ponto isso se aplica à realidade vivida pelas agricultoras gaúchas.

Em meados da década passada, Blass (1995) indicou o pouco questionamento dos pesquisadores brasileiros sobre a participação crescente das mulheres no mundo do trabalho, indicando, também, a forte tendência das mulheres preencherem postos de trabalhos temporários.

Durante o século XIX a inserção das mulheres no mercado foi marcada pela reafirmação de atividades consideradas legítima e naturalmente femininas e masculinas, além da reafirmação da condição de subordinação e dependência à qual as mulheres estavam submetidas (BLASS, 1995).

Neste contexto, o trabalho feminino, entendido como “um mal necessário”, só se justificava pela necessidade de aumentar a renda familiar insuficiente, ao passo que permanece invisível o trabalho doméstico, considerado não produtivo (BLASS, 1995).

No campo profissional apesar da massiva presença feminina, estudos demonstram que persiste ainda uma desigualdade entre homens e mulheres. Na construção de carreiras tradicionais, com a medicina, por exemplo, a tendência é de que as mulheres tenham mais dificuldades, pois precisam conciliá-la aos cuidados com suas famílias, fora o entrave sofrido por preconceitos de gênero (SANTOS, 2002).

Rago (2003) argumenta que aumentou o número de mulheres em locais como delegacias, lojas, bares, universidades, entre outros, demarcando uma forte diferença em relação ao passado de nossa sociedade, e atribui ao movimento feminista participação importante nas instituições políticas, no contexto socioeconômico e nos modos de pensar durante as últimas décadas no Brasil.

No período conhecido como “milagre econômico”, no qual o desenvolvimento da economia foi acelerado no país, e as relações entre grupos e indivíduos e a estrutura familiar se modificavam, as mulheres conquistaram espaço no mercado de

trabalho e aumentaram sua cidadania, denunciando a dominação patriarcal (RAGO, 2003).

Durante os anos de 1970 surge no Brasil o “feminismo organizado”, na luta contra a ditadura militar e combatendo o predomínio do poder masculino e uma noção de mulher que somente existia à sombra do homem, auxiliando-o em seu crescimento. Na década seguinte, os grupos feministas expandem suas temáticas, ganhando independência das lutas pela redemocratização do país, e abordando temas da esfera privada, como a saúde da mulher (RAGO, 2003).

Aliado a esses fatores, existe a necessidade de melhorar a renda familiar, contribuindo para a saída feminina para atividades remuneradas. Ao analisar entrevistas com mulheres rurais que se tornaram assalariadas, Fischer (2002) argumenta que o primeiro motivo de buscar um emprego é a condição de pobreza da família, ao que, ao longo do tempo se somam vantagens como o conhecimento de direitos, o contato com demais pessoas e a menor dependência dos maridos.

No entanto, frente às possibilidades de compras das mulheres, os homens sentem-se ameaçados, destituídos de seu valor de provedor das necessidades básicas da família. Diante desse conflito, é a necessidade de aumentar a renda que permite às mulheres justificarem a manutenção dos empregos e sua ausência no lar perante os cônjuges (FISCHER, 2002).

Sem dúvida, as condições sociais do século XX e os grupos feministas contribuíram para diversas mudanças na sociedade brasileira, incluindo a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e na vida pública. Mas, por outro lado, pode-se observar que novas dificuldades passaram a ocupar o universo feminino, como a dupla jornada de trabalho, cada vez mais comum.

No meio rural, a participação das mulheres em diversos movimentos foi essencial para a ampliação dos direitos sociais das trabalhadoras rurais. Durante a ditadura militar, nos anos de 1970, elas se inseriram na luta pela terra e contra as construções de barragens.

Na década de 1980, conforme Brumer (2004), as reivindicações eram pela melhoria do atendimento médico e hospitalar dos trabalhadores rurais, e passaram a ser pelo direito das mulheres a benefícios da previdência social, estendendo-se por consequência, para o reconhecimento das trabalhadoras rurais enquanto tais – condição para acesso à previdência social.

Sales (2007) afirma que movimentos sociais incentivam novas formas de

relações com o poder, mas que não estão isentos de reproduzir divisões e desigualdades de gênero. A participação em movimento social abre espaço para vivenciar outros códigos, fora do âmbito familiar, e contribui para que as mulheres vislumbrem outras possibilidades, como maior independência e liberdade.

No entanto, a participação em movimentos não é garantia de igualdade no convívio cotidiano, pois as lutas femininas tiveram seu foco principalmente na conquista de direitos até então negados pelo Estado, sem que transformassem, no interior das famílias, as desigualdades de gênero e os papéis sociais (evitando-se muitas vezes o embate entre cônjuges), reiterando-os (SALES, 2007).

Sendo assim, os avanços no sentido de maior igualdade entre homens e mulheres não garantem uma situação real de igualdade e não anulam, automaticamente, as diferenças entre os dois, especialmente quanto aos papéis sociais desempenhados. Daí decorre a importância de se conhecer as características, trajetórias das mulheres rurais e as dinâmicas de interação familiar das quais participam.

2.3 O Ponto de Partida: Veranópolis e Três Palmeiras

Em trabalho anterior (CASTILHO E SILVA, 2006), buscou-se compreender a influência da pluriatividade para as mulheres e para sua permanência no meio rural, através da verificação da quantidade de indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino, nas regiões da Serra e do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, representadas pelos municípios de Veranópolis e Três Palmeiras, respectivamente.

Para este estudo, os dados sobre as mulheres foram agrupados de acordo com o tipo de família à qual pertencem (pluriativa ou monoativa), de forma que foram analisadas a escolaridade, o estado civil, o tipo de trabalho e a posição ocupada na composição da família.

De maneira geral, quando se observa a formação das famílias rurais para a amostra para cada município, a quantidade de homens e mulheres, de acordo com o tipo de atividade da família não apresenta discrepâncias relacionadas ao maior ou menor recurso a pluriatividade (ver tabela 4).

Ao contrário do esperado, encontram-se menos mulheres nas famílias

pluriativas de Três Palmeiras (35,3%) do que nas monoativas do mesmo município (44,4%), demonstrando haver diferenças nas formações familiares entre as regiões estudadas (ver tabela 4).

Tabela 4 - Quantidade de homens e mulheres por tipo de atividade familiar e município (%), 2003.

Sexo (%)	Veranópolis		Três Palmeiras	
	Pluriativas	Monoativas	Pluriativas	Monoativas
Homens	50,8	57,3	64,7	55,6
Mulheres	49,2	42,7	35,3	44,4
Total	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel, 2003.

Embora não se disponha de dados de migração nas famílias que compõem a amostra (e por isso não se possa confrontar com os dados de permanência no meio rural), estima-se que ela desequilibre a divisão entre os sexos no meio rural. Ao analisar somente os indivíduos que ocupam a posição de filhos e filhas, percebe-se a indicação de maior migração das mulheres em famílias monoativas (ver tabela 5).

A pluriatividade, como fator de fixação no meio rural, não demonstrou a importância esperada, pois a quantidade de filhas foi em todos os casos, menor do que a de filhos, revelando a necessidade de aprofundar os estudos sobre o trabalho das mulheres rurais.

Tabela 5 - Quantidade de filhos e filhas por município e tipo de família (%), 2003.

Posição na família (%)	Veranópolis		Três Palmeiras	
	Pluriativas	Monoativas	Pluriativas	Monoativas
Filhos	61,3	100,0	83,9	62,3
Filhas	38,7	0,0	16,1	37,7
Total	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel – 2003

Em Veranópolis, entre a totalidade de mulheres que faziam parte das famílias da amostra, 20,5% trabalhavam em tempo integral fora da unidade de produção (UP). Aquelas que, pelo contrário, trabalhavam integralmente na UP somavam

23,9%, no entanto, este valor é praticamente dobrado quando se acrescenta a porcentagem de mulheres que dividem seu tempo entre o trabalho doméstico e o da propriedade (18,2%), ou seja, que têm suas atividades desenvolvidas no âmbito da unidade familiar (ver tabela 6).

Tabela 6 - Tipo de trabalho das mulheres, por município e tipo de família (%), 2003.

Tipo de trabalho desenvolvido (%)	Veranópolis		Três Palmeiras	
	Pluriativas	Monoativas	Pluriativas	Monoativas
Tempo integral na UP	23,9	40,0	0,0	6,7
Tempo parcial: fora e dentro da UP	3,4	0,0	0,0	0,0
Trabalho parcial na UP + trabalho doméstico	18,2	34,3	65,2	50,7
Trabalho parcial na UP + Estudo	4,5	0,0	8,7	17,3
Tempo integral fora da UP	20,5	0,0	4,3	0,0
Somente trabalho doméstico	4,5	8,6	13	6,7
Somente estuda	10,2	0,0	8,7	5,3
Criança menor de sete anos	5,7	8,6	0,0	6,7
Idoso: apenas tempo-parcial na propriedade	8,0	5,7	0,0	5,3
Não trabalha por deficiência ou invalidez	1,1	2,9	0,0	1,3
Total	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel, 2003.

Somado a isso se revelou (CASTILHO E SILVA, 2006) que as mulheres só figuram como responsáveis pelas propriedades quando não há homens para cumprir tal papel na família (ver tabela 7).

A baixa frequência de mulheres como chefes das unidades de produção contraria a situação vivida em outras localidades rurais nas quais, por conta da migração masculina tanto temporária quanto permanente, as mulheres tornam-se responsáveis pelas propriedades e pela produção agrícola.

Tabela 7 - Posição das mulheres nas famílias, por município e tipo de atividade familiar (%), 2003.

Posição ocupada (%)	Veranópolis		Três Palmeiras	
	Pluriativas	Monoativas	Pluriativas	Monoativas
Cônjuge	36,0	60,5	66,7	48,6
Filha	32,0	0,0	20,8	35,1
Neta	9,0	5,3	0,0	2,7

Continua

Tabela 7 - Posição das mulheres nas famílias, por município e tipo de atividade familiar (%), 2003.

Continuação

Posição ocupada (%)	Veranópolis		Três Palmeiras	
	Pluriativas	Monoativas	Pluriativas	Monoativas
Nora	4,5	13,2	4,2	1,4
Irmã	2,2	2,6	0,0	1,4
Mãe	4,5	13,2	4,2	9,5
Responsável	2,2	0,0	4,2	1,4
Outras	9,0	5,3	0,0	0,0
Total	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel - 2003

Conforme a tabela 8, Veranópolis (conhecida como a Terra da Longevidade) apresenta maior quantidade de mulheres nas faixas etárias mais elevadas (acima dos 51 anos), em relação a Três Palmeiras. Por sua vez, a relação se inverte quando se observam as quantidades de jovens até 20 anos de idade.

A pesquisa indicou ainda uma diminuição da permanência das jovens no meio rural, havendo mais mulheres com idades acima dos 40 anos (ver tabela 8) e que haviam constituído família (ver tabela 9).

Os dados levam a crer que, embora Veranópolis apresente alto índice de pluriatividade, a população feminina tem tendência a migrar no período da juventude ou continua voltada, na sua maioria, para a propriedade, integrando-se em pouca quantidade às atividades não agrícolas (CASTILHO E SILVA, 2006).

Tabela 8 - Idade das mulheres das famílias, por município e tipo de atividade familiar (%), 2003.

Idade (%)	Veranópolis		Três Palmeiras	
	Pluriativas	Monoativas	Pluriativas	Monoativas
Até 15 anos	13,5	7,9	8,7	28,4
16 a 20 anos	7,9	0,0	8,7	9,9
21 a 30 anos	18,0	10,5	8,7	7,4
31 a 40 anos	11,2	5,3	13,0	12,3
41 a 50 anos	13,5	23,7	30,4	17,3
51 a 60 anos	18,0	21,1	17,4	12,3
61 ou mais anos	18,0	31,6	13,0	12,3
Total	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel, 2003

Conforme a tabela 9, percebe-se a tendência maior das mulheres presentes na amostra é de constituir família, sobretudo entre as famílias monoativas de Veranópolis. Comparando-se o estado civil e as faixas de idade (tabela 8), evidencia-se que são as famílias com maior porcentagem de jovens as que apresentam mais mulheres solteiras, como entre as famílias monoativas de Três Palmeiras (38,7% de mulheres solteiras e 28,4% de jovens até 15 anos). Essa comparação reforça a tendência das mulheres que permanecem no meio rural ao matrimônio, já que na maioria as moças solteiras são ainda bastante jovens para tal.

Tabela 9 - Estado civil das mulheres das famílias, por município e tipo de atividade familiar (%), 2003.

Estado Civil (%)	Veranópolis		Três Palmeiras	
	Pluriativa	Monoativa	Pluriativa	Monoativa
Casada	57,0	83,8	69,6	53,3
Solteira	33,7	10,8	21,7	38,7
Viúva	9,3	5,4	8,7	8,0
Total	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel, 2003.

A análise dos dados apresentados permitiu concluir que se tinha necessidade de aprofundar a compreensão dos papéis sociais desempenhados pelas mulheres, já que as consequências do trabalho não agrícola para elas e para as famílias de agricultores ainda não têm sido contempladas de maneira satisfatória nos estudos rurais.

De acordo com as informações do Censo Demográfico 2000 divulgadas pelo IBGE, mais de onze milhões de domicílios brasileiros (24,9% do total) são chefiados por mulheres. Na região sul, a relação é semelhante, apresentando 1.628.105, ou seja, 22,6% de domicílios chefiados por mulheres.

Porém, deste total apenas 8,5% estão localizados em áreas rurais, portanto apesar de mudanças nas famílias brasileiras e de maior visibilidade e independência feminina, as condições que enfrentam mulheres rurais e urbanas são distintas, sendo necessário considerar suas especificidades ao realizar estudos sobre elas.

Mas as repercussões das transformações nas relações de trabalho sobre os indivíduos e suas posições sociais no meio rural têm sido pouco estudadas no Brasil,

principalmente quando se trata das questões de gênero, de tal forma que grande parte da atuação profissional das mulheres rurais, seus conflitos, transformações e necessidades permanecem ignoradas pelas pesquisas atuais.

Muito embora os estudos sobre mulheres e relações de gênero tenham expressividade tanto nacional como internacional, assim como as políticas públicas e organizações voltadas para as mulheres, a ênfase dada às particularidades das mulheres que vivem em propriedades agrícolas e que estão inseridas em atividades não agrícolas tem sido reduzida, restando lacunas para o entendimento da agricultura familiar de forma geral.

Grande parte dos estudos de gênero em comunidades rurais tem se fixado em atividades estritamente agrícolas e na divisão sexual do trabalho no interior das propriedades, deixando abertas questões relacionadas ao tipo de inserção feminina no mercado de trabalho não agrícola e as consequências dela decorrentes.

Não obstante, foram tais estudos que permitiram conhecer a situação de desigualdade no trabalho das famílias rurais, no qual a participação das mulheres e dos jovens tende a ser visto como uma simples ajuda e não um trabalho produtivo.

Dessa forma, a invisibilidade do trabalho das mulheres e a pouca valorização das tarefas consideradas femininas (no domicílio ou na propriedade) tem sido abordada por diversos pesquisadores do meio rural, sem proporcionar uma reflexão extensiva às demais atividades exercidas pelas mulheres fora do ambiente familiar, como forma de autonomia e emancipação feminina em contextos rurais.

Apesar das mulheres estarem inseridas no mercado de trabalho, isso não elimina a necessidade dos cuidados com a família, tipicamente considerados femininos. Essa situação é definida por Brumer (1996) ao afirmar que a participação feminina no trabalho produtivo pode variar conforme as sociedades, embora sua participação nas atividades de reprodução não seja muito variável, de forma que são as mulheres as responsáveis pelo trabalho doméstico e pelos cuidados com a família, em todas as sociedades.

Nas propriedades rurais, onde predomina o trabalho familiar, o convívio da família e a atividade produtiva estão se desenvolvendo no mesmo lugar, ao passo que vigora uma visão de que o trabalho feminino seja uma obrigação natural que a mulher tem de ajudar seu marido (BRUMER, 1996).

Isto demonstra o peso da divisão sexual do trabalho, já que embora desenvolvam atividade remunerada, as mulheres não deixam de realizar as

atividades domésticas e seu trabalho na propriedade familiar é desvalorizado. Lembrando que, em alguns casos, as atividades não agrícolas nas quais se inserem são aquelas que podem ser realizadas no âmbito da propriedade, como demonstrado para o caso do turismo rural.

Outros trabalhos (MENASCHE; ESCHER, 1996) demonstraram desigualdades de gênero no trabalho familiar, no qual os homens são privilegiados enquanto chefe de família e da propriedade. O trabalho das mulheres nas atividades produtivas é visto como “ajuda” já que lhes cabem atividades de reprodução familiar (família, casa, horta, pequenas criações, ervas medicinais), enquanto aos homens convém a atividade voltada para o mercado. Porém, como seu trabalho é desvalorizado pela sociedade, quando atividades tipicamente femininas como a leiteira ganham importância no sustento da família, os homens passam a participar e administrá-la (MENASCHE; ESCHER, 1996).

Os recursos oferecidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tendem a ser obtidos e administrados pelos homens, chefes das propriedades, mesmo não havendo impedimento legal para que as mulheres acessem o crédito. Por isso, para estimular o trabalho feminino nos assentamentos rurais e na agricultura familiar e para romper com a situação de desigualdade no meio rural, o governo federal pôs em vigor, a partir do Plano Safra 2004/2005, uma linha de crédito específica para atividades produtivas realizadas por mulheres – o PRONAF Mulher (BRASIL, 2009).

No entanto, é preciso ter cautela quanto à eficácia do programa para incentivar o trabalho feminino e sua autonomia. Isso se deve ao fato de que para muitas mulheres é a primeira oportunidade de possuir um cartão bancário, assinar um contrato e gerenciar recursos (quando isso realmente acontece), atitudes que até então não eram estimuladas a ter pela família ou outras instituições socializantes.

Em estudo recente Hernández (2009) realiza uma análise do empoderamento feminino a partir de políticas de crédito para a agricultura familiar destacando o Pronaf Mulher, afinal

[...] o crédito rural, como instrumento das políticas públicas destinadas à agricultura familiar e seu efeito na situação das mulheres rurais constitui um eixo de análise para as relações de gênero, considerando a noção de empoderamento, como estratégia de desenvolvimento. (HERNÁNDEZ, 2009, p. 43).

A pesquisa demonstra que tal política apresenta ao mesmo tempo potencialidades e entraves, já que seu impacto para a mudança social e para transformações nas relações sociais de gênero é limitado. Indica, ainda, que o funcionamento do Programa não estimula melhorias na posição das mulheres na hierarquia familiar, devido ao formato no qual opera (HERNÁNDEZ, 2009).

A desvalorização do trabalho da mulher e as dificuldades que encontram não estão presentes apenas no sul do Brasil. Esta forma de organização do trabalho dividido em tarefas masculinas e femininas dá-se em todas as regiões e países. Para citar um exemplo, na Holanda, as desigualdades se repetem. Segundo Geluk-Geluk (1994), o trabalho feminino na propriedade só se torna reconhecido quando há uma parceria formal de trabalho entre homens e mulheres, porém raramente as propriedades são gerenciadas por elas.

A situação da agricultura holandesa em meados dos anos 1990, apesar da atividade ter expressiva participação nas exportações do país, não era favorável para os agricultores, por conta das exigências impostas pelo mercado consumidor e por órgãos de proteção ambiental, pela concorrência e pelos baixos rendimentos, favorecendo o abandono das propriedades rurais.

Diante destas dificuldades gerais da atividade agrícola, as mulheres ainda encontravam-se em posições de desvantagem em relação aos seus maridos, já que, mesmo em casos onde havia uma parceria formal de trabalho, o controle da propriedade e as tomadas de decisão ficavam a cargo dos seus cônjuges.

As possibilidades de emprego e renda fora da propriedade rural, conforme demonstra a autora (GELUK-GELUK, 1994), de forma geral não se conciliavam com os cuidados com a família. Mulheres que se inseriam no mercado de trabalho acabavam abandonando a atividade quando nascia seu primeiro filho, fato que aumentava as responsabilidades femininas com o lar. Nesse contexto, a falta de creches e transporte escolar para as crianças rurais, dificultava a inserção da mulher em atividades fora da propriedade, reafirmando seu lugar na família.

O trabalho feminino, dentro ou fora da propriedade, também se limitava pelo desconhecimento das mulheres sobre sua própria situação de mulher rural (questões agrícolas, legais, sociais e econômicas). A seguridade social e a cobrança de impostos, que se baseavam numa noção de família, onde há um provedor que obtém a renda e um responsável pelos cuidados com a família, sem renda própria, dificultavam a parceria no trabalho na propriedade e contribuía para manter a

divisão sexual do trabalho.

A mulher, por não obter renda, tem sua posição social, seus direitos e deveres derivados da posição do marido, "ganhador do pão". Os direitos de segurança social do homem são estendidos para toda família. Ou seja, a mulher é vista apenas como dona de casa e seu trabalho na propriedade não é reconhecido pela sociedade, já que para ser reconhecido como "trabalho", uma mulher rural precisava desenvolver atividade por mais de 20 horas semanais na propriedade (GELUK-GELUK, 1994).

No entanto, o envolvimento feminino com a propriedade e as mudanças pelas quais passaram a sociedade abrem espaço para que as jovens busquem uma posição de independência econômica, na propriedade ou em uma profissão distinta.

Essa busca por independência quando não se realiza dentro da propriedade ou com atividades não agrícolas, conduz à migração, que gera o celibato forçado masculino e a masculinização do meio rural que ameaçam a reprodução da agricultura familiar.

Já em outras situações, argumenta-se que há uma feminização da agricultura. Deere (2006) estudou o aumento na quantidade de mulheres assalariadas e trabalhadoras por conta própria na agricultura, feminizando a produção campestina³, influenciado pelo processo de reestruturação econômica (consequência de crise na economia, de políticas neoliberais e da globalização).

Para a autora (DEERE, 2006), a necessidade de diversificação dos meios de manutenção familiares favorece o aumento da inserção de membros das famílias em atividades não agrícolas. Tal inserção varia para homens e mulheres conforme a composição e o ciclo familiar, a dinâmica e natureza dos mercados nos quais estão inseridos, entre outros fatores.

Desde os anos de 1970, na América Latina, a diversificação de estratégias de sustento tem sido uma das tendências dominantes no meio rural, aumentando a participação econômica das mulheres e sua inserção em atividades não agrícolas. Para a autora, existe uma tendência que as mulheres figurem como chefes de família, em contextos onde há maior migração masculina, ao mesmo tempo em que aumenta o emprego feminino fora da propriedade (DEERE, 2006).

Por outro lado, Deere (2006) argumenta que o maior número de mulheres

³ Optou-se por não fazer distinção entre a forma utilizada pela autora (produção campestina) e a utilizada neste trabalho (agricultura familiar).

chefes de família também se deve à opção de permanecer solteira, de adiar o matrimônio ou pelas separações e divórcios, influenciados pelas oportunidades de gerar ingressos próprios. Tal situação, no entanto, é variável de país para país e difere da realidade encontrada no interior do Rio Grande do Sul, onde o modelo de família patriarcal permanece sendo referência e, como visto anteriormente (ver tabela 7), as mulheres responsáveis pelas propriedades são menos de 5% em cada caso analisado.

Deere (2006) ressalta que, por homens e mulheres desempenharem papéis distintos na produção e na reprodução, as políticas estatais de estabilização e de ajuste estrutural têm efeitos distintos para eles, ou seja, não são neutras com relação ao gênero. Neste contexto, com o aumento do custo de vida, o desemprego masculino, a informalização do trabalho e a queda dos salários, há uma maior participação feminina no mercado de trabalho, resultando em uma das maiores consequências da reestruturação econômica, ao lado da diversificação das fontes de renda (DEERE, 2006, p. 83-84).

Mesmo quando as mulheres têm maior participação em atividades ligadas à produção, como nas agroindústrias, seu trabalho nem sempre é notado e essa inserção não deixa de provocar conflitos. Boni (2006) demonstra que, em agroindústrias catarinenses, as mulheres realizam as atividades em suas próprias casas, para melhor gerenciar o trabalho doméstico, gerando confusão entre uma e outra atividade consequentemente a desvalorização do trabalho produtivo, como uma extensão do trabalho doméstico.

Apesar de o trabalho ser realizado pelas mulheres, os rendimentos obtidos são administrados pelo chefe da família, perpetuando as relações patriarcais e a forma como se dá a interação entre homens e mulheres na sociedade (BONI, 2006). Nesta situação, a jovem rural tende a migrar, em busca de melhores condições de vida, forçando a masculinização rural e o celibato masculino, ameaçando a reprodução da agricultura familiar.

Segundo Brumer (2004), existe uma seletividade da migração rural, afetando principalmente mulheres jovens. No Rio Grande do Sul, a população rural diminuiu cerca de 10% a cada década, entre os anos de 1950 e 1990. Em 1996, a população rural era de 21,3% do total do estado, sendo que havia no meio rural, cerca de 90 mil homens a mais do que mulheres e cerca de 250 mil mulheres a mais no meio urbano.

Mas essa diferença é seletiva também quanto à idade. Embora em todas as faixas de idade exista diferença entre a quantidade de homens e mulheres no meio rural, é na faixa etária de 20 a 25 anos, conforme análise de Brumer (2004), que se apresenta a maior diminuição de mulheres em relação aos homens.

A explicação para essa migração dos jovens e especialmente das moças, está na dificuldade que elas têm de se inserir em atividades independentes das familiares e na divisão do trabalho na propriedade. Nessa divisão, a participação de jovens e das mulheres é desvalorizada enquanto os homens/chefes de família são priorizados para o trabalho dito produtivo e para as tomadas de decisão, entre outros fatores.

As atividades realizadas exclusivamente pelas mulheres, como a comercialização de ovos, queijo ou artesanatos, por exemplo, lhes dão uma autonomia relativa, já que os rendimentos são administrados por elas. No entanto, são atividades esporádicas e sua renda não gera autonomia, inclusive porque costumam ser aplicados no dia a dia da casa e da família, enquanto a renda excedente obtida da produção agrícola, a cargo dos homens, é utilizada para seu consumo individual, em momentos de socialização e lazer (BRUMER, 2004).

É nesse ambiente de trabalho sempre subordinado e jamais reconhecido, que as mulheres procuram outras formas de inserção no mercado de trabalho, ou, em outras situações, abandonam a propriedade familiar, ainda no período da juventude.

Tendo em vista as mudanças sociais das últimas décadas que favoreceram a entrada da mulher no mercado de trabalho e favoreceram alterações dos papéis sociais, o problema de pesquisa aqui proposto é saber: em que condições ocorre a inserção das mulheres rurais no mercado de trabalho não agrícola e que consequências tal inserção traz para a alteração de posições nas famílias, no contexto da agricultura familiar de Veranópolis e Salvador das Missões, no Rio Grande do Sul?

3 AGRICULTURA FAMILIAR, PLURIATIVIDADE E GÊNERO

Esta pesquisa dialoga ao mesmo tempo com três temáticas sociológicas – gênero, pluriatividade e agricultura familiar – para as quais não se alcançou consenso até o presente. No entanto, o entendimento e a definição sobre os temas que foram utilizados são imprescindíveis para este trabalho e para avançar nos conhecimentos sobre as famílias rurais na contemporaneidade.

Conforme Velho (1987), existem vários tipos de família e de sistemas de parentesco. No entanto, esses variados tipos são constituídos a partir de um repertório limitado de configuração. No caso brasileiro, a família não pode ser considerada de uma forma única, devido às diferenças que apresentam em termos de classe social, *ethos*, tradições regionais, entre outras (VELHO, 1987).

Para falar das famílias agricultoras, Woortmann (1987) fornece indicativos das suas especificidades, ao tratar da ética camponesa como constitutiva de uma ordem moral, abordando a família a partir de um valor-família e não apenas como um grupo doméstico. Para o autor (WOORTMANN, 1987), nas famílias camponesas o princípio norteador da moral é a busca pelo bem-estar familiar, uma lógica que se sobrepõe à lógica econômica.

Segundo Woortmann (2001), Chayanov, o primeiro a formular uma teoria sobre a especificidade da economia camponesa, diferenciou esta forma produtiva de outras, como a capitalista, por exemplo. O objetivo da família não seria obter lucro, mas garantir que suas necessidades fossem satisfeitas, levando em consideração uma busca subjetiva de equilibrar o consumo e a produção familiar – um ponto de equilíbrio entre a satisfação das necessidades e a penosidade do trabalho.

Dois pontos chave para entender a lógica de produção familiar são a ausência de salário para os trabalhadores do grupo familiar e o fato de que a família é ao mesmo tempo uma unidade produtiva e uma unidade de consumo. Dessa forma, a unidade familiar e o rendimento agrícola precisam ser analisados como um todo (WOORTMANN, 2001).

Este ponto de equilíbrio é afetado pela composição da família, ou seja, seu tamanho e a quantidade de trabalhadores e não trabalhadores. Essa relação é variável ao longo do tempo, já que as famílias mudam sua composição com a saída

ou entrada de membros. Neste modelo, as mulheres, idosos e crianças consomem mais do que produzem (WOORTMANN, 2001).

Assim, as diferenças de geração e de gênero influenciam na composição das famílias, pois existe uma divisão do trabalho que é intimamente relacionada a tais diferenças. Dessa forma, muitas vezes, homens e mulheres realizam trabalhos semelhantes, mas obtêm reconhecimentos distintos, de acordo com papéis sociais que lhes são atribuídos.

A divisão sexual do trabalho e os papéis sociais de homens e mulheres possuem grande importância para a reprodução das famílias rurais. Carneiro (2001) ao abordar a transmissão do patrimônio familiar, de acordo com as diferenças de gênero, afirma que a mulher tem papel fundamental para a reprodução das famílias, por serem elas as principais transmissoras dos valores sociais para as crianças.

De forma geral, em regiões de colonização alemã e italiana, a sucessão da terra não obedece aos princípios legais (pois, havendo um número grande de herdeiros, a divisão da terra torna-se inviável), mas o princípio do trabalho, no qual, somente quem trabalha na terra tem direito a ela. Enquanto busca-se dar aos filhos homens, especialmente, ao filho herdeiro, um lote de terra para sustento de sua família, às mulheres cabe receber um dote e um enxoval, considerando-se que passaria a fazer parte do grupo familiar do marido e que este seria o responsável pelo seu sustento e dos seus filhos (CARNEIRO, 2001).

Além da obrigação do marido em ser o responsável pela família, desobrigando a herança para as mulheres, o trabalho realizado na propriedade, considerado “ajuda”, não legitimava, sequer para elas mesmas, o recebimento de parcela da herança, reforçando as formas tradicionais de organização das famílias e a dependência em relação aos homens (seja o pai, seja o marido, ou mesmo um filho) (CARNEIRO, 2001).

As percepções relativas às famílias agricultoras têm sido diversas e nem sempre favoráveis, ao longo do tempo. Sobretudo as teorias sociológicas marxistas apostaram no fim do campesinato, no entanto, não se pode negar a permanência das famílias de agricultores, nem mesmo ignorar as transformações recentes que sofrem o meio rural e as famílias rurais.

Em meados dos anos 1990, retomado o debate sobre o meio rural e os pequenos produtores, a ideia de seu desaparecimento (motivado pela competição com produtores maiores, pela migração campo-cidade e pela utilização de novas

tecnologias) cedeu lugar aos estudos das alterações das dinâmicas dos municípios rurais e à continuidade dos pequenos produtores, sob a noção de agricultores familiares.

Como já demonstrado anteriormente, a busca por atividades não agrícolas nas regiões rurais tem aumentado, sem que haja, necessariamente, o abandono da atividade agrícola. No Rio Grande do Sul, a prática da pluriatividade está presente em 44,1% das famílias de agricultores estudadas, sendo mais ou menos concentrada de acordo com a região e sua dinâmica local (ver tabela 2).

Dentre as motivações que levam uma família a combinar atividades agrícolas e não agrícolas como estratégia de reprodução social estão a queda dos rendimentos agrícolas, a modernização tecnológica que dispensa mão de obra, as políticas de incentivo a atividades não agrícolas, de geração de emprego e de contenção de migrações e as mudanças nos mercados de trabalho, especialmente com a descentralização das indústrias (SCHNEIDER, 2005). Outro fator que influencia a maior ou menor recorrência da pluriatividade é a composição das famílias rurais, ou seja, a disponibilidade de força de trabalho.

A combinação de atividades contribui para a reprodução familiar e da atividade agrícola à medida que grande parte dos recursos obtidos em atividades não agrícolas é aplicada para suprir as necessidades básicas das famílias e para investimentos na propriedade (SCHNEIDER *et al*, 2006). Da mesma forma, ela é apontada como fator de um desenvolvimento rural que extrapola o desenvolvimento da agricultura.

À medida que se apresenta como alternativa para a geração de emprego e renda, para o êxodo dos jovens, entre outros problemas enfrentados pelas populações rurais, a pluriatividade possui um papel estratégico para o desenvolvimento rural, de um ponto de vista qualitativo (SCHNEIDER; MATTOS, 2006).

Para realização deste trabalho, o conceito de agricultura familiar norteador é aquele utilizado por Schneider (2003), que o define como um conjunto de indivíduos que constitui um grupo doméstico, com posse e exploração de uma mesma propriedade e que, portanto, constituem uma só unidade de produção e de consumo.

O fato de que um ou mais indivíduos do grupo familiar não participem das atividades na unidade de produção, não descaracteriza o grupo enquanto

agricultores familiares, mas introduz uma diferenciação entre famílias pluriativas e monoativas.

Uma família que vive em uma localidade rural pode realizar atividades não agrícolas sem que seja pluriativa. O que a pluriatividade pressupõe é que haja uma combinação de atividades, sendo pelo menos uma delas a agricultura, configurando uma estratégia familiar de reprodução social.

Dessa forma, seguindo novamente a orientação de Schneider (2005) são pluriativas as famílias em que pelo menos um de seus membros, realiza atividades não agrícolas (ainda que de forma parcial), ao passo que permanecem realizando atividades agrícolas. Por consequência, famílias monoativas ou exclusivamente agrícolas são aquelas que fazem uso somente de atividades agrícolas para sua reprodução social.

As atividades não agrícolas às quais se refere são aquelas exercidas dentro ou fora da UP, de forma autônoma ou assalariada, como por exemplo, prestação de serviços, artesanato, trabalho em indústria ou comércio ou mesmo o trabalho agrícola assalariado fora da unidade familiar (SCHNEIDER, 2003).

É importante frisar, como visto anteriormente, que a combinação de atividades não é mero fruto da vontade dos indivíduos, mas está ligado às dinâmicas locais nos quais estão inseridos. Significa dizer que o recurso à pluriatividade tende a aumentar conforme a diversificação das relações entre o ambiente socioeconômico e os agricultores (SCHNEIDER, 2005).

No entanto, ao focar o estudo das relações de gênero e papéis sociais no interior das famílias de agricultores, sob a influência da pluriatividade, que é a proposta desta dissertação, é preciso levar em conta não só suas trajetórias internas, mas também as mudanças mais gerais que estão ocorrendo nos dias atuais.

Algumas dessas mudanças estão relacionadas à produção agrícola, mas também com a sociedade mais geral. Bock (2006) afirma que tanto a estrutura da agricultura quanto a vida rural estão se modificando como resultado da liberalização e globalização dos mercados, da agricultura internacional e de mudanças nas políticas de desenvolvimento.

Tais transformações afetam as famílias rurais, que precisam arcar com a crescente competição global, ao mesmo tempo em que aumentam os custos de produção e diminuem os preços de venda.

Isso leva muitas famílias a desistirem das propriedades e migrarem ou combinarem agricultura com atividades extra, enquanto a agricultura continua a se industrializar e a alterar sua organização e administração, deixando para trás a lógica familiar. Essa crise, que afeta todo o meio rural, segundo a autora (BOCK, 2006), conduz à diminuição do desenvolvimento – provocando desemprego e migrações.

Todas essas transformações afetam a estrutura e a identidade em comunidades rurais e transformam, de maneira variável, conforme as características dos países e regiões, as relações de gênero nas propriedades e áreas rurais. Porém, as relações de gênero não apenas sofrem as transformações criadas pelas mudanças na agricultura e nas áreas rurais, mas contribuem, elas mesmas, para tais mudanças. Por isso, segundo Bock (2006), é importante estudar as relações de gênero para compreender o desenvolvimento rural.

Embora as definições sobre famílias de agricultores e pluriatividade não sejam consensuais para a Sociologia Rural e mesmo para atores sociais envolvidos com o desenvolvimento rural, como organizações político-partidárias, formuladores de políticas públicas, institutos de estatística e mesmo os próprios agricultores, é a definição de “gênero” que traz maiores dificuldades de apreensão.

Em artigo recente, Louis (2006) buscou saber como a palavra "gênero" vem sendo empregada atualmente, tanto pelas ciências sociais, quanto no campo político, considerando as duas esferas de maneira interligada. Demonstrou assim, que as formas de utilização do "gênero" são diversas, ora sendo um conceito, ora possuindo significados diversos, como o de uma categoria de análise, uma condição, um papel e uma problemática, entre outros.

Ela aponta diversos tipos de estudos e pesquisas sobre gênero, incluindo questões ligadas ao trabalho, ao poder, às relações sociais, às famílias e às transformações sociais (LOUIS, 2006). No entanto, apesar de uma compilação bastante abrangente de temas, a questão do gênero no meio rural não foi demonstrada de maneira expressiva, evidenciando a necessidade de preenchimento de uma lacuna teórica, especialmente quando se trata de modificações recentes, introduzidas pelo aumento da prática da pluriatividade.

Ainda de acordo com Louis (2006), ao se utilizar a definição de gênero é imprescindível que se considere o patriarcado, a dominação masculina, as relações de dominação e a igualdade entre homens e mulheres.

Como mostra a autora, a definição do que é gênero e do que são relações de gênero não está dada, dificultando que se reconheça na realidade empírica aquilo que se deseja estudar, pois afinal, as relações são objetos imateriais e se apresentam de maneiras mais sutis do que a constituição de grupos familiares e adesão a certos tipos de atividades.

Kergoat (1996), utilizando o conceito de “relações sociais de sexo” ao invés de “gênero” ou “relações de gênero”, afirma que a divisão sexual do trabalho é indissociável das relações sociais de sexo⁴. A reflexão sobre as relações sociais como noção é preexistente à divisão sexual do trabalho, porém, como problemática é posterior a ela. Esta noção torna-se anterior por ser uma apropriação do feminismo através do surgimento das categorias de sexo enquanto categorias sociais, demonstrando que os papéis sociais de mulheres e homens são construções sociais com bases materiais e não um resultado do destino biológico (KERGOAT, 1996).

Abordar a divisão sexual do trabalho é articular a descrição do real com a reflexão sobre processos através dos quais a sociedade usa a diferenciação de sexo para hierarquizar as atividades, de forma que a divisão sexual do trabalho tem posição central no poder exercido por homens sobre mulheres (KERGOAT, 1994).

O conceito de relações sociais de sexo conduz a uma visão sexuada dos fundamentos e organização sociais, materialmente fundados na divisão sexual do trabalho. Assim, o conjunto social é pensado de forma particular, pois é baseado na percepção da opressão feminina e não-fragmentada, já que as relações sociais de sexo se aplicam em todas as esferas da sociedade (KERGOAT, 1996).

Dessa forma, existindo uma relação social específica entre homens e mulheres, existem também práticas sociais que variam conforme o sexo, mas não são determinadas biologicamente. Vista dessa forma, a noção de práticas sociais permite restituir aos atores sociais o sentido de suas práticas, enfraquecendo o determinismo deste sentido, entre outros efeitos. As relações sociais de sexo podem ser periodizadas, dando espaço para a abordagem de transformações e também permitem conceber sujeitos que sofrem os efeitos de relações sociais, agindo sobre elas, através de práticas sociais (KERGOAT, 1996).

Ainda conforme Kergoat (1996),

⁴ Embora a opção deste trabalho seja a de “relações de gênero” considera-se pertinente a contribuição da autora para a temática e mantém-se a forma utilizada por ela.

[...] uma mulher não se pensa como mulher, ela se pensa também dentro de uma rede de relações sociais. Como trabalhadora (na relação capital/trabalho, na relação salarial), como jovem ou velha, como, eventualmente, mãe ou imigrante. Ela sofre e/ou exerce uma dominação segundo sua posição nestas diversas relações sociais. Em nível coletivo, é ainda o conjunto das relações sociais que vai fundar o sentimento de pertencer a um grupo e a consciência de dele fazer parte. (KERGOAT, 1996, p. 22).

Já para Saffioti (1995), o sujeito individual é forjado nas relações sociais e através delas, ou seja, é a história de suas relações sociais. O sujeito (o *eu*) é construído na sua relação com outros *eus*. O pertencimento a um sexo serve socialmente como base para a construção de uma identidade de gênero, porém, sexo e gênero não são *coextensivos* (SAFFIOTI, 1995).

As categorias de sexo (mutuamente excludentes) são um dado prévio da realidade, mas as diferenças sexuais são produzidas através de sistemas de representação, portanto, não são reconhecidas por antecipação. Existe uma gramática sexual que indica os comportamentos aceitos para homens e para mulheres e que não se restringe à esfera social, mas se aplica também a psique. Dessa forma, o gênero participa da formação do sujeito como outras categorias como classe social e raça/etnia, as três identidades sociais fundamentais (SAFFIOTI, 1995).

Saffioti (1995) demonstra que a oposição simples entre igualdade e diferença não permite ver que são duas dimensões da sociabilidade democrática e que tratadas isoladamente ou como por dicotômico elas conduzem a relações hierárquicas. Mas a passagem à análise das relações sociais de gênero permite visualizar relações, enquanto a oposição simples entre categorias promove seu congelamento, impedindo as relações. Não sendo a oposição que define o *eu* em relação ao *outro* pode haver similitudes e diferenças nas relações sociais (SAFFIOTI, 1995, p. 160-161).

A noção de gênero foi ganhando espaço diante dos “estudos sobre a mulher” (que não tinham o mesmo caráter relacional), a partir dos anos de 1980. Até então, explicações biológicas e análises sobre características físicas de homens e mulheres eram utilizadas para dar conta de diferenças, que agora são vistas como sociais.

O que a perspectiva de gênero realiza é uma superação dos limites biológicos (sem que haja negação dos tipos físicos) e trata homens e mulheres sob a ótica de papéis sociais historicamente construídos. Na presente proposta de pesquisa, o que

se irá priorizar para abordar as relações de gênero, serão justamente os papéis sociais de homens e mulheres na sociedade, de acordo com visões de mundo e modos de agir inculcados através da socialização.

Para Giddens (2004), o gênero, “feito” nas interações sociais do dia a dia, influencia a construção de todos os aspectos da existência, como o tom de voz, os gestos e normas de comportamento. Dessa forma, “reproduzimos socialmente – fazemos e refazemos – o gênero em milhares de pequenas ações praticadas ao longo da vida” (GIDDENS, 2004, p. 108).

Seguindo a distinção de Giddens (2004), existem três grandes interpretações sociológicas para as diferenças e desigualdades de gênero. A primeira defende uma base biológica para os comportamentos de homens e mulheres, buscando explicar as diferenças entre uns e outros através das características físicas.

A segunda corrente, embora não negue o pertencimento a um sexo biológico, destaca a socialização como fundamental para a formação do gênero (dessa forma, a criança nasce com um sexo e desenvolve um gênero em relação a ele). É dessa perspectiva que participam autores como Bourdieu, que norteia as análises das relações de gênero previstas neste trabalho.

Já a terceira perspectiva considera o sexo e o gênero como produtos sociais, já que o corpo humano é moldado de acordo com forças sociais e podem ser modificados, contrariando os padrões “naturais”, através de atividades físicas, dietas, vestimentas e mesmo cirurgias.

De acordo com Giddens (2004),

[...] o gênero é um factor crítico na estruturação dos tipos de oportunidade e das hipóteses de vida que os indivíduos e os grupos enfrentam, influenciando fortemente os papéis que desempenham nas instituições sociais, da família ao Estado. Embora os papéis dos homens e das mulheres variem de cultura para cultura, não se conhece nenhuma sociedade em que as mulheres tenham mais poder do que os homens. (GIDDENS, 2004, p. 114).

As mulheres tendem a possuir papéis menos valorizados e recompensados do que os homens, em todas as sociedades. Geralmente, na divisão do trabalho, as mulheres são as responsáveis pelos cuidados com a família e a casa, enquanto os homens são responsáveis pelo sustento familiar, gerando posições desiguais de poder (GIDDENS, 2004).

Bourdieu (1996) após ter dedicado grande parte de seus trabalhos ao estudo do que chama dominação simbólica, adverte que a dominação masculina é a forma mais acabada e um caso particular de dominação exercida por vias simbólicas (BOURDIEU, 1996).

O estudo da dominação masculina se baseia na sociedade kabyle⁵, considerada como “um conservatório de uma espécie de inconsciente mediterrâneo” por estudos de Antropologia Comparada sobre a região mediterrânea (BOURDIEU, 1996, p. 29). Segundo Bourdieu (1996), o sistema kabyle, conservado através do próprio funcionamento, confronta nosso inconsciente cultural em termos de feminilidade e masculinidade.

Para compreender a dominação masculina pode-se basear na análise da ordem institucional, que existe tanto nas coisas como nas mentes. Um exemplo da primeira forma é a divisão espacial entre homens e mulheres, enquanto um exemplo da segunda pode ser os princípios de visão e divisão (BOURDIEU, 1996).

Pode-se demonstrar a aplicação do estudo dos kabyles para as nossas sociedades através da coincidência entre as zonas quentes e frias, identificadas nos dois casos, como masculinas e femininas respectivamente. Essa divisão entre quente e frio está inscrita também na divisão produtiva sendo difícil que ocorram alterações.

Como destaca Bourdieu (1996),

[...] podemos ter até uma revolução técnica, o que acontece não raro, sem que nada mude na divisão do trabalho. Isto porque, tal oposição existe na objetividade e existe também dentro das cabeças, continuando assim a reproduzir estruturas das quais são o próprio produto. Para compreender essas diferenças que são irreduzíveis à sua dimensão tecnológica, mesmo que elas sejam quase sempre justificadas em nome de argumentos tecnológicos, a tecnologia exercendo em nossa sociedade o papel que a natureza exerce nas sociedades pré-capitalistas, é necessário ver que elas são quase sempre enraizadas nessa estrutura de ordem (masculina) que existe ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, sob forma de princípios de divisão ou nos corpos sob forma de muitas maneiras de usar o corpo, cuidados, postura, *hexis* (palavra grega que significa *habitus*), etc. (BOURDIEU, 1996, p. 30-31).

Para compreender a dominação masculina é preciso analisar ao mesmo

⁵ As sociedades kabyle ou cabila, como adiante consta no texto, não passam do mesmo grupo social. No entanto, a diferença na nomenclatura dá-se por manter as formas das traduções dos textos originais.

tempo as estruturas inscritas na objetividade (nas maneiras de usar o corpo) e as inscritas na subjetividade (percepção sobre os corpos dos outros).

De acordo com Bourdieu (1996) “[...] o que faz a circularidade terrível das relações de dominação simbólica, o que faz com que não seja fácil se livrar dela, é que elas existem objetivamente sob forma de divisões objetivas e sob forma de estruturas mentais que organizam a percepção dessas divisões objetivas” (BOURDIEU, 1996, p. 30-31).

Isso significa dizer que tudo aquilo que diz respeito ao gênero aparece sempre na forma de evidências, e assim, o universo masculino se impõe através de evidências, para as quais é necessário existir

[...] uma produção coletiva de mentalidades coletivamente estruturadas conforme as estruturas objetivas e de acordo com essas estruturas. Quando se percebe um mundo estruturado por meio de estruturas subjetivas e de acordo com as estruturas objetivas, tudo parece evidente. A evidência nasce do acordo das estruturas. Para que tudo isso funcione, é preciso se ter universos nos quais a ordem objetiva, as estruturas objetivas sejam capazes de se reproduzir nas estruturas mentais (BOURDIEU, 1996, p. 31).

Os ritos de instituição, como a circuncisão masculina (que separa homens de mulheres) ou os concursos (que separam os aprovados dos não aprovados) contribuem para a reprodução e conformação das estruturas objetivas e subjetivas. Para Bourdieu (1996, p. 31-32), a imposição do funcionamento da dominação simbólica representa a imposição de uma representação dos órgãos sexuais, ou seja, uma construção social das diferenças anatômicas visíveis.

Assim, o mundo social constrói a diferença anatômica e esta diferença construída socialmente se torna a base da diferença social que a cria, invertendo causa e efeito. Por conseguinte, havendo a construção social dos sexos por meio de categorias sociais, é necessário analisar as condições sociais das categorias desta construção social (Bourdieu, 1996).

De acordo com Bourdieu (1996), o sistema escolar reproduz as categorias que constroem a diferença entre homens e mulheres e estas categorias são instrumentos cognitivos. Isso significa que há a estruturação das mentalidades e lutas cognitivas, de forma que as mulheres se voltam contra as representações da masculinidade, a partir das próprias representações. Dito de outra forma, nas lutas simbólicas os dominados costumam utilizar as categorias dos dominantes que

constroem o objeto contra o qual se colocam os dominados (BOURDIEU, 1996).

Todo o corpo é construído socialmente através das oposições. Como exemplo o alto e o reto sendo relacionados ao masculino, enquanto o baixo e o curvo às mulheres, de maneira que a conduta masculina permite o olhar nos olhos, enquanto a feminina exige o olhar baixo. Da mesma forma, há ensinamentos sobre modos de vestir e formas de se portar masculina e feminina, o que pode ser chamado de uma gramática dos corpos, um trabalho de educação que possibilita a incorporação das construções sociais, tornando-se maneiras de fazer e ao mesmo tempo categorias de percepção destas mesmas maneiras de fazer (BOURDIEU, 1996, p. 36).

Deve-se destacar que os dominados precisam incorporar as estruturas com as quais os dominantes os percebem para que a dominação simbólica se efetive. Isso significa dizer que a submissão não pode ser um ato consciente. Portanto, para a compreensão da dominação masculina é preciso abordar as disposições e não a lógica da consciência, afinal, a consciência não tem controle sobre aquilo que está no nível das disposições corporais (BOURDIEU, 1996).

A dominação se perpetua e se transforma apesar de mudanças tecnológicas e econômicas relevantes por haver uma autonomia relativa da ordem simbólica sobre as demais. Existe uma lógica que é específica da economia dos bens simbólicos que se distingue da economia econômica, mas que pode funcionar e se perpetuar mesmo na ordem puramente econômica. O fundamento da situação de dominação das mulheres e sua perpetuação também residem na alienação simbólica à qual elas são condenadas por serem sempre percebidas e se perceberem através das categorias masculinas. O ser social feminino é um ser-percebido, um ser para o olhar, para o outro e passível de ser utilizado como capital simbólico (BOURDIEU, 1996, p. 38-39).

Bourdieu (2005) trata mais detalhadamente do mesmo assunto em outra publicação (*A Dominação Masculina*). Como indica no prefácio da obra, aborda a questão da permanência ou mudança da ordem sexual. Também questiona se as relações entre homens e mulheres se alteraram menos do que se acredita, baseando sua análise na da sociedade cabila e questionando também que tipos de mecanismos históricos são responsáveis pela continuação das estruturas e princípios da divisão sexual (BOURDIEU, 2005).

Como foi citado anteriormente, para Bourdieu a dominação masculina é uma consequência da violência simbólica, a qual aborda em sua teoria mais geral. Tal

violência se apresenta de uma forma que não é sequer percebida pelas suas vítimas, já que é exercida através de vias simbólicas como a comunicação e o conhecimento. Através dessas vias são transmitidas e legitimadas as formas de agir e pensar dominantes, no caso específico, são reafirmadas as categorias masculinas, que ordenam o mundo social.

Novamente recorrendo a estudos acerca da sociedade cabila (sociedade organizada sob o princípio androcêntrico), propõe uma análise de nosso inconsciente, buscando romper, dessa forma, com a familiaridade enganosa de nossa própria tradição (BOURDIEU, 2005).

Esse rompimento se faz necessário já que, segundo o autor, um processo coletivo de socialização do biológico e de biologização do social inverte a relação entre causas e efeitos e faz ver uma construção social naturalizada, como fundamento natural de uma divisão arbitrária, que está no princípio da realidade e da sua representação, interferindo na pesquisa (BOURDIEU, 2005, p. 9-10).

A divisão sexual, de acordo com o autor, se mostra para nós como natural, até mesmo, inevitável. Esta divisão está objetivada nas coisas, no mundo social e incorporada nos corpos e *habitus*, funcionando como sistemas de percepção, pensamento e ação. Isso porque existe uma concordância entre estruturas objetivas e cognitivas que leva a uma referência ao mundo que apaga as condições sociais que a torna possível e dessa forma, se legitima o arbitrário, como se fosse natural (BOURDIEU, 2005).

Nas palavras de Bourdieu, a “força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la” (BOURDIEU, 2005, p. 18).

Nesse sentido, atuam a divisão social do trabalho, a estrutura do espaço e a estrutura do tempo. A primeira sendo responsável pela designação de atividades para cada sexo, o local, momento e instrumentos atribuídos a elas, enquanto o segundo atribui ao homem os espaços públicos e à mulher, o espaço privado, da casa, e mesmo esta, com divisões. Já o terceiro divide o tempo de trabalho ou ciclo da vida, relacionando longos períodos de gestação com a mulher, enquanto períodos de ruptura são relacionados aos homens (BOURDIEU, 2005).

O autor acrescenta ainda que a diferença entre os sexos biológicos é construída pelo mundo social, de acordo com uma visão mítica de mundo, que está

enraizada na relação de dominação masculina, reiterada na ordem social pela divisão do trabalho. Assim, as diferenças biológicas servem de justificativa natural de uma diferença social entre gêneros, especialmente na divisão social do trabalho (BOURDIEU, 2005, p.20).

São essas visões de separação social, na qual homens e mulheres recebem lugares, posições e atividades distintos que orientam a elaboração deste trabalho. Considera-se, também, as transformações que têm ocorrido nas relações de gênero e nas estruturas familiares, buscando um olhar crítico que permita perceber até que ponto tais transformações são apenas superficiais e contribuem para a manutenção do padrão vigente de dominação masculina.

De forma mais elucidativa, os papéis sociais, os quais se pretende analisar para discutir as relações de gênero no meio rural, podem ser definidos como um conjunto de regras sociais e de expectativas daquilo que a sociedade espera que sejam práticas de homens e do que ela espera que sejam práticas de mulheres.

Para perceber esses papéis, tomam-se por base as reflexões de Bourdieu (2005), sobre a posição da mulher e principalmente, sobre os ensinamentos do que se espera das mulheres, juntamente com a análise da divisão do espaço, mesmo em situações em que as mulheres experimentam certo distanciamento da unidade de produção, da família e de seus cônjuges. Para isso, servirão, sobretudo, as informações sobre o tipo e setor de atividade não agrícola realizada pelas mulheres (por exemplo, vendedora no comércio) e mesmo a localização (dentro ou fora da UP).

Dito de outra forma, quando se coloca a hipótese de que a prática da pluriatividade altera as relações de gênero e os papéis sociais dentro das famílias de agricultores, se está procurando analisar, à luz das contribuições do autor, até que ponto podem ocorrer mudanças na esfera social sem que se altere, de fato, as estruturas sociais vigentes.

4 MISSÕES E SERRA GAÚCHA: TRABALHO DE CAMPO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

O presente estudo deriva da Pesquisa Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Rio Grande do Sul (AFDLP), desenvolvida em parceria pela UFRGS e UFPEL, tendo como objeto de investigação a agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Esta pesquisa foi realizada a partir de quatro microrregiões, a saber, Colonial da Serra, Serra do Sudoeste, Missões e Alto Uruguai.

De cada microrregião foi selecionado um município, a partir do Censo Agropecuário 1995/96, para representar a totalidade da região, servindo de base para as análises. São eles, respectivamente: Veranópolis, Morro Redondo, Salvador das Missões e Três Palmeiras.

A coleta de dados ocorreu através da aplicação de questionários semi-estruturados, compostos por mais de 1000 variáveis, obtendo informações variadas, como características das famílias de agricultores (englobando quantidade de indivíduos na família, idade, escolaridade, tipo de trabalho...), a estrutura fundiária, a qualidade de vida, as representações sobre o meio rural, a atividade de agricultor, o tipo de produção, as relações institucionais, entre outros.

Do projeto AFDLP emergiram os projetos “Desenvolvimento Territorial Rural e Segurança Alimentar” e “Emprego e Renda no Meio Rural”, nos quais estive inserida como bolsista de pesquisa, durante o curso de graduação em Ciências Sociais, analisando as influências da pluriatividade para a qualidade de vida das famílias agricultoras e posteriormente, abordando a divisão sexual do trabalho no meio rural.

A partir do banco de dados disponível, foi possível conhecer as características das mulheres que compõem as famílias agricultoras de Veranópolis e Três Palmeiras, no Rio Grande do Sul, através da comparação entre os tipos de famílias. Os dados sobre a permanência no meio rural, tipo de trabalho das mulheres, posição na família, idade, estado civil e escolaridade não apontaram diferenças significativas entre mulheres de famílias pluriativas ou monoativas.

No entanto foram tais análises que conduziram ao questionamento sobre a influência da pluriatividade sobre as relações de gênero quando ela é efetivamente realizada por mulheres e evidenciaram a necessidade de retorno ao campo para dar continuidade às pesquisas, servindo de impulso para o presente trabalho.

Para a realização desta pesquisa, foram selecionados apenas dois municípios, de acordo com a maior intensidade de combinação de atividades que apresentam em relação aos demais (Três Palmeiras e Morro Redondo): Veranópolis, localizado na região da Serra Gaúcha, que apresenta índice de pluriatividade de 59,3% e Salvador das Missões, localizada na região das Missões, que apresenta 46,6%.

Supostamente, a maior quantidade de famílias pluriativas permitiria que se encontrasse com mais facilidade mulheres entre os indivíduos pluriativos, foco deste trabalho. No entanto, no primeiro momento houve certa dificuldade de localizar tais mulheres, pelo reduzido período que ficavam em casa ou pelos compromissos assumidos por suas atividades, aliado à dificuldade de transportes para o meio rural, em finais de semana.

Dessa forma, algumas mulheres foram entrevistadas no seu local de trabalho, quando foi possível, o que facilitou a realização das entrevistas com as mulheres que trabalhavam fora de casa.. Em outros casos, o encontro entre pesquisadora e pesquisados deu-se em locais alternativos, como o salão do hotel, o sindicato ou a sede do clube de mães.

Outro fator que influenciou a escolha dos municípios foi a diferença étnica entre as duas localidades, podendo implicar em diferentes influências religiosas e culturais. No entanto, a partir da inserção em campo percebeu-se que o fator religioso não tinha a influência que se esperava, já que a religião predominante entre os descendentes de alemães da região missioneira era a Católica, assim como entre os descendentes de italianos da região serrana.

A escolha de dois locais distintos permitiu uma comparação entre diferentes dinâmicas locais, considerando o fato de que as características encontradas em cada região influenciam a maior ou menor participação em atividades não agrícolas, conforme tem sido demonstrado por pesquisas recentes no meio rural gaúcho (RADOMSKY, 2006; CONTERATO, 2008).

Apesar de os dois municípios de estudo apresentassem origens, formação étnica e formas de agricultura distintas, ambos apresentam índices de desenvolvimentos mais elevados em relação aos outros municípios que compunham a amostra original (Morro Redondo e Três Palmeiras), o que favoreceu a escolha para que se efetivasse a comparação regional.

A pluriatividade é uma noção concernente à família, no entanto, esta parte da

pesquisa tem o foco centrado nas mulheres que compõem as unidades familiares. Portanto, os dados analisados foram coletados através de entrevistas individuais semidiretivas ou entrevistas em profundidade, tanto com mulheres que realizam somente atividade não agrícola e tarefas domésticas, quanto com aquelas que também realizam atividades não agrícolas.

Embora já se dispusesse de amplo material sobre as famílias agricultoras do Rio Grande do Sul, a realização de entrevistas se fez necessária devido às especificidades das relações familiares que se buscou analisar, já que este método apresenta grande possibilidade de aprofundamento na obtenção de dados e portanto, grande potencial heurístico.

Também a realização de entrevistas se fez necessária devido a não problematização das relações de gênero no meio rural no questionário original (ver Apêndice A), embora houvesse um bloco de perguntas englobando todos os membros das famílias, como dados de identificação ou mesmo questões subjetivas, como a valorização do meio rural por exemplo.

Além disso, a tendência era a de haver um respondente, aquele identificado como o responsável pela propriedade, para todas as questões, envolvendo a totalidade da família, o que pode ocasionar o ocultamento dos conflitos de geração ou de gênero. Posteriormente, durante a análise dos dados percebeu-se que na maioria dos casos eram os homens que figuravam entre os responsáveis, esta posição sendo restrita para as mulheres.

Assim como a ida à campo permitiu realizar entrevistas também a observação foi utilizada na medida do que foi possível, complementando as informações das entrevistas, buscando ultrapassar os limites impostos pela situação de desigualdade entre entrevistador (que coloca questões) e entrevistado (posto em situação bastante diversa da sua vivência cotidiana, devendo oferecer informações sobre a própria vida).

O objetivo das entrevistas, além de corresponder a informações descritivas como idade, escolaridade, composição da família, entre outras, foi obter informações sobre os tipos de trabalho em que as mulheres estão inseridas, de que forma se deu esta inserção e quais consequências foram percebidas por elas, após seu ingresso no mercado de trabalho alheio ao familiar.

Pretendeu-se obter informações acerca do período em que as mulheres iniciaram as atividades não agrícolas, quais motivações e entraves influenciaram

nessa decisão, como o seu desenvolvimento é percebido pelas mulheres e suas famílias, como isso altera (se altera) a divisão do trabalho doméstico e na UP, entre outras (ver Apêndice B).

Desta forma, esta pesquisa buscou compreender as trajetórias de inserção no mercado de trabalho não agrícola, por parte das mulheres que compõem as unidades familiares consideradas como agricultura familiar, relacionando-as com os papéis sociais de homens e mulheres.

Para Gaskell (2004), o ponto de partida da pesquisa social é o pressuposto de que o mundo social é construído por pessoas em suas vidas cotidianas e a entrevista qualitativa é o ponto de entrada para o cientista social compreender as narrativas dos atores de forma conceitual e abstrata, através de esquemas interpretativos.

Através da entrevista qualitativa se obtém dados básicos para compreender relações entre atores sociais e situações nas quais estão inseridos. “O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (GASKELL, 2004, p. 65).

A finalidade de uma pesquisa de caráter qualitativo é explorar as diferentes representações sobre o tema tratado, portanto, a quantidade de entrevistas se torna menos importante do que a variedade que elas abarcam (GASKELL, 2004).

A seleção dos entrevistados partiu do conhecimento prévio das famílias agricultoras dos dois municípios, através do banco de dados do projeto acima citado. No entanto, o maior critério passou a ser a indicação de mulheres por parte das funcionárias da Emater dos municípios, responsáveis pelos programas sociais da instituição.

Também contribuíram para a indicação de mulheres funcionárias da Secretaria de Assistência Social e de setores de pesquisa em saúde, atuantes no hospital local, no caso de Veranópolis. A partir da indicação das informantes chave, que gozavam de certo prestígio entre as agricultoras, buscou-se contato telefônico, e a partir delas estabeleceu-se o contato para entrevistar também seus esposos.

Em Salvador das Missões, todos os contatos foram feitos através da Emater, e as entrevistas foram realizadas ou no espaço do clube de mães, ou nas propriedades rurais, de forma que ocuparam menor espaço de tempo.

Para evitar que as entrevistas não deem conta daquilo que se pretende,

Gaskell (2004) sugere a definição de um tópico guia que deve ser acionado em caso de esquecimento das questões e para controlar o andamento da entrevista. O tópico guia elaborado serviu para orientar as perguntas colocadas para as entrevistadas, mas as respostas não ficaram restritas a ele.

Seguindo a orientação de Cortes (1998), que aponta que a escolha da técnica de pesquisa deve ser guiada pela escolha do problema, em conformidade com as teorias sobre a temática, este trabalho é predominantemente qualitativo, ainda que informações de caráter quantitativo apresentem relevância para a análise. A união dos dois métodos e de técnicas variadas permite que se possa aprofundar a análise, ultrapassando a mera descrição da realidade social.

Segundo Bauer, Gaskell e Allum (2004) existem diferentes formas de geração e análise de dados, bem como diversos meios e modos de obtenção das informações. Conforme sua orientação, esta pesquisa se caracteriza por ser um estudo de caso, no qual a geração de dados se dá através de entrevistas individuais, tendo como meio de análise o texto dela produzido. Esta forma é caracterizada como “informal”, pois não exige um conhecimento especializado, ou seja, o entrevistado pode se expressar de acordo com suas capacidades e de acordo com os estímulos que recebe, na situação de entrevista.

Em artigo, Bauer e Aarts (2004) discutem a amostragem utilizada na pesquisa social empírica. Segundo os autores, ela “seleciona evidência para argumentar e necessita justificar a seleção que é a base de investigação, descrição, demonstração, prova ou refutação de uma afirmação específica” (BAUER; AARTS, 2004, p. 39).

Na pesquisa quantitativa, usa-se uma amostragem que seja estatisticamente representativa da população que se pretende estudar, no entanto, na pesquisa qualitativa, isso se torna inviável, portanto, os autores (BAUER; AARTS, 2004) propõem a construção de um *corpus*, que seria equivalente a uma amostra representativa, embora apresente uma estrutura diferenciada.

Seguindo a orientação de “selecionar, analisar, selecionar de novo”, o *corpus* cresce durante sua formação, ou seja, ele não apresenta um número pré-definido de casos que devem ser analisados, mas é composto de acordo com alguns critérios, tais como a relevância do assunto e a coleta de informações sob um único ponto de vista. É preciso, ainda, que haja uma homogeneidade dos materiais, não se utilizando, por exemplo, textos e imagens dentro de um mesmo *corpus*, bem como, é

preciso considerar a sincronicidade, o que significa dizer, seu ciclo de mudança – em casos de padrões familiares, eles tendem a permanecer por uma geração ou duas (BAUER; AARTS, 2004).

Gaskell (2004) também reconhece que não é possível estabelecer previamente o número de entrevistas para uma pesquisa, mas sugere como quantidade adequada um número entre 15 e 25 entrevistas, buscando uma quantidade que não torne a análise inviável. Um critério apontado para o limite é a inexistência de informações novas, afinal, as representações não são somente individuais, mas sociais, e tendem a se repetir em grupos e ambientes específicos.

Este limite também se relaciona com o fato de que as entrevistas podem ser longas, e quando são muito numerosas, isso pode acarretar perda de informação, já que, segundo o autor, é preciso ser capaz de reviver a situação de entrevista, através das suas transcrições (GASKELL, 2004).

Como não se pôde definir previamente um número adequado de entrevistas para esta pesquisa, foram realizadas entrevistas até encontrar o ponto de saturação, ou seja, o ponto no qual a realização de novas entrevistas não acrescentam informações, não contribuindo para a diversidade de representações sociais para análise do tema proposto.

As entrevistas analisadas em Veranópolis foram as de cinco mulheres e dois homens, além de algumas conversas informais, sobretudo com funcionários da Assistência Social e do Centro de Proteção à Mulher, que havia sido inaugurado há poucos meses na época da ida a campo.

A idéia inicial de entrevistar também maridos e filhos das mulheres, para ter uma visão mais ampliada da família foi dificultada, pois quando filhos e filhas não eram muito pequenos, passavam a semana fora para estudar e os poucos que restaram não estiveram disponíveis para entrevista – pelos horários de estudos ou de trabalho. Já com os maridos foi difícil conseguir que tivessem tempo para a realização da entrevista e também que expressassem suas idéias.

Em Salvador das Missões, além das entrevistas individuais, foi possível realizar uma dinâmica para introduzir o assunto e deixar as mulheres mais à vontade para falar. As mulheres reunidas no Clube de Mães da Sede assistiram ao documentário brasileiro “Nem honra nem gravata” o qual aborda as percepções de homens e mulheres de várias idades sobre as diferenças entre eles.

Embora houvesse o estímulo do filme, as mulheres permaneciam em silêncio,

até que fossem bem direcionadas as questões, por parte da entrevistadora. Algumas mulheres, com mais idade, apenas ouviram as demais, ficando os maiores comentários por parte de um pequeno grupo, as demais fazendo poucos comentários. Neste momento, elas deram algumas visões gerais sobre a importância da família e do diálogo familiar na resolução de conflitos, o trabalho na agricultura, as igualdades e desigualdades, o lazer e a participação dos maridos nas tarefas “femininas”.

De maneira geral, a dificuldade de deslocamento para as zonas rurais dos municípios foi o principal entrave encontrado, pois mesmo contando com a carona recebida pelos informantes principais que colaboraram com esta pesquisa, era preciso conciliar horários e disponibilidades.

Por vezes, também se observou certa insegurança por parte das entrevistadas e entrevistados diante do gravador, embora fosse um objeto pequeno e, portanto, bastante discreto. Além disso, a temática proposta gerava certa resistência em alguns casos, de maneira a obscurecer as relações de gênero, sobretudo em Veranópolis.

A pesquisa de campo também teve entraves devido à espera pela liberação de recursos solicitados ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, que contribuíram financeiramente. Após a liberação dos recursos, foi preciso conciliar viagens aos municípios com o cumprimento dos créditos exigidos no curso de mestrado.

Não obstante, foram a inexperiência em campo, o tempo pouco amistoso, e a dificuldade de aplicar entrevistas em Veranópolis os fatores que mais contribuíram para os ajustes no cronograma, retardando o produto final, ou seja, as análises que compõem esta dissertação.

4.1 Microrregião de Caxias do Sul: Colonização italiana, parentesco, desenvolvimento econômico e tradição

Um dos locais aos quais esse estudo se refere é o município de Veranópolis, na Serra Gaúcha, localizado a 170 quilômetros da capital Porto Alegre, considerado

representativo da microrregião de Caxias do Sul⁶. Uma região de colonização italiana que mantém ainda traços da formação colonial e que figura entre as de maior desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul.

Formado majoritariamente por italianos e poloneses, no final do século XIX, o município de Veranópolis foi ampliando sua economia e se urbanizando, porém, mantendo os costumes, as formas de sociabilidade e a importância das relações de parentesco e de interconhecimento (RADOMSKY, 2006).

Antes da colonização as atividades econômicas na localidade eram praticadas por indígenas, tropeiros e viajantes, que por ali passavam, de forma esporádica. Na busca por terra, colonos de Bento Gonçalves se estabeleceram do outro lado do Rio das Antas (limite entre os dois municípios) para forçar mais a abertura de mais uma colônia, o que foi realizado em 1884, com a fundação de Alfredo Chaves (RADOMSKY, 2006).

Pertencente ao município de Lagoa Vermelha, Alfredo Chaves tornou-se município independente, em 1898, devido ao seu crescimento e à distância do centro administrativo do município ao qual pertencia. Esse isolamento reforçou os laços de solidariedade existentes nos primeiros anos de colonização (RADOMSKY, 2006).

A chegada dos imigrantes europeus na localidade que passou a chamar-se Veranópolis, criou um modo de vida semelhante ao modo camponês, o qual Henri Mendras denomina de sociedades de interconhecimento, ou seja, nas quais imperam relações personalizadas, com profundo conhecimento daqueles que pertencem à comunidade, havendo homogeneidade cultural e sociabilidade baseada no parentesco. Outras características das sociedades camponesas, descritas por Mendras, são certa autonomia diante da sociedade geral, a importância estrutural do grupo familiar, a indistinção entre produção e consumo e a participação dos mediadores e notáveis da comunidade (RADOMSKY, 2006).

A forma como ocorreu a colonização na região originou uma sociedade calcada no parentesco e nas amizades, na etnia e no catolicismo, na qual as relações de interconhecimento estruturavam as formas de trabalho e a participação política, que serviram de base para o desenvolvimento local, permitindo a

⁶ As microrregiões são definidas pelo IBGE de acordo com características socioeconômicas que apresentam. Fazem parte da microrregião de Caxias do Sul: Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Monte Belo do Sul, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, Santa Tereza, São Marcos, Veranópolis e Vila Flores.

diversificação da base produtiva e a industrialização a partir de pequenas unidades (RADOMSKY, 2006).

Na década de 1950, a região passou por grandes mudanças na agricultura, deixando de ser o referencial de celeiro do trigo e do milho, já que a produção de cereais foi deslocada para outras regiões do estado. Com o surgimento de óleos a base de soja, a produção de suínos e banha diminuiu e nesse contexto, a solução encontrada foi a introdução de novas culturas como a maçã, o alho e a batata-inglesa, bem como a especialização em uva e vinho (CASTILHO E SILVA, 2006).

Após esse período, os colonos tiveram suas condições de moradia e de instalações da propriedade melhoradas. Houve um aumento da monetarização da economia, que estimulou o comércio e a indústria, favorecendo a criação de bancos e a diversificação do comércio, de forma que a indústria e comércio de pequeno porte existentes se tornaram atraentes para garantir o sustento das famílias e receber os recursos gerados pela agricultura colonial (CASTILHO E SILVA, 2006).

A partir da década de 1960, a agricultura tornou-se fortemente dependente do mercado, ao passo que o sistema colonial de reprodução social, baseado na produção para autoconsumo e na venda de excedentes, se transformava em um modelo fundado na especialização produtiva de algumas culturas e no uso de insumos industriais (CASTILHO E SILVA, 2006).

Nos anos de 1980, as agroindústrias passam a investir em leite, frango e suínos, ao passo que agricultores denominados “fruteiros” passaram a escoar a produção agrícola local, fazendo surgir um terceiro grupo. Tal grupo, excluído da especialização agrícola, formado pelos jovens rurais e agricultores mais pobres, é absorvido pelo mercado de trabalho urbano local (fato que diferencia Veranópolis da maioria das regiões onde ocorreram mudanças na base tecnológica agrícola) (CASTILHO E SILVA, 2006).

Hoje, o modo de vida colonial mistura-se com novas relações de trabalho e produção. O desenvolvimento do capitalismo na agricultura deu-se de modo contraditório. As novas formas de produção não eliminaram as particularidades da estrutura do trabalho e da produção da agricultura familiar. Esta foi possibilitada pelo fato de que os agricultores passaram a produzir mercadorias, mantendo a propriedade dos meios de produção (ou seja, terra, trabalho e capital) e produzindo a custos menos elevados, já que não remunera terra e trabalho (RADOMSKY, 2006).

Esse processo também traz consequências para a reprodução da agricultura familiar. Os agricultores inseridos em um meio capitalista submetem-se, em maior ou menor escala, a condicionantes, alterando o funcionamento e a reprodução no interior da propriedade, fortalecendo o vínculo com a sociedade que o envolve (RADOMSKY, 2006).

Segundo dados disponíveis da Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2008), a população de Veranópolis era de 24.280 habitantes em 2008. No ano 2000, registrava taxa de analfabetismo de 4,55% e expectativa de vida ao nascer de 75,51 anos. O PIB per capita⁷ foi de R\$ 18.161, em 2006. Na classificação geral dos municípios do estado, Veranópolis ocupa o 19º lugar no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE).

4.2 Microrregião de Cerro Largo: Colonização alemã, caboclos, migração e modernização agrícola

O segundo município ao qual esse trabalho se refere é Salvador das Missões, correspondente à microrregião de Cerro Largo⁸, localizada na região Missioneira do estado, que apresenta uma colonização distinta da anterior.

Embora a colonização por alemães seja relativamente recente, esta não foi a primeira forma de ocupação do território, que já foi utilizado por indígenas, jesuítas e caboclos (grupo de origem heterogênea, formado por descendentes de indígenas e europeus colonizadores) (NIEDERLE, 2007).

Como não é difícil de perceber, pelo nome “Missões” reafirmado em grande parte dos comércios locais, nesta região, até meados do século XVIII estavam dispostos os Sete Povos das Missões, nos quais indígenas e jesuítas criaram uma forma de organização social e de trabalho bastante incomum, que veio a se desfazer pelas disputas territoriais entre Espanha e Portugal.

⁷ Valor do Produto interno bruto por pessoa, calculado a preço de mercado. Para o cálculo são contabilizados os valores monetários de todos bens e serviços produzidos no município.

⁸ Fazem parte da microrregião de Cerro Largo: Caibaté, Campina das Missões, Cerro Largo, Guarani das Missões, Porto Xavier, Roque Gonzales, Salvador das Missões, São Paulo das Missões e São Pedro do Butiá.

Dos Sete Povos restaram as ruínas e apenas influências religiosas e míticas, enquanto demais elementos culturais não foram apropriados pelos colonos de origem alemã que mudaram para a área (NIEDERLE, 2007).

Após a Guerra Guaranítica (1754-1756)⁹ que culminou com a destruição das colônias indígenas, os caboclos ocuparam as terras devolutas, até o início do século XX, quando se iniciou uma política migratória elaborada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que estabeleceu condições para a ocupação da colônia de Serro Azul, reassentando migrantes das “Colônias Velhas” (as primeiras a receber imigrantes da Alemanha, em 1824) (idem, 2007).

O ramo católico da Companhia de Estrada de Ferro Alemã reassentou os migrantes das proximidades de São Leopoldo e Santa Cruz do Sul, o que pode ter determinado a prevalência de habitantes católicos no que veio a se tornar o município de Salvador das Missões, em 1992, com a emancipação de Cerro Largo.

Foi dos caboclos da região que os novos colonos receberam maior influência, apropriando-se a agricultura de corte e queima para a subsistência e de atividades extrativistas, como da erva-mate, que permitiam pequena participação mercantil. A princípio, os caboclos forneciam mão de obra barata para os colonos, mas com o passar do tempo, foram expulsos das terras devido a conflitos agrários (WENZEL, 1997 apud NIEDERLE, 2007).

Em princípio, os colonos tinham a venda dos seus produtos dificultada pela distância dos centros regionais mais próximos e pelas condições das estradas, da mesma forma que tratamentos de saúde e a compra de produtos não gerados na propriedade também era de difícil acesso (NIEDERLE, 2007).

Segundo Niederle (2007), a agricultura da nova colônia de Serro Azul passou por três momentos distintos. No primeiro, a produção era voltada para a subsistência, aderindo aos produtos tipicamente cultivados pelos caboclos devido às características da região, período no qual as famílias viviam o isolamento.

No segundo momento houve a diversificação das culturas, introduzindo novos produtos e a agroindustrialização. O período foi marcado pelo melhoramento técnico, pela produção de excedentes, pela chegada de estradas de ferro a localidades próximas. É neste período que a linha São Salvador, que originou Salvador das

⁹ Em 1750, através do Tratado de Madri, a Espanha cede o território missioneiro para Portugal em troca da Colônia de Sacramento no Uruguai. No entanto, com a recusa dos missionários de abandonarem sua terra, Portugal e Espanha se unem, na Guerra Guaranítica, deixando para trás pouco do que haviam sido os povoamentos.

Missões, presenciou a construção da escola, da capela, de casas comerciais, moinhos, entre outros, de forma que a vila passa a ter relevância significativa na vida dos colonos (NIEDERLE, 2007).

O terceiro momento é marcado pela integração da agricultura colonial à sociedade, com a incorporação de características do modo de vida urbano, ao passo que aumenta a diversificação produtiva. Essa fase foi marcada também pela crise do modelo colonial, devida ao desgaste do solo, aos baixos preços pagos pelos produtos agrícolas e ao pequeno tamanho das propriedades, devido às partições sucessivas da terra para herança. O modelo de reprodução social – no qual cada filho recebia um lote para produzir – ameaçado pelos altos preços e pela impossibilidade de novas partições na terra levou à migração para Santa Catarina e Paraná (NIEDERLE, 2007).

A modernização tecnológica ocorrida no Brasil, a partir da década de 1960, período no qual instalaram-se no país as primeiras indústrias de tratores, máquinas agrícolas, fertilizantes, defensivos e medicamentos veterinários e que foi intensamente financiada pelo governo através das políticas de crédito, afetando sobretudo os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul (FILHO, 1994), também influenciou a agricultura na região missioneira.

A partir das décadas de 1960 e 1970, as mudanças ocorridas foram influenciadas pelo Estado e pelo capital externo, visando à maior produtividade. Neste período, consolidou-se o binômio trigo-soja, em detrimento de outras culturas, que até então assumiam grande importância, como o milho, a mandioca e a suinocultura. A mão de obra empregada na agricultura diminuiu e a mecanização e o uso de defensivos, adubos e corretivos aumentaram, da mesma forma que aumentou também a interligação com os mercados e com bancos, agroindústrias e cooperativas (NIEDERLE, 2007).

De acordo com dados recentes da FEE, a população de Salvador das Missões era 2.673 habitantes, em 2008. No ano 2000, a taxa de analfabetismo era de 2,23% e expectativa de vida ao nascer 74,45 anos. O PIB per capita foi de R\$ 13.067, em 2006. Salvador das Missões é o 26º município na classificação do IDESE.

5 MULHERES DE VERANÓPOLIS E SALVADOR DAS MISSÕES: DIFERENÇAS E APROXIMAÇÕES

Neste capítulo são apresentados os dados quantitativos e qualitativos que serviram de base para esta análise, a partir do banco de dados do projeto AFDLP e das entrevistas semiestruturadas, contando também com as observações realizadas em campo.

A tabela 10 demonstra que nos dois municípios estudados, há certa predominância de homens na composição dos núcleos familiares, sugerindo a migração mais acentuada por parte das mulheres, mas essa diferença não expõe a complexidade que se apresenta a partir de uma análise mais detalhada.

Tabela 10 - Quantidade de homens e mulheres nas famílias, por município (%), 2003.

	Veranópolis		Salvador das Missões	
	Frequência	%	Frequência	%
Homens	143	52,96	130	52,42
Mulheres	127	47,04	118	47,58
Total	270	100,00	248	100,00

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPeI, 2003

* Em Veranópolis e em Salvador das Missões foi excluída uma pessoa em cada município, cujos dados não possibilitavam identificação para análise, como os demais.

Da mesma forma que em outros contextos, como no meio rural paranaense, catarinense ou holandês (GELUK-GELUK, 1994; BONI, 2006; MENASCHE; ESCHER, 1996), as mulheres no meio rural gaúcho são vistas como colaboradoras, sem poder de decisões, já que não são as responsáveis pelas propriedades.

Em Veranópolis, a grande maioria dos homens figura entre o responsável pela propriedade ou filho deste, enquanto grande parte das mulheres é considerada cônjuge do responsável ou são suas filhas. No entanto, nota-se que a porcentagem de homens na amostra é o dobro da de mulheres identificados/as como filhos/filhas dos responsáveis.

Na amostra de Salvador das Missões, grande parte das mulheres figura como cônjuges dos responsáveis, inexistindo mulheres nesta posição. Já os filhos são em

maior quantidade do que as filhas na mesma categoria (ver tabela 11).

Tabela 11- Posição de homens e mulheres na família, por município (%), 2003.

Posição (%)	Veranópolis		Salvador das Missões	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Responsável	39,58	1,57	44,62	0,00
Cônjuge	0,70	43,31	0,00	47,46
Filho/filha	45,14	22,83	41,54	30,51
Genro/nora	0,70	7,09	1,54	5,08
Avô/avó	2,80	7,09	0,77	2,54
Neto/neta	3,50	7,87	3,08	3,39
Irmão/irmã	3,50	2,36	0,00	0,00
Pai/mãe	0,00	0,00	6,15	10,17
Outros	3,50	7,87	2,31	0,85
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel, 2003.

A tabela 12 apresenta um novo desdobramento para as posições ocupadas, comparando os tipos de famílias. Percebe-se que, na amostra selecionada, apenas em famílias pluriativas de Veranópolis se encontram mulheres entre as responsáveis pela propriedade, no entanto, essa porcentagem é pequena (2,25%). Como consequência, na mesma classificação encontra-se 1,09% dos homens figurando entre os cônjuges das responsáveis.

Tabela 12 - Posição na família, por tipo de família e município (%), 2003.

Posição na Família (%)	Veranópolis				Salvador das Missões			
	Fam. Monoativa		Fam. Pluriativa		Fam. Monoativa		Fam. Pluriativa	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Responsável	47,06	0,00	35,87	2,25	50,82	0,00	39,13	0,00
Cônjuge	0,00	60,53	1,09	35,96	0,00	54,55	0,00	41,27
Filho/filha	37,25	0,00	50,00	32,58	36,07	23,64	46,38	36,51
Genro/nora	0,00	13,16	1,09	4,49	1,64	3,64	1,45	6,35
Avô/avó	7,84	13,16	0,00	4,49	1,64	0,00	0,00	4,76
Neto/neta	3,90	5,26	3,26	8,99	0,00	1,82	5,80	4,76
Irmão/irmã	1,96	2,63	4,35	2,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Pai/mãe	0,00	0,00	0,00	0,00	9,84	14,55	2,90	6,35
Outros	1,96	5,26	4,35	8,99	0,00	1,82	4,35	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel, 2003

Quando se analisa a porcentagem de filhos e filhas encontradas na amostra, fica mais evidente o caráter seletivo das migrações, corroborando a afirmação de Brumer (2004) de que são as mulheres jovens que tendem a sair do meio rural com maior frequência.

Na amostra selecionada predominam os rapazes, chegando mesmo a ser nula a quantidade de moças, no caso das famílias monoativas de Veranópolis. Em Salvador das Missões, a diferença entre rapazes e moças na posição de filhos/filhas, fica próxima aos 10 pontos percentuais, nos dois tipos de famílias.

No momento da realização das entrevistas ficou evidente o peso da migração nos locais de estudo, já que as informações com os demais familiares não pôde ser realizada, devido à grande parte dos jovens que passam a semana fora para realização de estudos ou já migraram definitivamente.

Mesmo que a predominância da participação feminina no comércio seja frequente, durante o período de campo chamou atenção a grande quantidade de mulheres atendendo em estabelecimentos comerciais de Veranópolis, indicando, mais uma vez a grande quantidade de saída das propriedades rurais das quais eram originárias.

Além da diminuição das filhas em relação aos filhos, comparando-se apenas as moças de famílias pluriativas (32,58% em Veranópolis e 36,51% em Salvador das Missões) e monoativas (inexistente em Veranópolis e 23,64% em Salvador das Missões), pode-se perceber que a porcentagem delas é menor em famílias que se dedicam exclusivamente à agricultura.

Ainda conforme a configuração das famílias, de acordo com a tabela 12, pode-se perceber que a presença das noras compensa em parte a saída das filhas do grupo familiar, enquanto, o mesmo não acontece no caso dos rapazes, já que não chegam a somar 5% da amostragem total. No entanto, onde há menor concentração das filhas, há a maior concentração das noras (13,16% em famílias monoativas de Veranópolis).

Em relação ao tipo de trabalho realizado por membros das famílias que compõem a amostra, a Tabela 13 demonstra que o trabalho doméstico e o trabalho na unidade de produção são predominantes entre as mulheres, reafirmando ao mesmo tempo as atividades domésticas e o espaço privado enquanto legitimamente femininos, conforme demonstra Bourdieu (2005), e reafirmando os papéis de gênero.

Nas famílias monoativas de Veranópolis, a maior concentração de atividade

feminina é entre o trabalho na UP (39,47%) e o trabalho na UP aliado ao trabalho doméstico (34,21%), que juntos totalizam 73,68%. A seguir, destaca-se o trabalho doméstico (10,53%) totalizando 84,21% das mulheres desse estrato.

Já nas famílias pluriativas do mesmo município, há diminuição da porcentagem das mulheres que realizam somente trabalho doméstico (4,49%), trabalho parcial na UP e trabalho doméstico e apenas trabalho na propriedade (22,47% e 23,60% respectivamente). Ainda, chama a atenção haver 1,96% dos homens realizando atividades domésticas aliadas ao trabalho na propriedade, indicando que persiste a idéia de que as tarefas domésticas são exclusivamente femininas.

Nas famílias estudadas de Salvador das Missões, a quantidade de mulheres dedicadas somente à propriedade é praticamente a mesma, tanto em famílias monoativas (23,64%) quanto em pluriativas (22,22%), ao passo que a quantidade de homens que combinam atividades não agrícolas e agrícolas é a maior (40,58%). Em campo, pôde-se perceber que as atividades realizadas, em grande parte, eram ligadas à agricultura e poderiam ser consideradas pesadas, como o carregamento de caminhões na cooperativa local, por exemplo.

Tabela 13 -Tipo de trabalho realizado, por tipo de família e município (%), 2003.

Tipo de Trabalho realizado (%)	Veranópolis				Salvador das Missões			
	Fam. Monoativa		Fam. Pluriativa		Fam. Monoativa		Fam. Pluriativa	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Tempo integral na UP	64,71	39,47	44,57	23,60	67,21	23,64	20,29	22,22
Tempo parcial: fora e dentro da UP	0,00	0,00	15,22	3,37	0,00	0,00	40,58	14,29
Trabalho parcial UP + trabalho doméstico	1,96	34,21	0,00	22,47	0,00	32,73	0,00	15,87
Trabalho parcial UP + Estudo	7,84	0,00	6,52	0,00	9,84	9,09	13,04	7,94
Tempo integral fora da UP	0,00	0,00	21,74	21,35	0,00	0,00	7,25	11,11
Somente trabalho doméstico	1,96	10,53	0,00	4,49	0,00	9,09	0,00	3,17
Somente estuda	3,92	0,00	3,26	8,99	3,28	5,45	13,04	12,70
Criança menor de 7 anos	3,92	7,89	5,43	6,74	11,48	10,91	1,45	6,35
Idoso: apenas tempo parcial na UP	11,76	5,26	0,00	7,87	6,56	9,09	2,90	6,35
Não trabalha por deficiência ou invalidez	3,92	2,63	2,17	1,12	1,64	0,00	1,42	0,00
Desempregado	0,00	0,00	1,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel, 2003

* A condição de família monoativas impede que apresentem trabalho em tempo parcial : fora e dentro da UP ou tempo integral fora da UP.

Desta maneira, nos dois municípios analisados, percebe-se que a maior busca por atividades não agrícolas, quando se somam os estratos “tempo parcial: fora e dentro da UP”, “tempo integral fora da UP” é por parte dos homens, enquanto que as mulheres realizam as tarefas domésticas (“somente trabalho doméstico” e “trabalho parcial + trabalho doméstico”).

Em Salvador das Missões, percebe-se que a inserção das mulheres (11,11%) em atividade de tempo integral fora da propriedade é superior à dos homens (7,25%). No entanto, isso segue sendo superior a quantidade de homens envolvidos com atividades fora da unidade de produção, conforme visto acima.

Nota-se que grande parte dos homens, dos dois municípios, se ocupa de forma integral na unidade de produção, mesmo em famílias pluriativas, já que a atividade agrícola (trabalho produtivo e “pesado”) é responsabilidade masculina. Somente entre famílias pluriativas de Salvador das Missões as frequências de homens e mulheres no estrato “tempo integral na UP” são semelhantes, havendo forte predominância masculina para os demais.

É nesse mesmo grupo de famílias (as pluriativas de Salvador das Missões) que há menor quantidade de homens que trabalham em tempo integral na UP (20,29%) em relação aos demais grupos masculinos. A maior busca por trabalhos fora da propriedade familiar e menor quantidade de dedicação exclusiva na unidade de produção por parte dos homens podem ser relacionadas com as atividades disponíveis fora do âmbito familiar, que são em grande parte agrícolas em propriedades de terceiros ou na distribuição de produtos agropecuários, em cooperativas, favorecendo a participação masculina, nestes casos.

Quanto ao trabalho doméstico, a tendência dos homens era de lavar a louça, varrer, esquentar o próprio almoço, que as mulheres deixavam pronto pela manhã, denotando que no campo doméstico são eles que apenas “ajudam”, como dizem das esposas e filhas no trabalho agrícola.

É que antigamente mulher era para serviço de casa. Hoje em dia, a mulher trabalha fora, ou estuda, ou... não é?! Não é mais aquele sistema de “mulher é para cuidar da cozinha” por exemplo. Hoje em dia, eu ajudo, o marido da guria também ajuda. Se precisa varrer, precisa lavar a louça... a gente faz sabe. (entrevistado n.1).

Apesar de valorizarem o trabalho fora da propriedade, algumas mulheres sinalizam a preferência pelos trabalhos domésticos, para melhor cumprir as atividades atribuídas a elas de cuidados com a casa e com a família. Na verdade, para muitas mulheres a valorização do emprego fora da propriedade demonstra estar mais profundamente relacionado à necessidade de incrementar a renda da família do que para benefícios próprios de independência e realização profissional/pessoal.

[o trabalho fora] eu acho que tem mais vantagens. A única coisa difícil é deixar os filhos, né, em casa, que nem agora as minhas já tão grande e tudo, já não é mais tão difícil. Eu acho que trabalhando fora recebe mais [...] Bom, feliz dessas que podem só ficar em casa, né. É, é bem mais fácil. Daí a casa sempre tá arrumada, limpa né. Mas nem todas têm essa sorte [...] Se eu pudesse seria só dona de casa. [Mantém] tudo organizado[...] (entrevistada n.8).

Da mesma forma, permanecer em casa enquanto os filhos são pequenos é a melhor opção encontrada, já que os rendimentos auferidos pelas mulheres não são elevados ao passo que os gastos com babás e creches correspondem à grande parcela do que recebem. Novamente as funções da mãe – com papel de destaque na criação dos filhos, sobretudo os de menor idade – se sobressaem.

Preferia ficar em casa e cuidar dos filhos, porque se tu tem que pagar uma empregada, ou “botar eles fora”, acho que o custo seria o mesmo. Melhor, eu prefiro cuidar os meus filhos que entregar nas mãos de outros. Eu, pelo menos, sou assim. (entrevistada n. 9).

De acordo com as entrevistas realizadas no meio rural de Veranópolis, com a saída das esposas para uma atividade fora de casa o trabalho na propriedade é percebido pelo marido, ao afirmar que a contribuição dela para a realização das atividades era relevante.

[...] ah, sabe, aqui ela me ajudava um monte. Eh [...] Acumulou mais pra mim, sabe, porque sobrou prá mim [...] porque a gente vivia nós dois só, sabe. E... aí, sobrou mais, assim. Nos aviários então, de vez em quando tinha que chamar alguém para ajudar. Pagava o dia, sabe, quando precisava. (entrevistado n.1).

Além de provocar a contratação eventual de mão de obra, conforme evidenciado acima, demonstrando que a “ajuda” concedida pelas mulheres não é irrelevante para as atividades produtivas, a sua saída para o trabalho fora da UP também afeta a realização das atividades domésticas. Sobretudo quando ambos os cônjuges se distanciam de casa para trabalhar, deixando lá os filhos, a divisão das tarefas domésticas torna-se mais difícil.

[para cuidar da família] *tinha que se organizar pra conseguir fazer. A [filha] mais velha tinha que tomar conta da mais nova, e daí o almoço eu fazia de manhã, antes de começar a trabalhar. Ela tinha 12, 13 anos [...] cuidava a pequena. 5:30 acordava, fazia o almoço[...] Deixava tudo pronto, daí eu ia.* (entrevistada n. 8).

Mesmo havendo a valorização do trabalho produtivo feminino, dentro e fora da propriedade e a participação masculina nas atividades domésticas, permanece a visão da mulher enquanto dona-de-casa, por um dom natural. A preparação das refeições se destaca como fator de reconhecimento do papel da mulher na reprodução social, aliada aos cuidados com a casa e a família, de forma geral.

[a filha ter retornado à casa e ao trabalho agrícola] *É bom porque ela deixa tudo pronto, sabe, roupa lavada, almoço, limpa a casa. [...] Sim, porque nós aqui, dois homens e não tem uma mulher assim pra... mulher é mais assim pra fazer comida... sempre dá uma comida melhor né [...] (entrevistado n. 1).*

Quanto ao trabalho realizado dentro e fora da agricultura, foram apontadas vantagens nos dois casos, mas a carteira assinada e a renda fixa aparecem como fatores relevantes do emprego fora da propriedade familiar. Diante disso, a escolha individual por determinada atividade é influenciada por fatores que perpassam o conjunto da família.

É [...] estar longe [...] eu me sinto assim, obrigada, que nem, a ficar com eles, ajudar eles, porque a gente quase nunca que ficou junto, agora que nós estamos morando juntos [...] eu sempre paguei aluguel, sempre fiquei longe. Aí quando eu vou

trabalhar [...] mas fico pensando aqui, né. O pensamento aqui, o pai já tem uma certa idade.... Acho que é isso. (entrevistada n.2).

Conforme a tabela 14, pode-se perceber que na amostra de Veranópolis a distribuição dos membros de famílias pluriativas entre as faixas etárias apresenta maior equilíbrio, predominando entre homens e mulheres os estratos acima dos 51 anos.

Tabela 14 - Faixa etária, por tipo de família e município (%), 2003.

Faixa etária (%)	Veranópolis				Salvador das Missões			
	Fam. Monoativa		Fam. Pluriativa		Fam. Monoativa		Fam. Pluriativa	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Até 16 anos	11,76	7,89	14,13	13,48	24,59	20,00	31,88	25,40
17 até 21 anos	7,84	0,00	15,22	10,11	1,64	5,45	7,25	4,76
22 até 30 anos	7,84	10,53	11,96	15,73	4,92	3,64	8,70	7,94
31 até 40 anos	15,69	5,26	14,13	11,24	18,03	21,82	8,70	20,63
41 até 50 anos	7,84	23,68	11,96	13,48	19,67	12,73	26,09	19,05
51 até 60 anos	17,65	21,05	16,30	17,98	8,20	12,73	7,25	7,94
61 anos ou mais	31,37	31,58	16,30	17,98	22,95	23,64	10,14	14,29
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel, 2003.

Enquanto isso, ainda considerando a amostra de Veranópolis (conhecida como “a terra da longevidade”), as famílias monoativas apresentam maior concentração na faixa etária de 61 anos ou mais. Tal recorrência se dá tanto para homens quanto para mulheres, apresentando baixa porcentagem nos estratos menores, sobretudo no caso feminino (para os estratos somados até os 30 anos a frequência acumulada de mulheres é 18,42%).

Já entre as famílias pluriativas de Salvador das Missões (ver tabela 14), conforme a amostra selecionada, há maior concentração de jovens até 16 anos na amostra masculina e feminina (31,88% e 25,40% respectivamente), havendo também forte concentração no estrato entre 41 e 50 anos (26,09% para homens e 19,05% para mulheres).

Comparando-se as famílias pluriativas e monoativas de Veranópolis e de Salvador das Missões, percebe-se, de forma geral, um incremento de jovens na amostra das famílias que realizam combinação de atividades, considerando os

estratos até 30 anos. Esse incremento de jovens indica novamente o caráter seletivo das migrações (mais frequentes entre jovens) e a importância da pluriatividade e de maior autonomia para a permanência das moças no meio rural (BONI, 2006; BRUMER, 2004).

A tabela 15 demonstra o estado civil de homens e mulheres que compõem a amostra dos dois municípios estudados. Neste caso, não há maiores diferenças entre o sexo masculino e feminino, exceto para as famílias monoativas de Veranópolis, na qual se encontra maior quantidade de mulheres casadas (78,95%) e, em situação oposta, de homens solteiros (37,25% contra 10,53% das mulheres do mesmo grupo de famílias).

Pode-se perceber que as separações e divórcios não estão presentes de forma intensa, reforçando a imagem de família tradicional que vigora no meio rural gaúcho. De acordo com a amostra estudada, há apenas 1,09% de divórcios em Veranópolis e 1,59% em Salvador das Missões.

Ainda conforme a tabela 15, pode-se verificar que nas famílias pluriativas de Salvador das Missões se encontra maior frequência de homens e mulheres solteiros. No entanto, é preciso ter em mente que é nesse mesmo município que se apresentam maiores quantidades de jovens abaixo dos 16 anos. Isso ocorre, sobretudo entre as famílias pluriativas que compõem a amostra analisada, influenciando na definição do estado civil.

Tabela 15 - Estado civil, por tipo de família e município (%), 2003.

Estado civil (%)	Veranópolis				Salvador das Missões			
	Fam. Monoativa		Fam. Pluriativa		Fam. Monoativa		Fam. Pluriativa	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Casado	56,86	78,95	52,17	51,69	62,30	67,27	49,28	53,97
Solteiro	37,25	10,53	44,57	37,08	32,79	25,45	49,28	41,27
Viúvo	5,88	10,53	0,00	8,99	3,28	7,27	1,45	3,17
Divorciado	0,00	0,00	1,09	0,00	0,00	0,00	0,00	1,59
Outros	0,00	0,00	2,17	2,25	1,64	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel, 2003

De acordo com a tabela 16, acerca do grau de escolaridade dos membros, nas famílias exclusivamente agrícolas de Veranópolis, as faixas de escolaridade

mais frequentes são entre os primeiros e os últimos anos do Ensino Fundamental, predominando entre mulheres em comparação aos homens do mesmo tipo de família.

A mesma concentração ocorre em famílias pluriativas, apesar de haver menor concentração das mulheres nos estratos mais baixos de escolaridade, em relação às mulheres de famílias monoativas. Percebe-se também maior participação em estratos mais elevados de escolaridade, como o Ensino Médio, chegando a somar 8,99% as mulheres de famílias pluriativas que possuem o Ensino Superior Incompleto, enquanto os homens do mesmo grupo somam 1,09% apenas.

Em Salvador das Missões, as frequências mais encontradas são entre as primeiras séries do Ensino Fundamental até os últimos anos. No entanto, há maior concentração no Ensino Médio do que em Veranópolis, sobretudo caso se leve em conta o tipo de atividade das famílias (ver tabela 16).

Tabela 16 - Grau de escolaridade, por tipo de família e município (%), 2003.

Escolaridade (%)	Veranópolis				Salvador das Missões			
	Fam. Monoativa		Fam. Pluriativa		Fam. Monoativa		Fam. Pluriativa	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Analfabeto	3,92	2,63	1,09	3,37	1,64	1,82	1,45	0,00
Apenas lê e escreve	0,00	2,63	1,09	2,25	1,64	1,82	0,00	0,00
1ª a 4ª série incompleto	23,53	34,21	10,87	21,35	9,84	5,45	13,04	11,11
1ª a 4ª série completo	19,61	23,68	16,30	15,73	24,59	30,91	28,99	30,16
5ª a 8ª série incompleto	27,45	23,68	26,09	13,48	24,59	18,18	21,74	12,70
5ª a 8ª série completo	7,84	5,26	17,39	11,24	11,48	10,91	11,59	9,52
E. M. incompleto	3,92	0,00	5,43	7,87	9,84	5,45	10,14	14,29
E. M. completo	5,88	2,63	13,04	6,74	3,28	10,91	7,25	9,52
Nível técnico	0,00	0,00	1,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superior incompleto	3,92	0,00	1,09	8,99	1,64	1,82	2,90	3,17
Superior completo	0,00	0,00	1,09	0,00	0,00	1,82	2,90	3,17
Criança s/ idade escolar	3,92	5,26	5,43	6,74	11,48	10,91	0,00	6,35
NS/NR	0,00	0,00	0,00	2,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel, 2003

De acordo com os dados referentes à tabela 17, em Veranópolis, a principal localização da atividade não agrícola feminina é o centro urbano do município (41,67%), assim como para os homens (53,13%). No entanto, 20,83% das mulheres realizam as atividades no interior da propriedade, enquanto poucas se deslocam até

outros municípios (4,17%).

Tabela 17 - Localização da atividade não agrícola, por município (%), 2003.

Localização da atividade não agrícola (%)	Veranópolis		Salvador das Missões	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
No domicílio ou na UP	12,50	20,83	0,00	0,00
Na localidade/comunidade rural onde reside	25,00	33,33	36,36	73,33
No centro urbano do próprio município	53,13	41,67	50,00	13,33
Em outro município	9,38	4,17	13,64	13,33
Total	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel, 2003.

Já em Salvador das Missões, a grande maioria das mulheres encontra atividades na própria comunidade rural, enquanto a maioria dos homens desloca-se para o centro urbano do município. A parcela de mão de obra, masculina e feminina, que se desloca para outros municípios (13,64% e 13,33% respectivamente) não causa espanto, devido ao tamanho do município e a sua proximidade com outros de maior porte, como Cerro Largo, por exemplo.

Ao realizar a análise das informações sobre o setor de atividade não agrícola nos quais se inserem homens e mulheres de famílias pluriativas (naturalmente, não constam famílias exclusivamente agrícolas), conforme a tabela 18, é possível perceber, novamente a tendência de continuidade dos papéis sociais de gênero no meio rural.

Em Veranópolis, que apresenta uma economia local mais dinamizada em relação a Salvador das Missões, a indústria e comércio se destacam como possibilidade de emprego fora da agricultura, chegando a somar 58,48% entre homes e mulheres.

Ao considerarmos o setor de serviços (auxiliares, público e pessoais), a participação das mulheres de Salvador das Missões é de 73,34%. Por outro lado, embora a construção civil não ocupe grande parte da mão de obra masculina (apenas 4,55% em Veranópolis e 9,68% em Salvador das Missões), ela não emprega mulheres. O mesmo ocorre com o setor de transportes, para o qual a amostra não apresenta mulheres nos dois casos estudados.

Tabela 18 – Setor de atividade não-agrícola, por município (%), 2003.

Setor de atividade não agrícola (%)	Veranópolis		Salvador das Missões	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Indústria	35,48	28,00	4,55	0,00
Comércio	22,58	24,00	9,09	13,33
Serviços auxiliares	9,68	8,00	18,18	20,00
Construção civil	9,68	0,00	4,55	0,00
Transporte	6,45	0,00	13,64	0,00
Serviço público	6,45	16,00	18,18	26,67
Serviços pessoais	3,23	12,00	4,55	26,67
Transformação artesanal	0,00	0,00	13,64	13,30
Outros	6,45	12,00	13,64	0,00
Total	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel, 2003.

A tendência verificada é a permanência dos papéis sociais tradicionais, através da realização de atividades que sejam condizentes com a condição de homem ou mulher. O setor de serviços pessoais, por exemplo, envolve apenas 3,23% dos homens de Veranópolis e 12% das mulheres. Em Salvador das Missões, a diferença entre os sexos é maior: apenas 4,55% homens enquanto totalizam 26,67% as mulheres neste setor.

Da mesma forma, quando se analisa a renda total obtida por atividades não agrícolas durante o ano, evidenciam-se algumas diferenças entre homens e mulheres (ver tabela 19).

A renda feminina em Veranópolis se concentra entre 2.000,01 e 4.000,00 reais (totalizando 57,70 % contra 20,69% no caso masculino). Já para os homens, a maior frequência é verificada no estrato de 5.000,01 até 6.000,00 reais (24,14%) e em segundo lugar aparece o estrato acima de 10 mil reais com 17,24% dos homens e somente 3,85% das mulheres.

Em Salvador das Missões, os estratos com maiores frequências não apresentam a mesma discrepância entre homens e mulheres verificada no município anterior, no entanto, permanece sendo maior a renda obtida pelos homens.

Os estratos entre 2.000,01 e 4.000,00 reais concentram 46,67% das mulheres (contra 27,27% dos homens). Assim como em Veranópolis, a faixa entre 5.000,01 até 6.000,00 reais engloba a maioria masculina (27,27%), embora o estrato mais

elevado (acima dos 10 mil reais) apresente menor e mais equilibrada participação (9,09% dos homens e 6,67% das mulheres).

Tabela 19 – Renda de atividade não agrícola, por município (%), 2003.

Estratos de renda (%)	Veranópolis		Salvador das Missões	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Até 1.000,00	3,45	3,85	9,10	0,00
De 1.000,01 até 2.000,00	0,00	3,85	4,55	13,33
De 2.000,01 até 3.000,00	6,90	23,08	18,18	26,67
De 3.000,01 até 4.000,00	13,79	34,62	9,09	20,00
De 4.000,01 até 5.000,00	13,79	7,69	4,55	0,00
De 5.000,01 até 6.000,00	24,14	19,23	27,27	20,00
De 6.000,01 até 7.000,00	10,34	0,00	4,55	6,67
De 7.000,01 até 8.000,00	10,34	0,00	9,09	0,00
De 8.000,01 até 9.000,00	0,00	0,00	0,00	6,67
De 9.000,01 até 10.000,00	0,00	3,85	4,55	0,00
Acima de 10.000,00	17,24	3,85	9,09	6,67
Total	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel, 2003.

Através das entrevistas realizadas, pode-se perceber que as relações familiares e conjugais podem tanto ser fonte de estímulo como de limitações para as possibilidades e desenvolvimento individuais, à medida que os papéis sociais se manifestam através dos ciúmes dos cônjuges.

Olha, eu, o meu sonho sempre foi, se tivesse estudado quando minha mãe disse que tinha que estudar[..]. Eu gostaria muito de ter sido psicóloga. [...] daria tempo ainda. [...] mas o marido não [...] Eu gostaria muito de voltar a estudar agora. [...] É, é difícil porque ele não concorda. Porque, se fosse pelo meu pai, minha mãe, meu Deus, o sonho deles é me ver numa faculdade. [...] É aquele ciúmes forte doente. [...] Ele nunca gostou que eu trabalhasse. [...] eu ficava fazendo hora, já não gostava. Não dava certo. Daí eu penso, se eu vou trabalhar e pra vim pra casa para me incomodar, eu já me incomodo aqui. (entrevistada n. 2)

Dessa forma, também para se colocar no mercado de trabalho não agrícola, há indicações de algumas das dificuldades sofridas por parte das mulheres rurais.

Ah sim, com meu marido cabeça dura. Daqueles homens assim, que a mulher saiu de casa, já tá indo em volta. Mas eu soube contornar. É só não dar muita bola, se tu começar a dar bola, tu acha motivo mesmo. Não foi fácil, porque ele foi criado assim, que [...] a minha sogra mora perto de mim, mas ela também é daquela educação que mulher é fogão, cozinha, casa e roça. (entrevistada n.3).

A divisão das tarefas domésticas não é igualitária, mas também não gera maiores conflitos explícitos, já que as mulheres tomam para si a maior parte da obrigação de cuidados com as casas e a família, tanto pela representação do feminino quanto pela recusa ao conflito.

[...] Ele não é muito que se importa assim pela comida, mas eu nunca deixei de fazer. [...] Mas nos fins de semana, com as crianças que vem pra casa, a gente se divide. Então, alguém vai mais pra horta, alguém vai cortar grama, porque eu tenho um pátio enorme lá em casa. Se dividindo assim, nos fim de semana. [...] Ah, ele é assim, que se eu fizer um prato que tem que esquentar, ele vai comer frio, pra não se dar o luxo de ligar o fogão. Ele é bem assim. Eu fiquei fora de casa quando que eu tive o menino, que ele era prematuro, 20 dias no hospital. Ele usou só uma xícara e uma colher. [...] Usava, passava uma água e guardava. Só sujou aquilo, mas é por falta de vontade mesmo. (informante n.3).

No entanto, quando se trata da atividade agrícola a divisão das tarefas ocorre de forma diferente, sendo igualitária na visão feminina, porém diferenciada na visão masculina, em alguns casos:

Todo mundo faz a mesma coisa. Mas assim, quando é época, se é safra de uva, essas coisas, é trabalho igual. Pra homem, pra mulher, tem que pegar parêlo. [...] [o serviço] leve é eles, o leve. Que na hora de carregar caixa, então as mulheres também têm que ajudar. Ah, sim, eles dizem isso, mas não existe. (entrevistada n. 3).

[...]a minha idéia seria que ela [a filha] trabalhasse aqui em casa, sempre ajuda a fazer alguma coisa.[...] porque com os aviários, tem que limpar bebedor, coisa assim. Serviço leve que ela poderia fazer. [...] [serviço leve] é limpar bebedor. Ah, por enquanto, a gente tem tudo manual, sabe, aí tem que tratar com balde. Então, ela não, porque ela é fraquinha, sabe. Então ele [o genro] me ajuda um monte. (entrevistado n.2).

Além disso, evidenciou-se maior apreço pela postura frágil e dependente da mulher, que permitia ao marido ajudar a esposa nas tarefas domésticas somente enquanto desempenhava este papel. A situação de colaboração nas atividades domésticas foi rompida com o crescimento profissional da esposa que passou a ter uma postura mais independente e autônoma.

Mas, o conflito ele é em casa, assim, em relação ao meu marido, tem aquele bloqueio. Normalmente é homem que sai muito de casa para trabalhar e lá é o contrário. Ele sai bastante, mas eu tava sempre em casa, agora não tem nenhum em casa. E ele tá sentindo muito forte essa a mudança. [...] [em casa] não tem divisão de tarefas, é tudo comigo. [...] o meu filho me ajuda um pouquinho até, mas em relação a ele [o marido] não. O meu filho ele me ajuda a estender roupa, recolhe roupa, põe na máquina. Arruma alguma louça, mas em relação a eu e ele [o marido] não tem muito isso não. Ele já teve, agora não tem mais. (entrevistada n.7).

A dupla jornada feminina e a recusa masculina em participar das atividades domésticas acabam por gerar conflitos indissolúveis, em alguns casos:

[a divisão das tarefas domésticas] não é mais um assunto, já foi. É quer saber, eu cansei. Eu dou um jeito e faço se dá, se não dá, eu não faço. Se tem uma faxina mais pesada pra fazer, de vez em quando eu pego alguém pra fazer, pra me ajudar e faço ele pagar, claro. Mas eu não, eu desisti de cobrar, de pedir uma situação assim. Ele não aceita mais, eu também não quero mais nem saber. (entrevistada n.7).

Sobretudo nas entrevistas obtidas em Salvador das Missões as mulheres procuraram valorizar mais a harmonia familiar, destacando a participação de todos os membros da família nas decisões na propriedade.

Lá não tem chefe, a gente trabalha tudo junto. Os filhos tudo, a gente... até os filhos ajudam a cuidar, às vezes, a gente pede. Um pede o quê que o outro acha melhor, geralmente é tudo junto. (entrevistada n. 9).

Em outras situações, a posição do “ganhador do pão” conforme cita Geluk-Geluk (1994) é questionada pelas mulheres com salário fixo, já que são elas que pagam as despesas mensais, que compram a prazo objetos para a casa, ajudam nas despesas dos filhos.

Eu acho, se é em termos de dinheiro, quem mais bota dinheiro dentro de casa sou eu que trabalho fora. Senão eu tenho o marido, tenho dois filhos, mas eles já moram na cidade para poder estudar na faculdade e fica difícil para voltar no interior que é longe, então eles já param aqui na cidade. (entrevistada n.3).

Dessa forma, os dados apresentados indicam determinadas situações em que emerge o conflito entre homens e mulheres, porém, que não se apresentam em forma de questionamento contínuo e explícito, já que foi evidenciado, sobretudo em situações informais e não durante as entrevistas.

Apesar de haver uma grande carga de trabalho para as mulheres rurais, sobretudo as que realizam também atividades não agrícolas, de forma que elas possuem emprego, cuidam da casa e da família e ocupam-se da atividade agrícola, a necessidade de realizar o trabalho tem se sobressaído sobre os questionamentos acerca de uma divisão de tarefas mais igualitária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado procurou demonstrar de que forma a prática da pluriatividade pelas mulheres de famílias rurais dos municípios de Veranópolis, na Serra Gaúcha e Salvador das Missões, na região das Missões, no Rio Grande do Sul, contribui para mudanças nas relações de gênero no interior das famílias.

Ela se fundamenta em resultados de pesquisa acerca da agricultura familiar e da pluriatividade, bem como da situação das mulheres no mercado agrícola e não agrícola como forma de contribuir para os conhecimentos no campo da Sociologia e do Desenvolvimento Rural.

Na primeira parte foram abordados os estudos sobre as três temáticas analisadas, ou seja, a pluriatividade, as relações de gênero e a agricultura familiar, incluindo também a divisão sexual do trabalho, diretamente relacionada com os temas centrais dessa dissertação.

De acordo com a literatura sobre as temáticas, sobretudo acerca da história das mulheres, pôde-se perceber que momentos históricos contribuíram para acentuar a delimitação dos papéis sociais de gênero, com a separação entre a casa (espaço privado) e o trabalho (espaço público). Contudo, a entrada no período moderno permitiu aberturas na vida social e política para as mulheres. Percurso acentuado pelos movimentos feministas, no século XX e que culminou com a introdução do conceito de gênero, na década de 1980.

O segundo capítulo demonstrou a problemática que serviu de orientação para esta pesquisa, a saber, em que condições ocorre a inserção das mulheres rurais no mercado de trabalho não agrícola e quais suas consequências para as mudanças de posição das mulheres nas famílias rurais de Veranópolis e Salvador das Missões.

Demonstrou-se também a relação desta pesquisa com outras anteriormente realizadas no âmbito do grupo de pesquisa GEPAD, evidenciando o esforço coletivo de pesquisadores e estudantes na construção do banco de dados, o qual deu origem a este trabalho, indicando lacunas a serem preenchidas para a compreensão das famílias rurais do interior do Rio Grande do Sul.

A terceira parte expõe a hipótese de pesquisa de que a pluriatividade altera as relações de gênero e as posições na hierarquia doméstica quando as mulheres têm acesso ao mercado de trabalho e rendas fora da unidade familiar de produção.

Tal hipótese não foi completamente comprovada, já que a tendência maior é a permanência dos papéis sociais de gênero.

Este terceiro capítulo apresenta o referencial teórico que deu suporte para as análises realizadas no capítulo 5. De maneira breve expõe uma reflexão acerca da família, e das especificidades da família rural, expondo também o conceito de agricultura familiar e de pluriatividade utilizados.

Ao direcionar o olhar para as famílias pôde-se ter em vista que esta categoria não necessariamente representa uma unidade livre de conflitos. Pelo contrário, a discussão acerca das relações de gênero revela que muitas vezes é no interior das famílias que persistem maiores desigualdades entre homens e mulheres, na valorização desigual do trabalho realizado, e na definição das tarefas de cada sexo.

Conforme demonstrou Sales (2007), a maior igualdade obtida na esfera pública não garante igualdade no interior da família, já que muitas vezes os papéis sociais são problematizados somente na esfera pública, inclusive, pois as lutas femininas focaram-se no campo da concessão de direitos pelo Estado.

De forma geral, apesar das mudanças ocorridas na sociedade, sobretudo no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, homens e mulheres permanecem em situações desiguais, nas várias esferas da vida, especialmente no trabalho e na família, onde persistem fortes demarcações de papéis e de poder. É a partir dessa pretensa igualdade entre homens e mulheres na sociedade que se problematiza a relação de gênero no meio rural gaúcho, através de dois municípios.

Para tal, utilizou-se a definição de agricultura familiar de Schneider (2003), ou seja, um conjunto de indivíduos constituindo um grupo doméstico, com posse e exploração de uma mesma propriedade, formando uma só unidade de produção e de consumo. Utilizou-se ainda a definição de pluriatividade, na qual um dos membros de uma família de agricultores realiza atividades não agrícolas, mesmo que de forma parcial (SCHNEIDER, 2005).

O terceiro capítulo traz também a discussão sobre os papéis de gênero e a dominação masculina, conforme Bourdieu (2005). A dominação masculina, forma de violência simbólica, legitima maneiras de agir e pensar dominantes, que reafirmam as categorias masculinas, em detrimento das femininas.

As divisões que conformam papéis masculinos e femininos distintos na sociedade serviram de base para a realização deste trabalho, ou seja, tomou-se por base um conjunto de regras e expectativas definidas socialmente acerca de homens

e mulheres para a realização das análises.

O quarto capítulo apresentado expôs os métodos utilizados para coleta e análise dos dados. Utilizando-se as informações já coletadas em 2003, no âmbito da Pesquisa AFDLP, pôde-se realizar uma caracterização das famílias rurais que compõem a amostra estudada, comparando-se os dois municípios, homens e mulheres e ainda, o tipo de atividade das famílias – pluriativa ou monoativa.

Apresenta os locais de estudo, permitindo uma contextualização, apontando semelhanças e diferenças entre os municípios, com formações bastante distintas, a começar pela etnia predominante e pelo tipo de colonização.

Veranópolis, bem como a totalidade da região da Serra Gaúcha foi colonizada por italianos e poloneses no final do século XIX, enquanto Salvador das Missões, passou por distintas fases, a primeira sendo da colonização por parte dos jesuítas, após este período, restaram os caboclos, que posteriormente deram espaço para colonos alemães provindos das ditas Colônias Velhas.

Por fim, o capítulo 5 apresentou os resultados quantitativos e qualitativos obtidos para esta pesquisa e suas respectivas análises à luz das teorias sociológicas previamente apresentadas no capítulo 3.

A partir do banco de dados composto por 59 entrevistas em Veranópolis e 58 em Salvador das Missões, pode-se verificar que raramente as mulheres figuram entre as responsáveis pelas propriedades, na fala dos respondentes dos questionários (os homens), havendo casos somente em famílias pluriativas de Veranópolis.

No entanto, através das entrevistas pôde-se perceber a negação de um único responsável sendo o conjunto da família que tomava as decisões. Por outro lado, também elas se consideram responsáveis a medida que contribuem para as despesas do lar, pagando contas, adquirindo utensílios domésticos, comprando os itens básicos de alimentação, questionando o papel do “ganhador do pão”, citado por Geluk-Geluk (1994).

Observaram-se, sobretudo em situações informais, posições demarcadas entre homens e mulheres de Veranópolis, ao passo que parece não haver uma questão de gênero, as relações sendo interpretadas a partir do natural, conforme Bourdieu (1996).

Em conversas informais tendiam a aparecer elementos de análise relevantes, como por exemplo, a permanência no trabalho rural na propriedade familiar por

pressões do cônjuge ciumento, apesar da preferência por emprego assalariado fora da unidade de produção. Outro exemplo é a valorização dos estudos para as filhas, como maneira de evitar para elas a repetição da sua própria trajetória de vida – engravidar e casar cedo, ocasionando o abandono de planos individuais em detrimento das obrigações familiares.

Pelo modelo de produção agropecuária de Veranópolis, as mulheres dividiam uma grande carga de trabalho com os cônjuges e demais integrantes da família. Já em Salvador das Missões, o modelo que dispensa mão de obra favorecia a menor participação das mulheres na produção, diminuindo sua carga de trabalho, em relação aos anos anteriores e a Veranópolis.

Ocupando a posição de filhos e filhas nas propriedades, percebeu-se a predominância de homens no meio rural e a indicação de maior êxodo por parte das mulheres jovens, sobretudo se comparadas de acordo com o tipo de família – sendo as famílias monoativas as que possuem menor quantidade de moças.

Quanto ao tipo de trabalho realizado por homens e mulheres, verificou-se que em Veranópolis, grande parte das mulheres dedica-se ao trabalho doméstico, parcial ou integralmente. O que muda nas famílias pluriativas para as monoativas, é que se torna menos frequente a ocupação do tempo somente no trabalho doméstico.

Em Salvador das Missões, as mulheres se inserem em tempo integral fora da propriedade, com mais frequência do que os homens, no entanto, continuam sendo eles que, de forma geral, mais recorrem às atividades fora da propriedade. Este foi um fator que dificultou que fossem realizadas entrevistas com os homens no município, pois muitos estavam fora da cidade, realizando atividades sazonais.

Constatou-se também que os setores de atividades não agrícolas mais recorrentes para as mulheres de Salvador das Missões são os considerados tradicionais, como o setor de serviços. Em Veranópolis, no entanto, devido à maior disponibilidade de atividades não agrícolas, as mulheres se inserem na indústria e comércio, com mais intensidade.

Apesar da forte participação feminina na indústria de Veranópolis, as vagas dos setores tipicamente masculinos, como o de construção civil e de transportes são ocupadas somente por homens, nos dois municípios.

A análise das faixas etárias, comparando-se os tipos de famílias, reforça a seleção das migrações, mais frequentes entre os jovens. Também, demonstra que nas famílias pluriativas há uma menor concentração em determinadas faixas etárias,

embora haja predominância em todos os casos de jovens até os 16 anos, seguida de uma diminuição dos jovens entre 17 até 21 anos, denotando o abandono do meio rural por parte dos jovens.

Observando-se o grau de escolaridade, este dado não apresentou maiores diferenças entre homens e mulheres, sendo mais frequente o Ensino Fundamental. Apesar disso, 8,99% das mulheres de famílias pluriativas de Veranópolis figuram entre o nível superior incompleto. Em Salvador das Missões, este número cai para 3,17%, mas, aumenta a porcentagem das mulheres de famílias pluriativas que concluíram o ensino superior (também 3,17% do total).

Conforme os dados obtidos para a localização do trabalho realizado, as mulheres tendem a realizar as atividades no centro urbano de Veranópolis, enquanto em Salvador das Missões, elas tendem ao deslocamento para municípios vizinhos. Pode-se encontrar explicação para tal fato nas dinâmicas locais, sendo que o primeiro município apresenta maior desenvolvimento econômico, bem como maior concentração de população no meio urbano, possuindo uma população bem mais ampla.

As observações em Veranópolis demonstraram também predominância das mulheres nos estabelecimentos comerciais locais, repletos de vendedoras e atendentes do sexo feminino – em maior quantidade que masculino. Não obstante, grande parte das mulheres realiza atividades não agrícolas no domicílio ou na própria comunidade em que reside (nos dois municípios), de forma que não precisam se afastar dos cuidados com a casa e com a família.

Quanto ao setor de atividade recorrente entre homens e mulheres, a análise da amostra, indicou tendência de continuidade dos papéis sociais, já que grande parte das mulheres se emprega nos setores de serviços, enquanto não há representantes do sexo feminino nos setores de construção civil e transportes.

A partir da comparação entre as rendas obtidas pelas atividades não agrícolas, foram verificadas diferenças entre os municípios, havendo maior discrepância entre homens e mulheres de Veranópolis do que em Salvador das Missões. As mulheres tendem a receber valores menores e poucas são as que se encontram no estrato mais elevado, acima dos 10 mil reais por ano.

As análises das entrevistas realizadas nos municípios indicaram que há diferenças e mudanças nas relações de gênero, em comparação a épocas anteriores e os tipos médios descritos pelas teorias. Isso porque as famílias não são

todas iguais, havendo maior ou menor integração aos padrões mais antigos ou mais recentes na sociedade. No entanto, os papéis de gênero tendem a se reproduzir, mesmo quando as mulheres têm ocupações remuneradas fora do conjunto da propriedade.

Tal situação se dá tanto pela tendência de as mulheres se reconhecerem com uma feminilidade que lhes atribui a função de cuidar da casa e da família, quanto por esbarrarem em conflitos considerados indissolúveis com os seus cônjuges.

Acredita-se que o meio rural gaúcho não vislumbre ainda uma situação de igualdade entre homens e mulheres. Tal fato se deve às posições e papéis sociais tradicionais permanecerem como referências na socialização de homens e mulheres. Dessa forma, faz-se necessária a emergência de novas formas de masculinidade, de acordo com as novas atividades femininas, para que essas novas possibilidades se efetivem para as mulheres rurais, já que a identidade de gênero se constitui na relação com o sexo oposto.

REFERÊNCIAS

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G (orgs.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 39- 63

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G (orgs.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 17-36

BLASS, L. M. S. Gênero e trabalho: trajetórias de uma problemática. In: ADORNO, S. (org.). **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade**. Cadernos de Sociologia (Nº Especial). Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 1995. p.139-148.

BOCK, B. Introduction: rural gender studies in north and south. In: BOCK, B; SHORTALL, S. **Rural Gender Relations: issues and case studies**. Wallingford, UK; Cambridge, MA: Cabi Publishing, 2006.

BONI, V. Agroindústrias Familiares: uma perspectiva de gênero. In: Encontro Anual da ANPOCS, 30., 2006, Caxambu. **Anais do 30º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu: ANPOC, 2006. p. 1-25

BOURDIEU, P. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (orgs.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 28-40.

_____. **A Dominação Masculina**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 158 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/pronaf.asp>>. Acesso em: 04 mai. 2009.

BRUMER, A. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, C.; ALMEIDA, F. R.; ALMEIDA, J. A. (orgs.). **Mulher, Família e Desenvolvimento Rural**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996. p. 40-58.

_____. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 165-186.

_____. Herança e identidade de gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

CARVALHO, M. P de. Mau aluno, boa aluna? Como professores avaliam meninos e meninas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 554-574, 2001.

CASTILHO E SILVA, C. B de. **Divisão Sexual do Trabalho entre Agricultores Familiares em Duas Regiões do Rio Grande do Sul**. 2006. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais - Bacharelado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CONTERATO, M. A. **A Mercantilização da Agricultura Familiar no Alto Uruguai/RS**: Um estudo de caso no município de Três Palmeiras. 2004. 189 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. **Dinâmicas Regionais do Desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul**: Uma comparação a partir dos estilos de agricultura familiar. 2008. 288 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CORTES, S. M. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 11-47, 1998.

DEERE, C. D. La feminización de la agricultura? Asalariadas, campesinas y reestructuración económica en la América Latina Rural. In: Congreso ALASRU, 7., 2006, Quito. **Ponencia al VII Congreso ALASRU**. Quito: ALASRU, 2006. n. 4. p.77-136.

D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, M. Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p.223-240.

FILHO, F. R. de S. As transformações no espaço agrário “sul-rio-grandense” pós 60. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, n. Especial, p. 74-96, out. 1994.

FISCHER, I. R. A participação da mulher no orçamento familiar. **Trabalhos para discussão**. n. 133. abr. 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/133.html>>. Acesso em: 04 mai. 2009.

FRAISSE, G. Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos. In: DUBY, G.; PERROT, M (orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**. O século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1994. v. 4, p.59-96.

FRAISSE, G.; PERROT, M. Introdução: ordens e liberdades. In: DUBY, G.; PERROT, M (orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**. O século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1994a. v. 4, p.10-15.

_____. A ruptura política e a nova ordem do discurso. Introdução. In: DUBY, G.; PERROT, M (orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**. O século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1994b. v. 4, p.20-21

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G (orgs.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 64-89

GELUK-GELUK, A. The position of farm women in the netherlands. In: **Rural Gender Studies in Europe**. PLAS, L. van der, FONTE, M. (orgs). Van Gorcum, Assen, 1994. p. 29-35.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 725 p.

FEE - Fundação de Economia e Estatística. **Estatísticas FEE** – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>>. Acesso em: 04 mai. 2009.

HERNÁNDEZ, C. O. **Política de Crédito Rural com Perspectiva de Gênero: Um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. No Prelo.

HOLZMANN, L. Divisão sexual do trabalho. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L.(orgs). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**., Porto Alegre: Editora da UFRGS,

2006. p. 101-103.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1995/96**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1998. V. 22.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfildamulher/defaulttab.shtm>>. Acesso em: 01 mai. 2008.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 586 p.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 19-27.

KOPPE, L. R. **A Estratificação Social e a Pluriatividade na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul**. 2005. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais - Bacharelado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LÊNIN, V. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 402 p.

LOUIS, M.V. Diga-me: O que significa gênero? **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n. 3, p-711-724, set./dez 2006.

LUNARDI, R. Turismo Rural: A contribuição da mulher. 2006. 112 f Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, Santa Maria.

MENASCHE, R.; ESCHER, S. **Gênero e Agricultura Familiar**: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite. Curitiba: DESER - CEMTR. DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS. COMISSÃO ESTADUAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO PARANÁ, 1996. 105 p.

MULHER & TRABALHO. O trabalho das mulheres residentes rurais no Estado de São Paulo. São Paulo: Seade, n.6, 2001.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: Questões metodológicas. Reforma Agrária -

Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, v. 25, n. 2 e 3, p. 21-36, 1995.

PERROT, M. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992. 332 p.

RADOMSKY, G. F. W. **Redes Sociais de Reciprocidade e de Trabalho**: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha. 2006. 205 f Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RAGO, M. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. **Estudos Feministas**, n. 3, jan/jul 2003. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/marga1.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

SAFFIOTI, H. I. B. Diferença ou indiferença: Gênero, raça/etnia, classe social. In: ADORNO, S. (org.). **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade**. Cadernos de Sociologia (Nº Especial). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995. p.159-165.

SALES, C. M. V. Mulheres rurais: Tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, mai/ago. 2007.

SANTOS, T. S. **Carreira Profissional e Gênero**: A trajetória de homens e mulheres no contexto da feminização da medicina. 2002. 271 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 254 p.

_____. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. **Cadernos do Ceam**, Brasília, v.5, n.17, p. 23-42, fev. 2005.

SCHNEIDER, S, CONTERATO, M. A., KOPPE, L. R., CASTILHO E SILVA, C. B. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiar do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 137-164.

SCHNEIDER, S; MATTOS, E. J. A pluriatividade no meio rural gaúcho:

Caracterização e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n.1/2, p. 6-17, jan/ago 2006.

SCOTT, J. A história das mulheres. In: BURKE, P. **A Escrita da História**. Novas perspectivas. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 62-95

VELHO, G. Família e Subjetividade. In: ALMEIDA, A. M.; CARNEIRO, M. J.; PAULA, S. G. de. **Pensando a Família no Brasil**. Da colônia à modernidade. Ed. Espaço e Tempo/ Ed. Da UFRRJ. Rio de Janeiro. 1987. p. 79-87.

WOORTMANN, K. "Com parente não se negoceia" O campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1987. p. 11-73.

_____. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. In: **Série Antropologia**. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie293empdf.pdf> >. Acesso em: 15 jun. 2008.

APÊNDICE A – Questionário Padronizado

AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO LOCAL E PLURIATIVIDADE: A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA RURALIDADE

Entrevistador:..... Data:.....

Município	Localidade	Nº Questionário

Estrutura Fundiária, Capital e Produção

1) Estrutura Fundiária

Área Total (ha)	Área (ha)					
	Própria	Em Parceria		Arrendamento		Outra forma
		De Terceiro	Para Terceiro	De Terceiro	Para Terceiro	

- 1.1) Quanto paga pelo arrendamento [informar em dinheiro ou produto]?
- 1.2) Quanto ganha com arrendamento [informar em dinheiro ou produto]?
- 1.3) Quanto paga na parceria [informar em dinheiro ou produto]?
- 1.4) Quanto ganha na parceria [informar em dinheiro ou produto]?

2) Como o Senhor obteve suas terras – área própria? (Indicar ao lado a quantidade em Hectares)

- | | Quantidade de área |
|--|--------------------|
| <input type="checkbox"/> através de herança | |
| <input type="checkbox"/> compra de parentes | |
| <input type="checkbox"/> compra de terceiros | |
| <input type="checkbox"/> através de doação | |
| <input type="checkbox"/> as terras são de posse provisória | |
| <input type="checkbox"/> por atribuição (colonização, etc) | |
| <input type="checkbox"/> outra _____ | |

3) **SE HOUVE HERANÇA** (parcial ou total da propriedade), assinalar quem foram os herdeiros:

- o marido herdou a terra de sua família
- a esposa herdou a terra de sua família
- ambos, o marido e a esposa, herdaram partes que compõem a propriedade atual
- outra _____

4) Como o pai do Senhor procedeu na distribuição de sua propriedade aos seus filhos (no caso a ele próprio e eventuais irmãos)?

- Todos os herdeiros, homens e mulheres, receberam uma parte igual da herança (IGUALITÁRIA PARA TODOS)
- Apenas os homens receberam uma parte da herança e as mulheres não receberam nada (IGUALITÁRIA PARA HOMENS)

- () Apenas os homens receberam uma parte da herança e haverá uma compensação para as mulheres (IGUALITÁRIA PARA HOMENS COMPENSADA)
- () A partilha não foi igualitária e não houve compensação para os não-herdeiros (DESIGUAL NÃO COMPENSADA)
- () A partilha não foi igualitária mas houve um sistema de compensação para os não-herdeiros (DESIGUAL COMPENSADA)
- () Um sucessor foi designado pelo pai e recebeu a terra sem nenhuma compensação para os outros demais herdeiros (DESIGUAL NÃO COMPENSADA COM SUCESSÃO)
- () Não houve herança
- () Outra forma _____

5) Atividades de produção vegetal – roça [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Especificação	Superfície Área Plantada (ha)	Quantidade Total Colhida	Destino da Produção (quantidades e preço obtido)			
			Venda e/ou Comércio		Para o Consumo Familiar	Para o Consumo Animal
			Quantidade de	Valor/Unidade de (R\$)		
Arroz						
Batata – Doce						
Batatinha						
Cana Açúcar						
Feijão						
Fumo						
Mandioca						
Milho						
Soja						
Trigo						

Legumes e Verduras [Somente especificar se houver venda. Se forem produtos para autoconsumo registrar em horta.]

Frutas [Somente especificar se houver venda. Se forem produtos para autoconsumo registrar em pomar]

Uva						
Pêssego						
Pastagem Plantada						

Pastagem Nativa						
Reflorestamento e extração de madeira						
Acácia-negra						
Eucalipto						
Pinus						
S A U Total						
Matas e Florestas Naturais						
Benfeitorias (casa, estábulo, etc)						
Terras Inproveitáveis						
Área Total						

OBS. I - CUIDADO! Quando duas ou mais culturas anuais ocupam a mesma superfície cultivada ou são plantadas em consórcio, esta área deverá ser contada apenas uma única vez.

OBS. II – Solicite PRIMEIRO a informação sobre a área em terras inproveitáveis (banhados, penhascos, etc.), DEPOIS sobre benfeitorias e o restante da área incluir em matas e florestas.

6) Aquisição de insumos para produção vegetal [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Especificação	Quantidade/unidade	Valor Pago por Unidade
Sementes		
Mudas		
Adbos		
Adubo químico (NPK, etc.)		
Adubo orgânico (esterco, estrume, etc.)		
Uréia		
Calcário		
Óleo diesel		

Agrotóxicos (fungicida, inseticida, herbicida, formicida).

7) Para quem o Senhor vende a maior parte da produção vegetal? (assinalar apenas uma alternativa)

- () venda direta para consumidores – nas casas ou em feiras livres
 () para cooperativa
 () para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado
 () para poder público – município, etc.
 () para o intermediário – atravessador
 () não vende
 () outro _____

8) Possui HORTA? Sim () Não ()

8.1) A Horta é suficiente para atender as necessidades da família? Sim () Não ()

8.2) Na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados da horta (por semana ou mês) em R\$?.....

8.3) Assinale os principais produtos/variedades que possui na horta

- () alface () cenoura () repolho () radite () pimentão ()
 () beterraba () couve () tomate () rúcula () moranga ()
 () cebola () salsa () alho () couve-flor () brócolis ()

9) Possui POMAR? Sim () Não ()

9.1) O pomar é suficiente para atender as necessidades da família?

Sim () Não ()

9.2) Na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados do pomar (por semana ou mês) em R\$?.....

9.3) Assinale os principais produtos/variedades que possui no pomar

- () uva () laranja () pêra () figo ()
 () pêssego () bergamota () goiaba () limão ()
 () maçã () abacate () caqui () tangerina ()

10) Efetivos animais disponíveis [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Inventário das Criações Raças – categorias	Efetivo	Valor/ Unidade	Animais Vendidos nº	Preço Animais Vendidos	Consumo Familiar
Bovinos					
Touros					
Vacas					
Novilhas					
Terneiros					
Bois para trabalho					
Aves					
Frango de corte					
Galinha caipira					

Suínos					
Ovinos					
Equinos / Muares					

11) Produção de origem animal (Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002)

[Usar produção por dia, semana, mês ou ano]

Especificação	Unid.	Quant. Prod.	Quant. Vend.	Preço de Venda	Consumo Familiar
Leite					
Ovos					
Mel					
Peixes					

12) Insumos das atividades de produção animal (Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002)

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Pago por Unidade
Sal mineral			
Rações (para suínos, bovinos, aves)			
Componentes para rações (milho/sorgo, vitaminas, farelos, etc.)			
Produtos veterinários (antibióticos, vacinas, carrapaticidas, vermífugos, desinfetantes, etc.)			
Outros insumos animais (especificar)			

13) Para quem o Senhor vende a maior parte da produção animal? (assinalar apenas uma alternativa)

- () venda direta para consumidores – nas casas ou em feiras livres
 () para cooperativa

- () para poder público – município, etc.
 () para o intermediário – atravessador
 () não vende

() para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado () outro _____

14) Listar produtos processados ou beneficiados dentro do estabelecimento (Transformação Caseira ou Agroindústria Familiar) [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Produto produzido	Quantidade Produzida	Unidade	Preço Médio de Venda por Unidade	Quantidade e Vendida	Quantidade Consumida pela Família
Queijo					
Salame					
Vinho					
Banha					
Schmier					
Conservas					

15) Listar toda a matéria-prima utilizada para a transformação da produção caseira (Somente o que for comprado) [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Pago por Unidade	Observações sobre quantidades, etc
Açúcar				
Coalho				
Tripas				

16) Para quem o Senhor vende a maior parte dos produtos da transformação caseira (beneficiamento e/ou processamento no estabelecimento) ou da agroindústria doméstica? (assinalar apenas uma alternativa)

- () venda direta para consumidores – nas casas ou em feiras livres
 () para cooperativa
 () para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado
 () para poder público – município, etc.
 () para o intermediário – atravessador
 () não vende
 () outro _____

17) Benfeitorias e instalações (levantar todas disponíveis no estabelecimento)

Especificação	Quantidade	(1) alvenaria (2) madeira (3) mista*	Idade do bem ou ano de construção	Área construída em m ²
Açudes				
Aviários				
Casas de empregados				
Estábulo				
Estufa plástica				
Estufa fumo				
Galinheiro				
Galpões/armazéns/ paiol				
Pocilgas/chiqueiro				
Poços artesianos				
Secadores leite fixo				
Silo				
Outros (especificar)				

* Para efeito de depreciação considerar

Alvenaria com menos de 50 anos – 1952
 Madeira com menos de 30 anos – 1972
 Mista com menos de 40 anos – 1962

18) Máquinas e equipamentos [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002] (levantar informação sobre o modelo do veículo/trator)

Especificação	Quantidade	Idade
Caminhão/Veículo utilitário (com menos de 20 anos-1982)		
Mercedes 608		
Caminhonete Ford F1000 até F4000		
Tração Animal em Juntas (Bois, Cavalos e Mulas)		
Trator (com menos de 20 anos-1982) [indicar a marca e a potência em HP]		
Trator > 80 Hp		
Trator < 80 Hp		
Microtrator		
Equipamentos (com menos de 15 anos-1987)		
Arado de tração animal		
Arado de tração mecânica		

Capinadeira de tração animal		
Grade aradora de tração animal		
Grade de tração mecânica		
Semeadora de tração mecânica		
Semeadora de tração animal		
Ensiladeira		
Roçadeira		
Carreta agrícola		
Pulverizador tracionado		
Pulverizador costal motorizado		
Pulverizador costal manual		
Ordenhadeira		
Resfriador de leite		
Motor elétrico		
Bomba de água		
Engenho de cana		
Triturador de cereais		
Carroça		
Picador de pasto (forrageiras)		
Máquina de costurar fumo		
Outros (especificar)**		

(**) Saber quantidade e valor de: ancinhos, caixas para colheita, enxadas, enxadões, foices, machados, pás, picaretas, saraquá.

DESPESAS

19) O senhor teve despesa com mão-de-obra contratada no último ano? **[Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]**

Formas de contratação	Número de pessoas	Número de dias trabalhados no ano	Valor total pago (R\$) (*)
01 Assalariado permanente agrícola (**)			
02 Trabalho temporário agrícola (**)			
03 Empreitada agrícola (**)			

(*) Incluir as despesas com transporte e alimentação, quando houver.

(**) Atividades Agrícolas: considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

20) Outros gastos (valores anuais) **[Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]**

Discriminação	Valor R\$ (indicar se é por mês ou por ano)
ITR – Imposto da Terra	
Contribuição Sindical (mensalidade/anuidade)	
Luz elétrica para Unidade de Produção	
Gás (GLP) somente para propriedade	
Água encanada (taxa, etc)	

21) Quais são as práticas de conservação de solo praticadas na sua propriedade**(assinalar todas que forem praticadas)? [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]**

- adubação verde adubação orgânica com esterco e outros
 curvas de nível materiais orgânicos
 plantio direto reflorestamento de áreas degradadas
 rotação de culturas controle alternativo (sem veneno) de pragas e
 consorciamento de doenças
culturas Não realiza nenhuma prática conservacionista

FAMÍLIA E TRABALHO**22) Composição da família (Informar todos os componentes da família)**

Nome	Relação com o chefe (A)	Idade	Tipo de Trabalho (B)	Estado civil (C)	Escolaridade (D)

(A)
1 Resp/Chefe
2 Cônjuge
3 Filho
4 Filha
5 Genro
6 Nora
7 Netos
8 Avô
9 Avó
10 Irmão
11 Irmã
99 Outros

(B)
1 Trab tempo integral na UP (*)
2 Trab tempo-parcial na UP
3 Trab na propriedade e estuda
4 Trab tempo integral fora UP (*)
5 Somente estuda
6 Criança menor de 8 anos
7 Idoso maior de 65 anos
8 Não trabalha pq deficiente ou inválido
9 Trab doméstico – tempo integral
10 Trab doméstico – tempo parcial
11 Desempregado

(C)
1 Casado
2 Solteiro
3 Viúvo
4 Divorciado / Desquitado
99 Outros

(D)
1 analfabeto – nunca estudou
2 apenas lê e escreve
3 1ª a 4ª série completo
4 1ª a 4ª série incompleto
5 5ª a 8ª série completo
6 5ª a 8ª série incompleto
7 2º grau completo
8 2º grau incompleto
9 nível técnico
10 superior completo
11 superior incompleto
12 sem idade escolar

(*) Considerar tempo integral de trabalho igual a 300 dias/ano

ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS E PLURIATIVIDADE

[somente preencher para membros que têm atividades não agrícolas]

23) Número de dias trabalhados em atividades não agrícolas e em atividades não-agrícolas fora da UP [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Nome do indivíduo que trabalha:	Em atividades agrícolas FORA da UP (*)	Em atividades PARA-AGRÍCOLAS (**)		Em atividades NÃO AGRÍCOLAS (***)			Valores recebidos em R\$ [indicar p/dia ou mês]
		Nº dias	Localização (A)	Nº dias	Localização (B)	Setor (C)	

(*) **Atividades Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

(**) **Atividades Para-Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a transformação, beneficiamento e processamento de produtos de origem animal ou vegetal, visando a agregação de valor. Podem ocorrer dentro ou fora da UP.

(***) **Atividades Não agrícolas:** considera-se as demais atividades.

(A) Local de exercício das atividades para- agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na casa de vizinhos
3. Na unidade de processamento

(B) Localização das atividades não agrícolas
1. No domicílio ou na UP
2. Na localidade/comunidade rural onde reside
3. No centro urbano do próprio município
4. Em outro município

(C) Setor atividades não agrícolas
1. Indústria
2. Comércio
3. Serviços Auxiliares
4. Construção Civil
5. Transformação Artesanal
6. Transporte/Comunicação
7. Serviço Público
8. Serviços Pessoais
9. Outros

24) Os membros de sua família que trabalham em atividades não agrícolas (fora ou dentro da propriedade) fornecem algum tipo de ajuda nas atividades agrícolas da propriedade?

Sim Não Não sabe/não respondeu

24.1) Se sim, indique com que frequência:

regularmente às vezes

quando sobra tempo quando há demanda específica no trabalho agrícola (colheita, doença do encarregado, etc)

outra situação _____

25) Qual a principal razão que levou os membros da família a trabalhar nas atividades não agrícolas?.....

.....

26) Os membros que trabalham em atividades não agrícolas contribuem com as despesas da família e da UP?

Sim Não Não sabe/ não respondeu

27) Se sim, em que é aplicada a maior parte do valor das rendas de atividades não agrícolas. Assinale apenas 1 alternativa:

- () para investimentos na propriedade
 () tanto para investimentos na propriedade como para aumentar o conforto doméstico
 () para o sustento (subsistência) da família
 () nas despesas pessoais de todo tipo
 () para aumentar o conforto da casa
 () não sabe/não respondeu
 () outra _____

28) SE HOUVE, assinalar quais investimentos foram feitos no último ano agrícola? [Ano agrícola de setembro de 2001 a agosto de 2002]

Tipos de investimentos	Valor total gasto em R\$
() Aquisição de terras	
() Aquisição de veículos (utilitários)	
() Aquisição de equipamentos ou máquinas	
() Aquisição de terreno na cidade	
() Construção e reforma da casa	
() Construção e reforma das benfeitorias da propriedade	
() Outros investimentos (especificar)	

29) SE HOUVE, assinale e informe com quais outras fontes de renda sua família contou no último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto 2002).

Tipos de rendas	Valor (R\$) total recebido
() Aluguéis recebidos de imóveis residenciais/comerciais	
() Aluguéis recebidos de máquinas e equipamentos	
() Remessas em dinheiro recebido de familiares de forma periódica	
() Pensões judiciais	
() Juros recebidos de empréstimos para terceiros	
() Juros de aplicações financeiras ou poupança	
() Outras rendas (especificar)	

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO

30) Assinale de quem recebeu assistência técnica (assinalar todos) [Ano agrícola setembro 2001 a agosto 2002]

- | | |
|---|---|
| () Não recebeu assistência técnica | () ONGs |
| () Cooperativa de produção | () Empresas integradoras |
| () Sindicato | () Assistência técnica particular (liberais) |
| () Secretaria Estadual de Agricultura | () EMATER |
| () Secretaria Municipal de Agricultura | |

31) [SOMENTE para assistidos da EMATER] Qual o grau de satisfação em relação à assistência técnica que recebe da EMATER:

- () muito satisfeito
 () satisfeito
 () insatisfeito
 () não sabe/não respondeu

32) Assinale em quais atividades de extensão rural e/ou informação técnica participa:

Escuta programas de rádio e TV sobre técnicas agrícolas Sim () Não ()
 Participa de demonstrações de novos produtos e/ou dias de campo Sim () Não ()
 Participa e/ou visita feiras e exposições agropecuárias Sim () Não ()
 Assiste palestras ou apresentação sobre temas agropecuários Sim () Não ()
 Lê livros técnicos sobre agricultura e atividades rurais Sim () Não ()

33) Obteve financiamentos ou empréstimos no último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto 2002)?

Sim () Não () () Não sabe/não respondeu

33.1) Em caso afirmativo, informar (responder utilizando códigos):

Finalidade (A)	Fonte (B)	Indicar produto ou finalidade do financiamento	Valor financiado (R\$)	Taxa de juros (mês/ano)	Valor da prestação (R\$) [Indicar se é por mês ou ano]

(A)
1 Custeio
2 Comercialização
3 Investimento

(B)		
1 Bancos	4 Emp. Integradora/Agroind.	7 Pronaf
2 Cooperativas	5 Vizinhos	8 RS-Rural
3 Fundo Municipal	6 Parentes	9 Outros

34) Há aposentados e/ou pensionistas na sua família?

Sim () Não () () Não sabe/ não respondeu

34.1) Em caso afirmativo, informar o tipo de benefício e o valor recebido durante o último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto 2002)?

Primeiro nome da pessoa que recebeu o benefício	Tipo de benefício (A)	Número de meses em que recebeu o benefício	Valor mensal recebido (R\$) (*)

Códigos

(A)	
1 Aposentadoria	2 Pensão

35) No último ano agrícola (setembro de 2001 até agosto de 2002) o dinheiro da aposentadoria ou pensão foi utilizado, de alguma forma, na atividade agrícola?

Sim () Não () () Não sabe/ não respondeu

35.1) **Se sim,** indicar em que são utilizados os recursos da aposentadoria ou pensão:

- () Custeio da atividade produtiva da família
 () Compra de máquinas e/ou equipamentos
 () Outro. Especificar qual? _____

36) Qual sua religião?

- () Católica
 () Protestante/evangélica - IECLB
 () Pentecostal – “Crentes”
 () outro _____

INFRAESTRUTURA BÁSICA

37) Composição da moradia

Especificação	Número de peças
Banheiro	
Cozinha	
Quarto	
Sala	
Varanda	

37.1) Instalações sanitárias (Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Banheiro completo (*)	()
Banheiro incompleto (**)	()
Casinha ou latrina	()
Nenhuma	()

(*) Completo: Vaso, chuveiro e pia (externa ou não)

(**) Incompleto: Vaso ou chuveiro

37.2) Tipo de piso predominante

(Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Concreto	()
Chão batido	()
Madeira	()
Outro	()

37.3) Tipo de cobertura predominante

Especificação	
Telha de barro	()
Telha de amianto (Brasilit)	()
Capim ou palha	()
Zinco ou outro metal	()

37.4) Tipo de parede externa predominante (Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Tijolo com revestimento	()
Tijolo sem revestimento	()
Tábuas	()
Tapumes ou chapas de madeira	()
Folha de zinco	()
Barro ou adobe	()
Outra	

38) Abastecimento de água
(Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Poço artesiano	()
Nascente ou vertente com poço	()
Córrego/Açude	()
Cacimba	()
Água do vizinho	()
Outro tipo	()

39) Destino dos dejetos humanos
(Assinalar apenas uma opção)

Especificação	
Fossa simples (seca)	()
Fossa séptica/poço absorvente	()
Direto no solo	()
Direto nos cursos d'água	()
Não tem	()
Outro destino	()

40) Qual o principal tipo de abastecimento de energia elétrica?

- () rede geral
 () gerador próprio
 () não possui
 () outro _____

41) Bens de Consumo que existem no domicílio [assinalar a quantidade]

<i>Especificação</i>	Quantidade	<i>Especificação</i>	Quantidade
01 Aparelho de som			
02 Automóvel		12 Máquina de lavar roupa	
03 Batedeira		13 Moto	
04 Bicicleta		14 Parabólica	
05 Ferro elétrico		15 Rádio	
06 Fogão a gás		16 Televisor	
07 Fogão à lenha		17 Vídeo cassete	
08 Forno elétrico/microondas		18 Linha de Telefone fixo	
09 Freezer		19 Celular	
10 Geladeira			
11 Liquidificador			

AMBIENTE SOCIAL E ECONÔMICO

42) Participação social da família na comunidade local e/ou no município [assinale todas em que houver a participação de algum membro]

Especificação	Participa	
01 Associação comunitária de produtores e/ou agricultores	Sim ()	Não ()
02 Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)	Sim ()	Não ()
03 Sindicato de trabalhadores	Sim ()	Não ()
04 Associação de mulheres/clube de mães	Sim ()	Não ()
05 Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc.)	Sim ()	Não ()
06 Clube de futebol, bocha, etc ligado ao lazer	Sim ()	Não ()
99 Outros tipos de entidade (especificar)		
	Sim ()	Não ()
	Sim ()	Não ()

43) Em que LOCAL o Senhor e sua família gastam a maior parte do dinheiro que ganham [não importa a fonte deste dinheiro]:

- na própria comunidade onde residem
- no centro urbano da cidade a que pertence a localidade/distrito onde residem
- na cidade-pólo mais próxima (cidade maior da região)
- outra localidade _____

44) Em quem o Senhor deposita MAIS CONFIANÇA E CREDIBILIDADE (assinalar apenas uma alternativa):

- nos técnicos da Emater
- no pessoal da Prefeitura (funcionários, agentes de saúde, etc)
- nos Vereadores do município
- nos dirigentes do seu sindicato
- no pastor e/ou padre da Igreja que frequenta
- nos técnicos e/ou pessoas ligadas as agroindústrias e cooperativas com as quais trabalha
- nos compradores e intermediários que adquirem sua produção agrícola
- nos vizinhos
- Não sabe/não respondeu

45) Em quem o Senhor NÃO TEM CONFIANÇA E NENHUMA CREDIBILIDADE (assinalar apenas uma alternativa):

- nos técnicos da Emater
- no pessoal da Prefeitura (funcionários, agentes de saúde, etc)
- nos Vereadores do município
- nos dirigentes do seu sindicato
- no pastor e/ou padre da Igreja que frequenta
- nos técnicos e/ou pessoas ligadas as agroindústrias e cooperativas com as quais trabalha
- nos compradores e intermediários que adquirem sua produção agrícola
- nos vizinhos
- Não sabe/ não respondeu

46) Qual é seu nível de satisfação em relação à educação e as escolas de seu município e/ou comunidade:

- Muito satisfeito
- Satisfeito
- Insatisfeito
- Não sabe/não respondeu

47) Na sua opinião, qual deveria ser o ensino e a educação fornecido as crianças e jovens, filhos e filhas, de agricultores (assinalar apenas uma alternativa):

- uma educação especializada e voltada para as atividades agrícolas
- uma educação geral destinada a prepará-los para disputar trabalhos e empregos fora da agricultura
- uma educação mista, destinada tanto à agricultura como à formação geral
- Não sabe/ não respondeu

**REPRESENTAÇÕES DOS AGRICULTORES SOBRE
A RURALIDADE E SEU FUTURO**

48) Em relação à época em que seus pais trabalhavam na agricultura, o Senhor considera que o período atual (assinalar apenas uma alternativa):

- melhorou muito, em todos os aspectos
- melhorou, em algumas coisas
- está pior do que antes, nada melhorou
- não se aplica (os pais não eram agricultores)
- não sabe/ não respondeu

49) O Senhor tem perspectivas na agricultura e vê futuro para sua família nesta atividade?

- Sim
- Não
- Não sabe/ não respondeu

50) O Senhor gostaria que seus filhos seguissem a profissão de agricultor:

- Sim
- Não
- Não sabe/ não respondeu

51) Existe algum membro da família (filho ou outro) que o Senhor prevê que continuará a trabalhar em sua propriedade depois que o Senhor não puder mais trabalhar nela?

- Sim
- Não
- Não sabe/ não respondeu

52) Caso haja uma piora na renda e na agricultura de modo geral nos próximos anos, o Senhor pensa em fazer o quê (assinalar apenas uma alternativa):

- continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe ou volte ao normal;
- deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra;
- buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção na propriedade;
- procurar emprego em alguma atividade não agrícola, sem vender a terra;
- Não sabe/ não respondeu

53) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação À ATIVIDADE AGRÍCOLA (explorar aspectos do trabalho e produção)?

- Muito satisfeito
- Satisfeito
- Insatisfeito
- Não sabe/não respondeu

54) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação AO MEIO RURAL (perguntar sobre espaço/ambiente e a comunidade onde vive)?

- Muito satisfeito
- Satisfeito
- Insatisfeito
- Não sabe/não respondeu

55) Quando o Senhor pensa no meio rural ou no espaço rural em que vive, o que mais valoriza ou associa (assinalar apenas uma alternativa)?

- a paisagem
- o trabalho na agricultura e a importância de produzir alimentos
- os animais e as plantas
- a tranquilidade
- os vizinhos e a comunidade em que vive
- Não sabe/não respondeu

56) Alguém de sua família gostaria de mudar para a cidade?

Sim Não Não sabe/ não respondeu

56.1) Se sim, apontar a razão pela qual o (s) membro (s) pretende (m) mudar para cidade:.....
.....

57) Em época de eleição, o Senhor costuma votar em candidatos que defendem e/ou apresentam propostas para agricultura e o meio rural?

Sim Não Não sabe/ não respondeu

58) Qual destas propostas o senhor normalmente (em todas as eleições de que participa) leva em consideração na escolha do candidato ou partido? (assinalar apenas uma alternativa)

- melhoria de acesso ao crédito e financiamento
- melhoria da assistência técnica
- melhoria das estradas, da água e da luz
- melhoria da segurança, saúde e educação
- não sabe/ não respondeu

59) Na hora de votar, o Senhor atribui maior importância:

- ao partido
- as propostas apresentadas
- ao perfil do candidato
- não sabe/ não respondeu

60) O que seria preciso acontecer para melhorar a qualidade de vida de sua família?

(pedir para destacar o aspecto mais importante).....
.....

APÊNDICE B - Tópico Guia para realização de entrevistas individuais semidiretivas

1) Configuração da família

- 1.1) Quem são os componentes da família (número de integrantes, posição ocupada por cada um).
- 1.2) Características dos demais integrantes da família (idade, sexo, escolaridade, estado civil).
- 1.3) Quais atividades cada componente desenvolve dentro e propriedade ra.

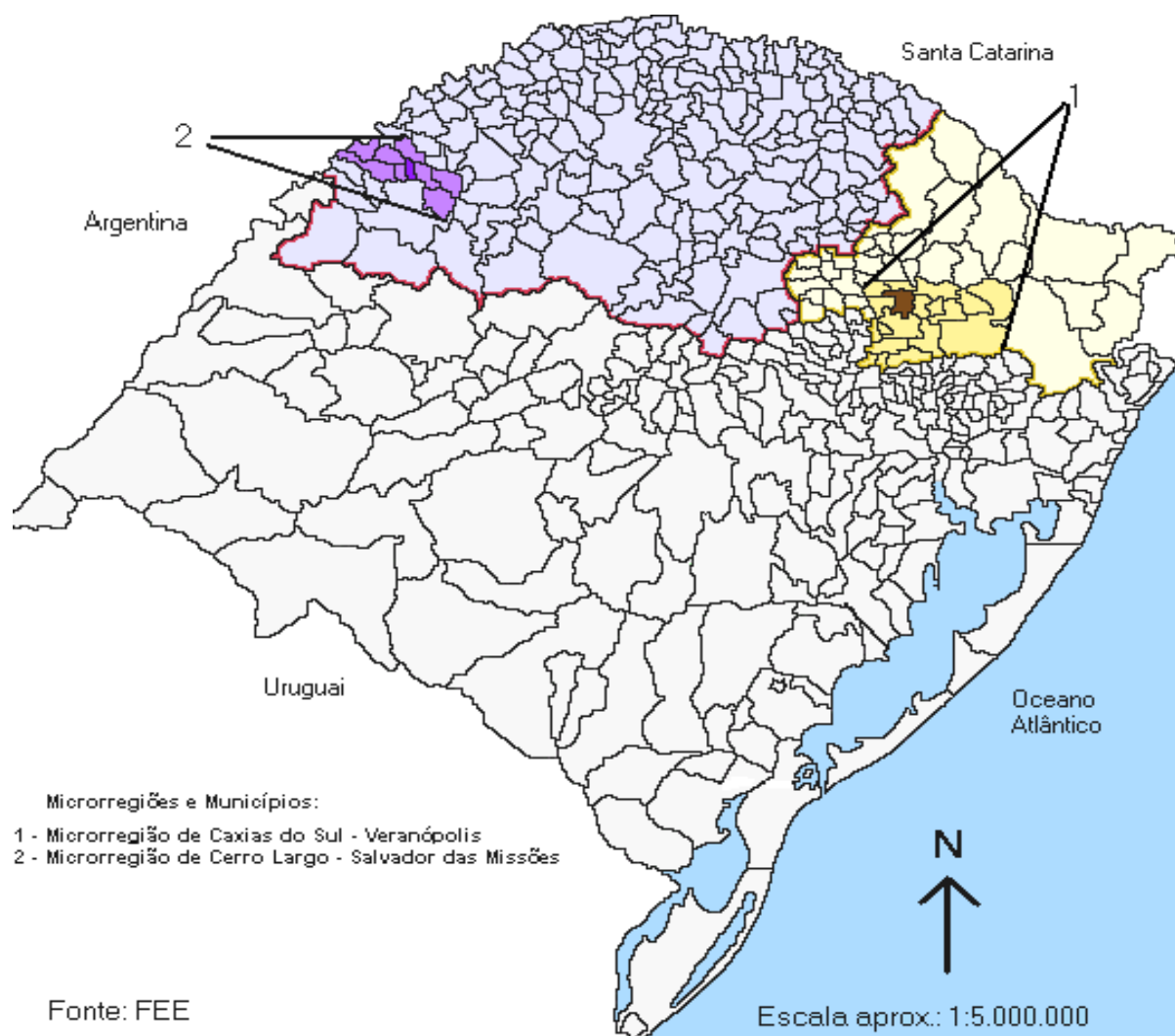
2) Inserção das mulheres no mercado de trabalho não agrícola

- 2.1) Em que momento/etapa da vida se deu (se sempre realizou atividades não agrícolas, se antes e/ou depois do casamento e nascimento dos filhos....).
- 2.2) Em que condições se deu (quais fatores influenciaram na busca por uma atividade não agrícola, que tipo de estímulos e/ou empecilhos foram colocados).
- 2.3) Tipo de trabalho/local de trabalho desenvolvido atualmente.
- 2.4) Mudanças de tipo e local de trabalho (que outras atividades já foram desenvolvidas ao longo de sua trajetória).
- 2.5) Que rendimentos obtêm da atividade e onde são aplicados os recursos.
- 2.6) Quais outras atividades poderia e/ou gostaria de realizar

3) Consequências da atividade na atualidade

- 3.1) Vantagens e conflitos decorrentes da realização da atividade (socialização, renda, valorização do trabalho.../ausência de casa, dupla jornada...).
- 3.2) Participação em atividades domésticas e agrícolas na propriedade (como é feita a sua divisão entre as tarefas, e como é feita a divisão do trabalho doméstico e trabalho agrícola pelos membros da família).
- 3.3) Percepções próprias acerca da atividade.

ANEXO – Mapa de Localização dos municípios de Estudo



Fonte: FEE, 2009.